

**MINISTÉRIO DA CULTURA**  
**Fundação Biblioteca Nacional**  
*Departamento Nacional do Livro*

## HISTÓRIA DA CONJURAÇÃO MINEIRA

### Advertência

A presente monografia vem satisfazer uma falta sensível na história nacional, tornando conhecidos todos os fatos e personagens da conjuração mineira de 1789.

Começada a ler no Instituto Histórico nos últimos meses do ano de 1860, parou o seu autor, não só à espera de novos documentos que pediu ou que lhe foram prometidos para complemento de tão árduo trabalho, como também distraído por outras ocupações, que o desviaram de seu propósito, ou por outras composições de menos peso e mais fácil cometimento.

Estando porém o trabalho feito, fácil era revê-lo e entregá-lo à luz da imprensa; a nossas instâncias decidiu-se o seu autor a completá-lo, pois pena era que ficasse adiada a sua conclusão por tempo indeterminado sendo sua publicação tão geral e ansiosamente esperada.

Acerca do mérito e importância deste trabalho histórico, feito debaixo das mais escrupulosas indagações, o que se comprova com as numerosas notas e documentos em que se baseava o autor, citaremos aqui as opiniões que emitiram dois ilustrados secretários do Instituto Histórico em seus relatórios anuais.

Disse o sr. cônego J. C. Fernandes Pinheiro em 1859:

“Prestou o Instituto a sua adesão a sete propostas do nosso infatigável e prestimoso consócio o sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva a fim de obterem-se das autoridades competentes vários documentos de que necessita para a sua *História da Conjuração Mineira* de 1789. Tomando sobre si o nobre encargo de reabilitar a memória desses homens, cuja idéia por prematura se malograra, quis o sr. Norberto render sincera homenagem ao excelso príncipe em cujo reinado pode fulgir a verdade em todo o seu esplendor, e tributando a mesmo tempo a sua gratidão pelos meios que lhe facultou de prosseguir em seus laboriosos estudos, com proveito seu, honra nossa, e utilidade para o país.”

Disse o sr. dr. Caetano Alves de Sousa Filgueiras, em 1860:

“Apesar de magnificamente enriquecida a galeria das leituras do corrente ano, o Instituto esperava ansioso o fruto dos conscienciosos trabalhos que um dos seus

ilustrados vice-presidentes preparava sobre o drama imponente da conjuração mineira do alferes Tiradentes. Sua expectativa foi satisfeita com a leitura da primeira parte e da magistral memória do sr. Joaquim Norberto de Sousa e Silva.

“O nosso profundo consócio não quis que se encerrassem os nossos trabalhos sociais sem nos dar uma prova de que a lâmpada de suas lucubrações fulgura sempre no seu gabinete de estudo, e que o seu gênio, como a vestal desse fogo sagrado, vela ante ela, inspirado pelo amor da pátria, e abrasado pelo ardor da glória; pagou pois o tributo a que se obrigara para com o Instituto, quando inscreveu-se nas leituras que deveriam ter lugar no ano social, cujas sessões relaciono. Era já tarde, e apenas ouvimos a parte introdutiva da *Conjuração Mineira, estudos históricos sobre as primeiras tentativas para a Independência Nacional*.”

“O trabalho do distinto vice-presidente tomou proporções gigantescas à vista dos documentos oficiais, e da maior importância que encontrou no arquivo da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e até mesmo no arquivo do nosso Instituto Histórico.

“Felizmente para nós já a luz, que faltou a esses tempos tenebrosos, pode fulgir em todo o seu esplendor ante o trono diamantino, e por isso o nosso consócio tratou da reabilitação da memória desses nossos compatriotas, que expiaram no patíbulo e nas praias do exílio a idéia grandiosa da independência da nossa pátria.

“O ilustre finado Carlos Rybeirolles dava-se os parabéns de poder publicar, não obstante sua qualidade de estrangeiro, essas páginas de dramas sinistros, mais ou menos desconhecidos dos contemporâneos: Rybeirolles, porém, só teve notícia da famosa sentença da alçada que julgou e puniu os réus do patriotismo.

— Havia, diz o sr. Joaquim Norberto, — uma falta sensível; os fatos não estavam dilucidados; julgava-se com os juízes; jurava-se em suas palavras, sem ouvirem-se os implicados, sem ligar-se uma data a outra data, sem dar-se a esse drama os seus diversos atos, indicando-se o lugar de sua ação e tempo; sem dar-se a cada cena seus pormenores, as suas peripécias, os atores com seus caracteres e fisionomias, com seus pensamentos e palavras, e afinal achava-se a história enredada nesse labirinto, que se chamou *sentença*, com suas alusões a duas devassas, com as citações dos seus numerosos apensos, sem que se pudesse saber o que eram elas, sem que se pudesse dizer o que continham de verdadeiro.

“Os severos juízes tinham julgado os conjurados, e a história não podia julgar a conjuração, porque a conjuração é os conjurados com as suas idéias, com os seus esforços, com a sua trama, com a sua revolta; é o governo colonial com as suas prisões, com as suas masmorras secretas; é os juízes com suas devassas longas e enfadonhas, com os seus interrogatórios cheios de argúcia e de artifícios, com a sua sentença conspurcada de insultos e de injúrias; com as suas execuções ludibriadas pela mutilação dos cadáveres e pelo azorrague dos algozes; com os seus desteros para as solidões da morte, com suas infâmias póstumas, com seus seqüestros bárbaros, com seus arrasamentos salgados ou seus monumentos infamantes.

“Absorto ante o tesouro de tão preciosíssimos documentos, escritos todos com a tinta do tempo, o nosso laborioso consócio entregou-se com ardor ao seu minucioso estudo; examinou-os acuradamente; compulsou-os página por página, confrontou-os com todo o esmero, e, sempre de pena em punho, colimando confeccionar uma história conscienciosa baseada nos preciosos monumentos que tinha à sua disposição, não esqueceu nota, não verificou dúvida, não assegurou data que não fosse necessária para dar à sua magnífica lucubração o caráter solene debaixo do qual ele passa a fazer parte do arquivo da nossa associação.

“Larga, fastidiosa, acabrunhadora foi por sem dúvida a empresa que cometeu; mas por luminosa experiência sabemos que no nosso digno consócio dão-se as mãos o trabalho e a dedicação. Não será este por certo o primeiro exemplo desta união, e quando o público vir a *História da Conjuração Mineira*, o fruto suado de um profundo e pertinaz estudo, reconhecerá nele o infatigável e ilustrado autor das monografias sobre o descobrimento do Brasil, sobre o aldeamento dos índios do Rio de Janeiro, sobre Hans Staden, o prisioneiro dos tamoios, sobre as brasileiras célebres e sobre a história da literatura brasileira, onde cada asserção tem por base uma nota histórica ou uma autoridade incontestável.

“Contraria-me sinceramente não sobrar-me espaço para citar-vos mais alguns trechos de tão transcendente escrito.”

## AO INSTITUTO HISTÓRICO BRASILEIRO

Pensou-se por muito tempo não só na Europa como entre nós, que a malograda conjuração de Minas Gerais do ano de 1789 não passara de uma invenção do governo colonial, que tinha por fim derribar a influência de alguns brasileiros distintos por seus conhecimentos, afamados por seus talentos, conhecidos por suas obras e respeitáveis por suas riquezas. Nesses tempos coloniais tudo se ignorava que tudo se escondia; a divulgação e a publicidade eram crimes. Falava-se numa ou outra circunstância da vida dos implicados; contava-se uma ou outra das privações durante as longas e penosas peregrinações dos presos escoltados e trazidos de Vila Rica ao Rio de Janeiro; sabia-se de um ou outro dos padecimentos que eles tiveram nos segredos, praticados à pressa nos edifícios públicos, onde ficaram isolados por longos meses sem ouvir outras vozes, sem ver outros semblantes mais do que os de seus estúpidos carcereiros, seus ríspidos juizes, seus hipócritas confessores; narrava-se com espanto e a medo um ou outro fato da execução e mutilação legal exercida contra a pessoa, e exercitada depois sobre o cadáver do infeliz que sonhara com idéias de independência, que adotara o projeto de liberdade para a sua pátria, e com ele o do engrandecimento de seu país. Tudo o mais eram trevas! Espessa sombra cobria essa página negra de nossa história, e ainda há pouco dizia o distinto Carlos Ribeyrolles: “Conhece-se apenas a versão dos juizes, pois a publicidade era interdita, por isso que avaliava-se a força

desse poderoso registro; o processo tinha sido secreto e arbitrário, e o tribunal supremo gozava nesse caso das prerrogativas absolutas da coroa.”

Pouco e pouco, porém, foram-se desassombrando os ânimos da funesta e bárbara impressão das cenas de sangue dessa tragédia representada pelo governo colonial com suas peripécias calculadas de antemão; veio depois a publicação das líras de Gonzaga; tão suaves, tão ternas e tão harmoniosas, falando a linguagem familiar sem degenerar em trivial, recordar os padecimentos do seu autor; trazer à lembrança o seu nome, e os de seus amigos, e despertar as simpatias não só pelo infortúnio do poeta encarcerado, carpindo suas saudosas endechas ao tinir de seus grilhões, como pela paixão do infeliz e desgraçado amante arremessado às praias inóspitas do desterro. Desde então desejaram todos quantos o liam saber notícias suas, inteirar-se da história de suas desgraças e apenas a tradição incerta — hesitante — referia um ou outro acontecimento vago — perdido — sem data!...

Entretanto o traidor, o Iscariota político, com a mesma pena com que lavrara a delação de seus antigos cúmplices, tinha pedido a certidão da sentença para reclamar documentadamente o prêmio de sua traição ou, segundo a versão dos juízes, de “sua obrigação de católico e de vassalo em desempenhar a fidelidade e a honra de português”, e daí a sua divulgação entre os espíritos curiosos e investigadores das coisas pátrias.

Com a vinda da família real para o Brasil avultou na Europa o nome do gigante do Novo Mundo; começou-se a falar na opulência, riqueza e fertilidade da possessão americana que contava Portugal, e que já a esse tempo competia com a metrópole, como escrevia o ilustrado Tomás Jefferson ao grande general Lafayette. “O Brasil é mais populoso, mais rico, mais forte e tão instruído como a mãe pátria” Roberto Southey, o bardo laureado da Grã-Bretanha, desdenhou por algum tempo o seu alaúde para entregar-se às investigações de documentos sobre a nossa história, colhidos por Herbert Hill durante a sua residência entre os portugueses, e deu depois à luz o fruto de suas longas e bem meditadas lucubrações. Foi ele quem primeiro publicou alguns pormenores da conjuração mineira de 1789, e vê-se que não teve outra fonte senão a sentença, que Ribeyrolles chama, com toda a propriedade, versão dos juízes.

Mais tarde, no decurso do ano de 1846, dissipou o Instituto Histórico parte do véu que se colocara entre as masmorras secretas e o patíbulo da praça pública. Verteu uma das vítimas daquelas tremendas perseguições, à instância de nossa associação, algumas páginas de Roberto Southey dedicadas à história da famosa conspiração; adicionou-lhe notas e deu-lhe por complemento a fatal sentença. Ainda assim havia uma falta sensível; os fatos não estavam dilucidados; julgava-se com os juízes, jurava-se em suas palavras sem ouvir-se os implicados, sem ligar-se uma data à outra data, sem dar-se a esse drama os seus diversos atos, indicando-se o lugar de sua ação e tempo: sem dar-se a cada cena os seus pormenores, as suas peripécias, os seus atores com seus caracteres e fisionomias, com seu pensamento e palavras; e afinal achava-se a história enredada nesse labirinto que se chamou —

sentença — com suas alusões às duas devassas, com as citações de seus numerosos apensos, sem que se pudesse saber o que eram elas, sem que se pudesse dizer o que continham de verdadeiro. Os severos juízes julgaram os conjurados, e a história não podia julgar a conjuração, porque a conjuração é os conjurados com as suas idéias, com os seus esforços, com o seu trama, com a sua revolta; é o governo com as suas prisões, com as suas masmorras secretas; é os juízes com as suas devassas longas e enfadonhas, com os seus interrogatórios cheios de argúcia e artifícios, com a sua sentença conspurcada de insultos e injúrias, cheia de penas contra os inocentes; com as suas execuções lubibriadas pela mutilação dos cadáveres e pelo azorrage dos algozes; com seus destertos para as solidões da morte, com suas infâmias póstumas, com seus seqüestros bárbaros, com seus arrasamentos salgados, ou seus monumentos infamantes.

Sendo a história a posteridade, pois o pensamento desta se reflete nas páginas daquela, pois esta pensa e aquela escreve, pois os contemporâneos narram e os pósteros julgam, poderia o historiador, juiz severo e desapaixonado, alçar a sua voz e constituir-se defensor daqueles a que só se deram juízes acusadores, juízes que insultavam com a pena com que lavravam a própria sentença, sem ouvir o depoimento dessas vítimas dos cárceres privados, dos patíbulo bem atos para serem bem vistos, dos destertos selvagens e inóspitos, pálidas defesas em que a sutileza do interrogador, coadjuvado de antemão pela hipocrisia dos confessores, pedia, insinuava, propunha, amimava, afagava, e, traindo-se, enfadava-se, encolerizava-se, e apontava para os aprestos dos martírios que alongavam as agonias da morte, e folgava quando colhia uma contradição, e aplaudia-se quando conseguia extorquir um simulacro de confissão! Poderia rasgar a sentença da alçada, absolver os réus do patriotismo, convertendo-lhes as penas do exílio em expiação de glória, e condenar ao ferrete da ignomínia a esse a quem os juízes concederam a apoteose da traição e da infâmia? Poderia ver nesses juízes togados, mandados de tão longe pela metrópole, com seus algozes, homicidas legais, com suas forcas caudinas, simulacros de cruces, e que estremeciam à idéia do *fiat justitia*, como submissos servos que condenavam por insinuações dos ministros de Lisboa, os tartufos políticos, que não viam na demência da rainha senão a prova mais evidente do enfraquecimento de suas faculdades intelectuais ?

Ninguém por certo responderá que sim.

Muitas vezes, pensando sobre os atos desse drama lúgubre, lancei os olhos pelas páginas de nossos historiadores que tiveram de julgar essa conjuração patriótica, pois que a qualifico sob o ponto de vista do pensamento de seus autores; confrontei-os e achei que se contradiziam. Perdidos no labirinto daqueles repetidos — mostra-se — da confusa sentença, buscaram um guia na voz da tradição, e acharam-se sem datas, precioso fio de Ariadna, que poderia guiá-los. Tais são por sem dúvida as narrações que se encontram nas páginas das obras publicadas até o presente não só relativamente à história geral do Brasil como a de seus varões ilustres.

O que era até aqui falta essencialíssima, vai deixá-lo finalmente de ser. No rico arquivo da Secretaria de Estado do Império deparei com a preciosíssima coleção de documentos originais das duas devassas que se procederam nas capitais das capitanias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Absorto ante o tesouro, que examinei rapidamente, parando apenas a cada assinatura respeitável de tantas celebridades, dei-me os parabéns na idéia de poder trazer à presença do Instituto Histórico tão rico cabedal de notícias; lembrei-me, porém, igualmente que a reprodução de tantos documentos por meio de cópia era trabalho meramente material e repugnante para mim, e que devia ainda uma vez obedecer a recomendação feita pelo Imperador ao Instituto Histórico na sempre memorável sessão de 15 de dezembro de 1849 quando aí se dignou de nos dizer: “É de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios torneis aquela a que pertenco digna dos foros da posteridade”.

Depois de acurado exame das peças oficiais achei ainda uma falta; encontrei-me como que num espaço vazio que era necessário transpor, ou encher de alguma maneira. Ignorava a história dos fatos que lhe eram relativos mas que pela sua natureza não constam, nem podiam constar, do volumoso processo; falo desse entreato da agonia que mediou da intimação da sentença à sua execução. Sem imprensa, debaixo da pressão do despotismo colonial, que ostentava o seu poder com todo o aparato de sua alçada, com seus espias e delatores disfarçados sob a batina eclesiástica, ocultos nos confissionários; com suas masmorras secretas e suas algemas; com suas forcas caudinas e seus carneiros; com seus sequazes e baionetas, quem aí se atreveria a lançar sobre o papel palavras que o pudessem comprometer, e desse motivo a ser arrastado às masmorras que o segregavam do mundo, não já como cúmplice da conjuração mas como réu de uma idéia magnânima? Apelava pois para a tradição, se bem que gasta pelo tempo, como único recurso, quando felizmente deparei com alguma coisa a respeito, que excelentemente preenchia o vácuo. Existia no arquivo do Instituto Histórico, quase que também esquecido, uma exposição manuscrita sob o título de *Memória do êxito que teve a Conjuração de Minas e dos fatos relativos a ela acontecidos nesta cidade do Rio de Janeiro desde o dia 17 até 26 de abril de 1792*. O anônimo que a compôs quis que a posteridade não ignorasse o que se passara nesta cidade nesses dias ominosos de agonia nacional. Mostra-se o autor ostensivamente parcial; condena a conjuração, aplaude a sentença, satisfaz-se com a execução do pobre mártir, vítima obscura da tirania, mas vê-se que o faz maquiavelicamente. Já Sá de Miranda dizia em seu tempo, falando das infrações das leis portuguesas:

*“Faz-se engano às leis do céu  
Não se farão às da terra?”*

Ninguém nesses tempos de devassas e delações ousaria pintar com mais

vivacidade a consternação que se debuxara na fisionomia dos filhos do país, quando os algozes levantavam o cadafalso invertendo a forma da cruz; quando a cadeia pública se enchia de vítimas, que ouviam a sua sentença de morte, como também o seu júbilo pela comutação.

Possuidor de tantos e tão extensos documentos, escritos com a tinta do tempo, cheios de importância pelas suas revelações históricas, examinei-os com todo o cuidado, confrontei-os com todo o esmero, tendo constantemente a pena na mão. Tomando notas que me pareceram necessárias, não perdi uma só circunstância, não deixei passar despercebida uma única data com o fim de confeccionar obra conscienciosa e baseada em tão preciosos monumentos. Foi largo, aturado, fastidioso e até acabrunhador o trabalho que tive, mas não deixei de documentar uma só das minhas asserções. Pensar-se-á alguma vez que poetizei, que se lêem es páginas de um romance, mas aí estão as fontes donde emanaram.

Juntei à narrativa numerosíssimas e curiosas notas e deixei de adicionar-lhe muitos e importantes documentos para não avolumar a obra. Escrevi uma monografia segundo as forças de minha acanhada inteligência; prove ela ao menos que não fiquei estacionário e mudo no meio das riquezas que tão benignamente se me confiaram. Engenhos felizes, imaginações audazes, concepções ardentes, que amam as ficções históricas, e não desdenham das coisas da pátria, acharam nela a origem para mais de um drama, assunto para mais de um poema e pormenores para mais de um romance, que ilustrem a nossa literatura, que deve e pode ser e será ainda verdadeiramente nacional.

Sala das sessões do Instituto Histórico, em 23 de novembro de 1860.

JOAQUIM NORBERTO DE SOUSA E SILVA

## CAPÍTULO I

### O REINO E A COLÔNIA

Receios de Portugal relativamente à Independência do Brasil um século antes da sua proclamação. — Perigos externos e internos a que estava exposta a colônia luso-americana. Defesa da

terra confiada às tropas do país e superioridade das mesmas sobre as tropas do Reino. — Opinião do padre Antônio Vieira e de outros a este respeito. — Exemplos históricos. Considerações do conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa. — Instruções de Martinho de Melo. — Tentativa fortuita dos paulistas no século XVII. — Desígnio da Providência Divina.

Ao grito insurrecional de Boston, que chamou às armas as colônias anglo-americanas, e hasteou entre os estandartes das nações a bandeira estrelada, previu a Europa inteira que o exemplo seria fecundo em efeitos análogos, e esperou por tanto a repercussão do grito da independência. Portugal, porém, nem foi surpreendido, nem despertou de súbito ante a idéia de ver também o Brasil desembainhar a sua espada, desenrolar o pendão da nobre revolta, pelejar pela causa sagrada, e conquistar o lugar que lhe competia no mapa político das nações. Já de há muito que a nossa emancipação política era questão de tempo para o reino transatlântico; já de há muito que a independência brasileira dominava os cálculos da ambição da mãe-pátria, como uma possibilidade no encadramento das coisas humanas, como uma realidade não muito remota na série dos acontecimentos. A supremacia da vastidão de nosso país, da excelência de sua situação, da grande fertilidade seu terreno, da imensa riqueza de seu solo, sobre a pequenez do reino metropolitano, que havia perdido a sua espada conquistadora nos areais de Alcácer-Quibir, que cedia o certo dos mares à Inglaterra, as suas colônias à Holanda, e caminhava de decadência em decadência, nos deu desde longa época essa vantagem sobre todas as colônias americanas.

Os famosos ecos do Ipiranga ficaram ainda por um século mudos, silenciosos e desconhecidos depois que Portugal começou a ter por duvidosa arriscada a conservação da sua bela, rica e vasta colônia do novo hemisfério. Se bem que fascinado com numerosas, extraordinárias e excessivas riquezas das lavras de ouro e de diamantes, não deixara contudo de antever a independência do gigante sul-americano. Estremecia e vacilava sobre os troféus de suas gloriosas batalhas, sobre as páreas tributadas por tantos povos que submetera, quando contemplava o engrandecimento do império que fundara e que cada dia se lhe avantajava, não só em riqueza e população, como também em instrução, e, à semelhança do usurário que abraçando os seus cofres empalidece ante o espectro da morte, assim ao passo que nos cingia com seu braços de ferro se turbava também com a imagem doce, fagueira e risonha da liberdade americana, que se lhe desenvolvia numa como miragem do porvir.

Empunhava o cetro português o rei d. João V; regurgitava o reino com as riquezas que levavam os combóis de suas possessões, ultramarinas. Abrasavam-se as imaginações com o sonho d'El-Dourado, e a cobiça acendia nos peitos juvenis o



desejo da emigração; no nome do Brasil cifrava-se tudo quanto havia de rico, belo e opulento. Deus havia reunido nele todas as maravilhas da criação. Era como uma terra de promessa; tinha a antiga suas fontes de mel e de leite; possuía a nova suas minas de ouro e de diamantes. Colhia-se o pão já feito nas raízes das plantas; destilavam as árvores vinhos, as canas mel e açúcar; achava-se no algodão o linho já macerado; encontrava-se na abundância da caça e da pesca o sustento à mão e no canto das aves ouviam-se vozes humanas que serviam de entretenimento e de admiração; a terra produzia sem adubo, as sementes germinavam sem cuidado, os animais domésticos reproduziam-se espantosamente e o homem gozava sem derramar o seu suor, sem esgotar as suas forças. Sob um céu esplêndido aos raios de um sol benigno, às brisas terrestres e marinhas cheias de vida, era a existência sem dores, e a vida quase sem fim! Aquém do Atlântico, apesar dos dízimos, entradas, quintos, capitações e derramas vexatórias, prosperava, avultava e se engrandecia essa terra de tantos primores, tão acercada de tantos encômios, a colônia americana, a filha pátria, enfim, mas sem proteção e como que de toda em toda entregue a seus recursos naturais. No meio do fausto de uma corte deslumbrante, entre os imensos tesouros que recebiam do Brasil e que tão mal empregavam, não deixavam o rei, os grandes do reino e os seus conselheiros de se inquietar com a prosperidade de nossa terra, que era como que o seu celeiro de grãos de ouro e de diamantes. Receiava-se na mãe pátria de dois perigos a que estava exposta a colônia e que se capitulavam de externos e internos. Os externos, explicavam eles, eram o da força e violência que lhe poderiam fazer as outras nações, e os internos os que poderiam causar os naturais do país, os mesmos vassalos. Temia-se ainda um terceiro perigo, mais arriscado, mais terrível e que nascia da reunião dos dois primeiros; e era a possibilidade da força e violência externa coadjuvando a força, a vontade dos mesmos vassalos e naturais. Dizia em 1732 o conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa à Majestade Fidelíssima: “Senhor, os nossos tesouros do Brasil se acham tão mal guardados que apenas têm algumas praças defesas na marinha porque, sendo esta tão larga, não é possível fortificar-se: além de que esta pouca e má fortificação é de tal natureza e condição que lhe pode suceder muito naturalmente que, sem o pensar, ache sobre si, de um dia para outro, uma armada: e vemos que no Rio de Janeiro, sendo investido duas vezes dos franceses, de ambas foi entrada a cidade; e da primeira, ainda que os inimigos eram só setecentos, esteve em evidentíssimo perigo de ser saqueada, e da segunda foi também entrada e lhe foi necessário evitar parte do saque a peso ouro, e perdermos todos os navios que estavam no porto, de guerra e mercantes, que foi outra perda muito considerável. E os holandeses nos tomaram a Bahia em 1620 com mui pequenas forças, sem lhes ser necessário mais que saltarem em terra. Destes sucessos se deixa bem ver os grandes perigos em que estão aqueles tesouros; porque nem o Rio, nem a Bahia, nem os mesmos portos e marinhas se acham hoje com melhor fortificação do que tinham quando foram entradas aquelas praças, que, ainda que se mandaram fortificar, apenas se tem dado

princípio às fortificações. Nem elas, ainda que acabadas, poderiam evitar o golpe de serem entradas e saqueadas; e ultimamente dominadas por uma cidadela, que se mandou fazer em cada uma, poderá resistir mais alguns dias; mas finalmente se há de render por falta de víveres.”

“Os tratados de pazes, — continuava o ilustre conselheiro ultramarino, — que temos com as nações marítimas da Europa, nos não podem dar segurança alguma de que não empreenderão sobre nós, para se senhorearem de tesouros tão ricos. O mundo está tão falto de fé e tão dominado de ambição, que prudentemente podemos recear de qualquer delas este perigo. Quando uma potência lhe convém quebrar com outra, facilmente acha pretextos para o fazer, e corar a sua ambição com aparências de justiça e despique. A história do mundo nos ensina muitos casos, que nos mostram não devermos fiar-nos de tratados que consistem em papéis que o vento leva; e comumente os príncipes só medem a sua justiça pelo seu poder; e estando as nossas forças navais ao presente tão diminutas, justamente devemos considerar e recear o excesso que nelas nos faz qualquer potência marítima da Europa. Só estas forças navais nos poderão valer na interpresa que qualquer delas tentar para nos tomar aqueles tesouros; e assim era preciso aumentarmos nossas forças da marinha, fabricando navios de guerra e adestrando agente e oficiais na guerra naval: e só esta defesa admite a vastidão daquela marinha; porque ainda que se acabem as cidadelas, que se têm mandado fazer nos três principais portos do Brasil, como são na Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, estas fortificações pouco podem servir para a defesa daquele estado; e só poderão ter alguma utilidade para refrear o orgulho dos moradores daquelas cidades. E este é o fim principal das cidadelas as quais substituem em tudo os castelos antigos, mudando somente a forma da fortificação, mas sempre será conveniente que se mande dar todo o calor a estas obras, para que se acabem com brevidade possível”.

Se reconhecia o conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa com toda a lealdade a pouca segurança que oferecia a colônia às agressões externas, com igual franqueza demonstrava o célebre ministro Martinho de Melo e Castro, no reinado de d. Maria I, que sua defesa estava entregue às armas e aos recursos dos seus naturais, quando em 24 de janeiro de 1775 dirigia as suas instruções a d. Antônio de Noronha, governador e capitão-general da capitania de Minas Gerais, e lhe fazia ver que o pequeno continente de Portugal, tendo braços muito extensos muito distantes e muito separados uns dos outros, quais eram os seus domínios ultramarinos, quatro partes do mundo, não podia ter meios, nem forças com que se defendesse a si, e acudisse ao mesmo tempo à preservação e segurança de cada um deles, e assim que as principais forças que haviam defender o Brasil seriam as do mesmo Brasil. “Com eles, dizia o atiladíssimo ministro, foram os holandeses lançados fora da capitania de Pernambuco; com eles se defendeu a Bahia dos mesmos holandeses; com eles foram os franceses obrigados a sair precipitadamente do Rio de Janeiro, e com eles enfim destruíram os paulistas as missões do Paraguai; fizeram passar os jesuítas com os índios das mesmas missões da outra parte do rio

Uruguai e atacaram ao mesmo tempo os castelhanos intrusos na parte setentrional do Rio da Prata até os obrigarem a evacuar inteiramente os domínios portugueses, fazendo-os passar à outra parte do mesmo rio.”

Não são braços estrangeiros, não são baionetas mercenárias, nem interesses alheios as melhores garantias para a defesa de um país contra as agressões externas. Só o amor da pátria, vestal dos corações humanos, tem esse dever, que lhe dá o nascimento. Reconhece-o, confessa-o, e é como que o instinto da conservação de seu berço, de toda a sua nacionalidade, que transmite aos povos novas e desusadas forças, que os ensina a resistir heróica e denodadamente às hostes invasoras, Assim a bravura, o arreganho das tropas de além mar, experimentadas nas guerras campais, adestradas na tática militar, desapareciam ante a perseverança proverbial do soldado brasileiro. À vista do campo de St. Maur, onde achavam-se oitenta mil homens, escrevia, um viajante fluminense refletindo sobre a coragem de nossos guerreiros: “Estes soldados estão acampados em uma linda planície onde apesar das chuvas não há lamaçais e muito menos atoleiros; o sol dos maiores dias do verão não queima, a terra não gera essa quantidade prodigiosa de insetos e vermes que perseguem o homem, nem exala essas emanções que produzem a febre mortífera. Aqui, como em frente do inimigo, os caminhos são fáceis, os víveres são abundantes, não há que atravessar pântanos, caudalosos rios, escabrosas montanhas, cobertas de matas virgens, morada do tigre, do crocodilo e das serpentes. Eu dizia comigo mesmo: soldado e o oficial brasileiro são homens de têmpera admirável; seriam olhados com atenção pelos vencedores da Itália, os zuavos, que praticaram heroísmos de valor, e que pela sua força nos combates, pela sua resignação nas necessidades e sobretudo pela sua heróica fidelidade se assemelham aos nossos soldados. Mas se o amor da pátria pode ser averbado de suspeição não o será tão facilmente o juízo de um estrangeiro, competente na matéria, o célebre Garibaldi, o soldado aventureiro, o cabo mimoso da vitória que, tendo combatido antes pelo fracionamento do Império, combateu depois, sob melhor inspiração, pela unidade italiana. “Eu vi, diz ele, corpos de tropas mais numerosas, batalhas mais disputadas; mas nunca vi em nenhuma parte homens mais valentes, nem cavaleiros mais brilhantes que os da bela cavalaria riograndense, em cujas filas principiei a desprezar o perigo... Oh! e quantas vezes não tenho desejado nestes campos italianos um só esquadrão desses centauros avezados a carregar uma massa de infantaria com o mesmo desembaraço com que carregava sobre uma ponta de gado!...”

Esta superioridade dos filhos do Brasil sobre os seus próprios guerreiros não o desconhecia a metrópole, nem o dissimulava; confessava-o aos seus auxiliares na colônia americana, a fim de que melhores vantagens colhessem dos seus serviços, e para comprová-la citava o ilustre ministro Martinho de Melo e Castro a destruição do famoso quilombo do Campo Grande, os Palmares do Sul, pelas sete companhias organizadas pelo governador interino José Antônio Freire de Andrade. “Compunham-se esses quilombos, diz ele, de várias habitações de negros fugidos e

rebeldes, que depois de muitos anos se tinham refugiado no sertão, e servindo-lhe o mato de fortaleza, infestavam todos aqueles distritos, não havendo quem os pudesse habitar nem passar por eles sem evidente perigo de vida. Marcharam as sete companhias, abrindo caminhos e picadas, que não havia, por serras e sertões, e navegando rios com muitas cachoeiras difíceis e perigosas. E depois de suportarem e padecerem com admirável constância os maiores trabalhos, fomes e fadigas, chegaram enfim e destruíram todos os quilombos, voltando para Minas Gerais, passados seis meses, que tanto durou a expedição.”

Por sua parte o confessavam os próprios portugueses residentes no Brasil e escreviam para o reino exaltando as qualidades dos filhos do país. O padre Antônio Vieira, dirigindo-se ao rei d. Pedro II, pedia que houvesse de nomear para os empregos do Brasil as pessoas da terra e não de Elvas, nem de Flandres. “Porque este estado, ajuntava ele, tendo tantas léguas de costa e de ilhas e de rios abertos, não se há de defender, nem pode, com fortalezas, nem com exércitos, senão com assaltos, com canoas, e principalmente com índios; e esta guerra só a sabem fazer os moradores que conquistaram isto e não os que vêm de Portugal. E bem se viu por experiência que um governador, que veio de Portugal, perdeu o Maranhão, e um capitão-mor, Antônio Teixeira, que cá se elegeu, o restaurou e isto sem socorro do reino. Aqui há homens de boa qualidade, que podem governar com mais justiça e também com mais temor; e ainda que tratem do seu interesse sempre será com muito maior moderação, e tudo o que grangearém ficará na terra com que ela se irá aumentando: e se desfrutarem as herdades, será como donos e não como rendeiros, que é o que fazem os que vêm de Portugal.”

E quantas vezes esses severos juízes, mandados de tão longe contra a tentativa da proclamação da independência nacional, não leriam consternados nessas úmidas paredes do cárcere, que serviu de sepultura ao desditoso Tomás Antônio Gonzaga, os belos e sublimes versos que o desgraçado poeta compusera em sua defesa? Não continham eles a apologia dos brasileiros, pelos quais, segundo se lastimava o desembargador José Pedro Machado Coelho Tôrres, palpitava de amor e de simpatia o coração do poeta, à força do sangue americano que lhe transmitira a sua ascendência? Não mostravam eles os filhos da terra de Santa Cruz tirando as praças das mãos dos invasores e submetendo-as de novo ao trono português? Não desdobravam eles as páginas da história da colônia em que Pernambuco se rende aos holandeses, e em que o Rio de Janeiro é saqueado pelos franceses? Lá é o sangue brasileiro que restaura uma província inteira, aqui é o dinheiro das famílias, que além de saqueadas, resgata uma ilustre cidade.

Era uma verdade que o governo da metrópole conhecia a seu mau grado, e de que tem hoje pleno conhecimento todas as nações cultas. Assim por mais de uma vez tem dito escritores estrangeiros à face de toda a Europa: “Pouco e pouco conquistaram os holandeses quase todo o Brasil; foram porém expulsos pelos brasileiros em 1654; então tornaram os portugueses a ocupar o seu lugar.”

Temia-se pois com todo o fundamento que os brasileiros, conhecedores de sua

superioridade, se voltassem contra as violências do governo de além-mar, e os portugueses eram os primeiros a confessar que havia infelizmente razão para isso. Contava então o Brasil apenas dois séculos de existência e já tinha sobejos motivos para amargas queixas. Durante esse tempo se descuidara a metrópole dos melhoramentos materiais de sua colônia, e da educação instrutiva, moral e religiosa de seu povo, deslumbrada com os réditos que convergiam para seus cofres. “O perigo interno que têm os estados, ponderava o conselheiro ultramarino Antônio Rodrigues da Costa, nasce dos mesmos vassalos, consiste na desafeição e ódio concebem contra os dominantes, o qual ordinariamente procede das injúrias e violências com que são tratados pelos governadores; da iniquidade com que são julgadas as suas causas pelos ministros da justiça, e da dificuldade, trabalho, despesa e demora de que necessitam para recorrerem à corte, para se queixarem das sem razões que padecem, das injustiças que lhe fazem, e de lhes ser preciso remirem as vexações que sofrem ou conseguirem as suas melhoras a peso de ouro, e muito principalmente de encargos dos tributos, quando entendem que são exorbitantes e intoleráveis, e se persuadem que não houve causa justa e inevitável para se lhes impor.”

“Os povos do Brasil, continuava o ilustre conselheiro, estão gravemente tributados e havendo-lhes crescido, de poucos anos a esta parte, dez por cento na alfândega em todos os seus gêneros que são açúcares e tabacos, se acham tão carregados neste reino, que absolutamente se dão por perdido e o seu comércio de todo arruinado. A este encargo tão grande se ajuntou de novo a contribuição de sete milhões para as despesas dos casamentos de Suas Altezas; e esta quantia é tão excessiva que nunca, nem a metade dela coube nos cabedais da nação portuguesa; nem os portugueses souberam nunca pronunciar sete milhões, nem lhes veio ao pensamento que pudessem contribuir com esta quantia, ainda em muitos anos.”

“O senhor rei d. João II, são ainda palavras do digno conselheiro, fez um pedido ao Reino para o casamento de seu filho o príncipe d. Afonso, e esta foi uma ação daquele rei que deslustra muito a sua memória; e como o pedido foi excessivo, e os povos não deviam essa contribuição, porque só são obrigados aos casamentos das filhas dos reis, e não dos filhos, se atribuiu à iniquidade deste tributo o sucesso funesto que teve aquele casamento, morrendo o príncipe da queda de um cavalo e exalando o último suspiro na cama que lhe subministraram as redes de uns pescadores, e extinguindo-se neste príncipe a linha legítima daquele rei. E’ sem dúvida que os povos do Brasil gemem com este novo tributo e é contra a verdade dizerem o vice-rei e governadores que foi voluntário neles e o ofereceram com grande gosto: porque consta o contrário e os povos da capitania do Rio Grande representaram que lhe é insuportável; e como este tributo há de durar anos, que não é possível cobrar-se só em um, nem em dois ou três, vêm a se repetir as feridas sobre a primeira; e assim cada ano se fará mais aborrecido o governo e a paciência muitas vezes ofendida degenera em furor. Nem pode deixar de se fazer mais sensível esta contribuição, vendo aqueles povos que já não é necessária para o fim

para que foi pedida, pois já os casamentos reais estão celebrados com a pompa e magnificência devida à sua grandeza, sem que fosse preciso empenharem-se as rendas reais para esta solenidade. E assim parecia da real piedade e generosidade o levantar este tributo ou ao menos minorá-lo; por que além de o pedir assim o justo escrúpulo que nele deve haver, o pede também a prudente razão de estado, que aconselha não ter os vassallos descontentes e vexados, porque a conservação dos estados consiste principalmente no amor e afeição dos súditos, e as máximas contrárias a estas todas são iníquas, abomináveis e tirânicas; o que é muito oposto à primeira e principal máxima dos senhores reis de Portugal, a qual foi sempre tratarem a seus vassallos como pais e não como senhores; de que nasceu a fidelidade com que os serviram, rompendo por trabalhos e perigos insuportáveis para estenderem o seu império, ganhando para sua coroa, reino e comércio riquíssimos em todas as partes do mundo e descobrindo-lhes um novo mundo com tesouros imensos, para exaltar mais a sua grandeza, sem que os senhores reis deste reino entrassem em tempo algum a participar destes trabalhos e perigos com que aqueles vassallos lhes conquistaram a maior e melhor parte da monarquia, fazendo-se por esta razão muito dignos de serem estimados e amados dos seus príncipes e de nenhum modo ultrajados, e vexados; o que justamente devem esperar da real grandeza, e que em lugar de os oprimir se lhes procure o seu alívio, qual cederá em benefício da própria majestade porque vassallos pobres e vexados não só podem valer ao corpo da monarquia, mas antes lhe servem de opressão e descrédito.”

Era por certo digna de atenção uma tal linguagem em que a franqueza brilha a par e passo do conhecimento dos males que sofriamos; mas vontade de um homem consciencioso achava-se contrariada pela torrente de seu século. Reproduzindo as suas palavras, quis muito de propósito tornar mais saliente a opressão que pesava sobre o nosso país e que não era de toda em toda desconhecida no seio da própria mãe-pátria. As expressões, que empregasse qualquer escritor brasileiro a este respeito, seriam tachadas de exageradas, quando no Reino só tinham por fim impedir qualquer motivo para desmembração do nosso país, o que ali se conhecia sob a denominação de perigo interno a que estava exposta a colônia. Por outro lado a pouca resistência que ofereciam as possessões americanas às agressões da cobiça e avidez estrangeira, unida à reconhecida superioridade das tropas ultramarinas sobre as européias para a sua defesa, e as violências e vexações que sofriam os seus habitantes, aumentavam ainda mais os receios da mãe-pátria. Portugal, pois, temia ver de um dia para outro a força estrangeira coadjuvar as tendências dos naturais que já se encaminhavam, desde a primeira até a última capitania, a sacudir o jugo da metrópole, e a formar sob outro regime, senão mais independente ao menos mais livre, um novo e mais próspero estado.

Estes receios, que como manchas negras se mostravam no astro da sua felicidade, ressaltam das palavras que o franco conselheiro ultramarino dirigia à própria majestade fazendo-lhe ver que bem se podia dar esse perigo quando os vassallos, aborrecendo o governo pelas violências, descuido ou desprezo com que

eram tratados, ou pelas contribuições e encargos com que eram vexados, desejavam livrar-se da obediência dos príncipes a quem serviam e melhorar de fortuna na de outro cuja benevolência pudessem conciliar com o benefício de se lhe sujeitarem e de lhe entregarem um estado rico; e quando também as nações êmulas, que excediam em poder, excitadas de sua ambição e da facilidade da empresa ou davam a mão aos vassallos descontentes, sendo por elas rogadas, ou não sendo lhes ofereciam as suas forças para sacudirem o jugo que as oprimia, e os achavam inclinados e propícios a seus intentos. “Senhor, ajuntava ele, não temos forças para nos opormos às nações marítimas da Europa, nem no reino, nem no Brasil, e certamente aqueles vassallos, sumamente descontentes do governo de Portugal o aborrecem com grande excesso.” Continuando fazia ver que não era o seu discurso fundado em terror pânico, que antes era estabelecido em razões práticas e naturais, e que se haviam experimentado em quase todos os estados do mundo civil e político; e que confiança frívola era não ver o perigo eminente que ameaçava o reino.

Concluindo dizia assim o conselheiro: “Estas imensas riquezas são que naturalmente fazem aqueles homens soberbos, inquietos, mal sofridos e desobedientes, e este dano é inevitável. A fama destas mesmas riquezas convida os vassallos do reino a se passarem para o Brasil e a procurá-las; e ainda que por uma lei se quis dar providência a esta deserção, por mil modos se vê frustrado o efeito dela, e passam para aquele estado muitas pessoas assim do reino como das ilhas, fazendo esta passagem, ou ocultamente negociando este trânsito com os mandantes dos navios e seus oficiais, assim nos de guerra como nos mercantes, além das fraudes que se fazem a lei, procurando passaporte com pretextos e carregações falsas; e por este modo se despovoará o reino, e em poucos anos virá a ter o Brasil tantos vassallos brancos como tem o mesmo reino, e bem se deixa ver que, posto em uma balança o Brasil e na outra o reino há de pesar com grande excesso mais aquela que esta; e assim, a maior parte e a mais rica não sofrerá ser dominada pela menor e a mais pobre; nem a este inconveniente se lhe poderá achar fácil remédio”.

No próprio Brasil tinha a metrópole o exemplo, não já da força, mas da intriga estrangeira coadjuvando certas tendências para a emancipação, preponderando nos ânimos dos paulistas; e pois não precisava estabelecer os seus receios nessas razões práticas e naturais, e que se haviam experimentado em quase todos os estados do mundo civil e político. Já um século anterior a este de que me ocupo tinham os paulistas apresentado um pronunciamento formal. Ouvindo as sugestões dos espanhóis, aproveitaram-se da restauração portuguesa, que arrancou o reino lusitano ao domínio do cetro que imperava sobre a península ibérica, e também por sua vez tentaram a sua independência. Aclamaram um rei que melhor os dirigisse do que o longínquo governo da metrópole; mas encontraram na prudência de Amador Bueno, ou segundo a versão de seus contemporâneos, na fidelidade paulistana, uma oposição com que por certo não contavam, e que bastou para lhes desconcertar o plano da instituição de um novo reino debaixo de uma nova

monarquia puramente popular. A abnegação do grande Amador Bueno deu nova direção à aclamação e desde esse momento ficaram os paulistas prestando preito e homenagem à nova dinastia bragantina. Abortou completamente a intriga espanhola na peripécia de um grande drama, cujas cenas rápidas e brilhantes se passaram segundo os preceitos de Aristóteles, em um giro de sol. Era cedo para as primeiras tentativas da emancipação da colônia. Não tinham ainda nascido os predecessores da independência, esses bardos de Vila Rica que como profetas deviam anunciar uma grande idéia, cujo clarão foi a aurora do nosso século; que como mártires deviam ser sacrificados nas masmorras das fortalezas, nos cubículos dos hospitais, nos segredos do paço vice-reinal, nos patíbulo das praças públicas, e nos desertos inóspitos de África, e que como vítimas expiatórias do amor da pátria votadas em holocausto à tirania, tinham de aplacar os deuses infernais.

A aclamação de Amador Bueno foi devida a um plano fortuito. Levados os paulistas da ambição, deixaram-se entusiasmar com a idéia da formação de um novo reino, e da posse de um rei próprio. Não viram pois obstáculo algum à realização de sua obra, e lançaram a conspiração armada na praça pública e, desencadeando a anarquia, passaram dos vivas triunfais às ameaças positivas. E' certo que não contavam com a aderência das demais capitânias, e é de crer que ficassem isolados ainda mesmo que triunfassem. A sustentarem-se dariam o exemplar da rebelião e anarquia; teriam prosélitos e imitadores, mas não encontrariam anexações. Portugal, que perdoava a desobediência de João Fernandes Vieira, para não castigar a restauração das capitânias arrancadas ao domínio dos holandeses, esqueceu também a rebelião maquinada pelos espanhóis para somente aplaudir o triunfo da fidelidade paulistana personificada em Amador Bueno. Recordar-se-á porém dela ao grito de guerra contra os Emboabas? O novo Amador Bueno já se não refugiou no recinto sagrado dos beneditinos. Aceitando, não um cetro, mas uma espada, marchou à frente de seus *patrícios* contra os europeus, pois que das designações para diferenciar as nacionalidades tinham passado às agressões armadas. Origens muito mais mesquinhas, menos ostensivas, têm dado fundamento às mais sérias revoltas às mais estrondosas revoluções, como pequenas faíscas que levantam grandes incêndios. A hora porém sagrada da independência era ainda desconhecida na ampulheta dos tempos, e nos campanários celestes dormiam ainda os sons das vésperas do Ipiranga. Não talhou a Providência Divina o Brasil para pequenos estados quando lhe deu por limites essas balizas de gigantes, o Amazonas ao norte, o Prata ao sul, a cordilheira dos Andes ao ocidente, e a imensidade do Oceano Atlântico ao oriente. Seu dedo fatídico pousava sobre os lábios de um anjo, de régio diadema, envolto nas faixas do porvir. O império diamantino, como a luz, devia surgir a um brado magnânimo.



## CAPÍTULO II

### OS ESTUDANTES BRASILEIROS

Os estudantes brasileiros. — Suas viagens pela Europa. — Narrações dos mesmos de volta às terras da pátria. — Independência dos Estados Unidos. — Entusiasmo pelo nome de Franklin. — Leitura das leis fundamentais e regulamentos da república norte-americana. — José Joaquim da Maia. Sua viagem à França. — Entrevista com Tomás Jefferson nas ruínas romanas de Nimes. — Seu regresso a Lisboa e sua morte. — A freira do claustro de Santa Clara de Coimbra e sua carta. — Tentativa de T. Jefferson para a franquia dos portos do Brasil.

Já a mocidade brasileira se não contentava com a instrução que lhe oferecia a mãe-pátria na sua única universidade. Tinha Coimbra perdido para ela esse pomposo nome de nova Atenas, apesar da reforma por que passara e dos abalizados mestres que lhe deram. Portugal não resumia mais em si ou em suas produções o universo. Após ele se haviam levantado nobre e valentemente as nações da Europa a lhe tomar a vanguarda na senda da civilização, e assim atraíam as nossas vistas. A Inglaterra e a França, com instituições livres e populares, conquistavam as simpatias de nossos jovens e os corações batiam de entusiasmo ao respirar os ares dessas cidades tão populosas, tão vastas, tão industriais. Distingua-se na mocidade uma inquietação surda, uma tendência para nova vida, uma ambição para existência mais ativa, mais sua, mais nacional. Ela via com dor o retardamento do progresso da pátria e, ao voltar para a colônia que lhe dera o berço, suspirava pela liberdade que gozara, pelas delícias da civilização que fruía nos países onde o ente pensador

era, segundo a frase eloqüente de Shakespeare — um homem!

Ah! e que contraste imenso! Lá terras ingratas com seus solos áridos, com seus climas inclementes, nadavam na abundância, viviam no luxo, e possuíam por apanágio riquezas amontoadas sobre riquezas. A física e a química, sentadas sobre a charrua, perlustravam os campos exigindo produções milagrosas de terras estéreis e infecundas. A indústria, com suas máquinas maravilhosas, produzia como por encanto ricas e mimosas manufaturas rivalizando com o trabalho asiático. A imprensa com seus cem olhos, com as suas cem bocas, propagava a instrução por todas as classes; — relâmpago da civilização levava sua luz divina por entre as trevas do século. As artes com as suas inovações brilhantes, derramavam o gosto por tudo quanto é belo, grande e sublime. O comércio livre abria as portas das cidades e auferia lucros consideráveis, e a navegação cobria com as suas mil asas todos os mares, penetrava em todos os portos, estabelecia relações com todos os povos.

Aqui a terra, que tinha as suas entranhas de ouro, que rolava seus rios sobre leitos de diamantes, que patenteava um seio virgem, úbero e fértil; que mostrava o seu clima benigno e vivificador, aí mísera e mesquinha, definhava nos braços mirrados da pobreza, aos olhos da miséria! O facho da ignorância ateava a chama da destruição nas florestas majestosas e seculares, filhas primogênicas do caos, cujas sementes fecundas derramara a mão do Eterno sobre estas plagas. A escravidão com seus cem braços negros e pesados ao uso das algemas, substituía o arado, e eternizava a rotina sobre os campos. Os grilhões do monopólio colonial fechavam magníficas baías capazes de abrigar as esquadras de todas as nações, represavam as fozes de rios oceânicos, trancavam as portas de novas cidades ao comércio estrangeiro, encadeavam a imprensa que sucumbira por três vezes, e vedavam as relações entre os povos do mundo. Dir-se-ia que o Brasil, roubado às comunicações universais, era como essa parte da lua eternamente oculta às observações do nosso planeta.

De volta à pátria eram esses peregrinos os bem-vindos de além mar, que desmentiam as narrações estrondosas e exageradas emitidas acerca do reino lusitano pelos seus naturais, e respondiam a mil interrogações curiosas sobre os países estrangeiros e suas sociedades; sobre as cidades e suas maravilhas monumentais; sobre a indústria e suas manufaturas; sobre a agricultura e suas produções; sobre a imprensa e suas publicações; sobre a navegação e seu comércio, e a prática amena, deleitosa e instrutiva vinha a rolar, fácil e suavemente encarreirada, acerca da nascente república americana, que lá se ia emparelhando com a ilustrada Europa, ou ia excedendo a muitos respeitos a antigos reinos do velho mundo, graças às suas instituições livres, e ao incremento que tomava a indústria, a navegação, e o comércio. Com os corações palpitantes de amor da pátria, homens e mulheres se juntavam de entorno aos jovens viajantes e os interrogavam sobre a história da emancipação do filho primogênito da liberdade americana. Os lábios, como que saboreando as doçuras de uma nova pátria, de uma

pátria liberta, gostavam de repetir os nomes dos esforçados e ilustres colaboradores da independência da colônia inglesa, embora estropeados e estranhos aos ouvidos latinos. Dizia-se então — *Monsieur Franklin*, — e nesse ilustre nome resumia-se toda a glória de um povo, toda a história de uma nação, e também o porvir de toda a América.

Já o fisco ia sendo iludido. Como o dragão do jardim das Hespérides velava com os olhos de Argos sobre o extravio do ouro e dos diamantes, e deixava passar despercebidamente pelas alfândegas as leis fundamentais e regulamentares da nova nação, as quais vinham fazer as delícias dos estudiosos e cevar a curiosidade de ávidos leitores, que percorriam essas páginas, — brilhante antagonismo das velhas ordenações do reino — que deviam mais tarde figurar apenas ao processo de uma inconfidência, como o maior dos crimes. Depois da leitura acendia-se o desejo de possuir essas instituições de que carecia o país, e maldizia-se da sorte quem tivera por pátria uma terra nova sujeita a velhas instituições portuguesas, seladas com o cunho dos tempos feudais.

Quem não verá nas palavras que precedem as poesias de Cláudio Manuel da Costa os desejos políticos que de nutria quando de volta da Europa se deixara dominar de bárbara melancolia?

“Não são estas, dizia ele, as venturosas praias da Arcádia, onde o som das águas inspirava a harmonia dos versos. Turva e feia a corrente destes ribeiros, primeiro que arrebate as idéias de um poeta deixa ponderar a ambiciosa fadiga de minerar a terra, que lhe tem pervertido as cores. A desconsolação de não poder subestabelecer aqui as delícias do Tejo, do Lima e do Mondego, me fez entorpecer o engenho dentro do meu berço.

Era o descontentamento dos brasileiros conhecido dos próprios estrangeiros. Em setembro de 1773 escrevia o ilustre poeta francês, o cavaleiro de Parny a respeito do Rio de Janeiro: “E’ este país um paraíso terrestre; a terra produz abundantemente os frutos de todos os climas; o ar é sadio; as minas de ouro e de diamantes numerosas; mas à todas estas vantagens falta-lhe uma, que é a única que pode tornar aquelas preciosas; — a liberdade! Tudo jaz aqui na escravidão; pode-se entrar, mas não se pode sair. Em geral acham-se os colonos descontentes e cansados de seus sofrimentos.”

No meio da agitação febril que nos fins do século passado começara a desenvolver-se em França e que terminou por um cataclisma político, por um dilúvio de sangue, viram-se os brasileiros residentes em Paris acometidos de seu contágio. O pensamento da independência nacional era o pensamento de todos eles; borbulhava-lhes na mente como fogo sagrado, como imagem brilhante, como sonho realizável, e o mito da nova crença ia deparar com um altar na terra norte americana. O exemplo de um povo novo e irmão pelo continente valia mais do que tudo. O sol que despontara primeiro para a pátria de Washington, de Franklin e de Jefferson, não tinha entrado no seu décimo terceiro signo, e a nova constelação da água americana não rutilava sob o seu céu? Espreitava-se pois a luz matutina, e os

olhos fixos no oriente procuravam antever as cores nascentes da nova aurora. Careciam, porém, de um Demóstenes que com a palavra inflammassem de entusiasmo as turbas, e lançassem os raios da instrução social sobre o povo retido nas sombras da ignorância, espalhadas como que de moto-próprio pelo governo colonial; precisavam da voz poderosa das cem bocas da moderna fama de Guttemberg, essa alavanca que inverte a marcha das nações, como a alavanca de Arquimedes inverteria a rotação de qualquer globo que gravita no espaço.

Era por demais sério e grave o que se passava em Paris, pois entabulavam-se negociações não só notáveis pelo seu assunto — independência do Brasil — como pelo caráter que revestia uma das partes, o enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados Unidos da América junto à corte de França, e, ainda mais, pela celebridade do nome que distinguia o indivíduo, o ilustre Tomás Jefferson, tão grato em toda a América, e cuja glória como que empresta alguns de seus raios à tímida e nascente aurora de nossa emancipação política.

O passo que davam os estudantes brasileiros era por certo arriscado. Lá estava a diplomacia portuguesa que não se podia mostrar indiferente aos acontecimentos relativos à emancipação das colônias. Iam, porém, guiados pelo amor da pátria, que não conhece dificuldades, e que afronta todos os obstáculos, como Aníbal ou Napoleão através dos Alpes, ou San-Martin passando os Andes.

Nascido na humilde choupana de um pobre artesano, mas sob o magnífico e esplêndido céu do Rio de Janeiro, recebeu José Joaquim da Maia no antigo seminário da Lapa as primeiras lições de sua educação literária. Sua aptidão para o estudo, o amor de engrandecer-se e subtrair-se à senda que lhe marcara a popularidade de seu nascimento e a obscuridade de sua ascendência o levaram a Portugal. A avidez de sua imaginação pedia campo mais largo a seus estudos e Paris, a pátria dos gênios dos tempos modernos, o recebeu indiferente no meio de suas festas ruidosas e de suas agitações políticas. Pobre e desconhecido, lutando com os tênues recursos de que mal podia dispor a bolsa de seu velho pai por intermédio de seus correspondentes, levava os dias e as noites ocupado em instruir-se, e nos seus momentos de ócio pagava um tributo à curiosidade lendo as páginas da história do abade Raynal consagradas à nova república do novo hemisfério, e a transmitia depois em narrações eloqüentes aos seus conterrâneos, entre os quais figuravam Domingos Vidal de Barbosa, José Mariano Leal e José Pereira Ribeiro. Pensa-se geralmente que recebera do Rio de Janeiro a comissão de apalpar os ânimos europeus a respeito da conjuração mineira, mas nada sabe-se de positivo a tal respeito. A sós com sua alma contemplava extático a águia americana que brilhava como um novo signo sob o céu de Colombo e depois baixando os olhos escutava o eco da pátria a ver se lhe repetia o brado insurrecional do Boston. No nascimento popular de Benjamin Franklin encontrava uma analogia que o animava; a glória do varão que na frase de Turgot roubara o cetro aos tiranos e o raio aos deuses era para ele a mais sedutora de todas as glórias humanas, e o seu nome o mais simpático entre os nomes dos colaboradores da independência norte-

americana. O sonho da ambição o extasiava, e a imagem da pátria lacrimosa, consternada e oprimida o afligia e o inquietava. Na imaginação brilhante arregimentava os seus compatriotas; hasteava no meio de suas fileiras o estandarte de uma nova nacionalidade, e o grito, que só mais tarde devia retumbar nos campos do Ipiranga, ecoava do Itatiaia e do Itacolomi aos ângulos do nascente império. A esquadra de Pedro Álvares Cabral cobriria ainda os mares? Aí estavam o Paraná e o Amazonas para converter as suas florestas em possantes naus e mandá-las ao oceano, e o pavilhão estrelado viria ondular sobre os mares de Colombo.

Corria o ano de 1786. A mocidade, que transpondo o Oceano Atlântico fora lançar a sua espada na balança de uma causa santa, voltara à França coberta dos louros da vitória, compenetrada de admiração e cheia de simpatia pela simplicidade dos usos e costumes e instituições democráticas; os elementos revolucionários, há muito tempo acumulados sobre Paris, pressagiavam tempestade horrível, sangrenta, e José Joaquim da Maia não quis por mais tempo adiar a execução de seu plano. Resolvido a realizá-lo, pediu e obteve do ilustre Tomás Jefferson o meio fácil de comunicar-lhe com toda a segurança um negócio de suma importância, e no dia 2 de outubro desse ano lhe dirigia a seguinte carta:

“Eu nasci no Brasil. Vós não ignorais a terrível escravidão que faz gemer a nossa pátria. Cada dia se torna mais insuportável o nosso estado depois da vossa gloriosa independência, porque os bárbaros portugueses, receosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem que possa fazer-nos mais infelizes. A convicção de que estes usurpadores só meditam novas opressões contra as leis da natureza e contra a humanidade tem-nos resolvido a seguir o farol que nos mostrais, a quebrar os grilhões, a reanimar a nossa moribunda liberdade, quase de toda acabrunhada pela força, único esteio da autoridade dos europeus nas regiões da América. Releva porém que alguma potência preste auxílio aos brasileiros, pois que a Espanha certamente se há de unir com Portugal: e, apesar de nossas vantagens em uma guerra defensiva, não poderíamos contudo levar a sós a efeito essa defesa ou pelo menos seria imprudência tentá-lo sem alguma esperança de bom êxito. Neste estado de coisas olhamos, e com razão, somente para os estados Unidos, porque seguiríamos o seu exemplo, e porque a natureza, fazendo-nos habitantes do mesmo continente como que nos ligou pelas relações de uma pátria comum. Da nossa parte estamos preparados a despender os dinheiros necessários e a reconhecer em todo o tempo a obrigação em que ficaremos para com os nossos benfeitores.

“Tenho-vos exposto em poucas palavras a suma de meu plano. Foi para dar-lhe andamento que vim à França pois que na América teria sido impossível mover um passo e não suscitar desconfiança. A vós pertence agora decidir se pode executar-se a empresa. Se quereis consultar vossa nação, estou pronto a oferecer-vos todos os esclarecimentos precisos”.

Não desprezou o ilustre Jefferson estas comunicações que mais tarde foram

levadas ao conhecimento do Congresso americano; procurou entender-se verbalmente com o autor da carta e emprazou-o para que comparecesse à hora marcada em lugar convencionado.

Tinha Jefferson deliberado experimentar as águas termais, outrora tão célebres, da bela cidade de Aix, a pátria da língua d'Oc e da literatura provençal e para lá partiu, mas desviando-se da estrada com o pretexto de ir examinar as antiguidades de Nimes, encontrou-se no meio das ruínas romanas com José Joaquim da Maia, que aí o aguardava pontualmente. Seguiu-se para logo uma interlocução viva, animada, interessante entre o embaixador da nova potência e o desconhecido filho da colônia escravizada, que nem um outro título poderia exhibir para esta entrevista que o seu amor da pátria.

Fácil em expressar-se, dotado de brilhante imaginação, repleto de conhecimentos sobre as coisas de sua pátria, pois conhecia as suas principais cidades e tinha percorrido as terras auríferas e diamantinas apresentou José Joaquim da Maia em largo quadro os recursos de seu país, o qual o ilustrado Tomás Jefferson não se dedignou de resumir para que fosse melhor conhecido nos Estados Unidos. Era dessa pintura que dependia o bom êxito de sua missão e pois empregou todos os esforços, sem que a exagerasse. Mostrou-lhe que o Brasil contava o mesmo número de habitantes que Portugal; que os portugueses, poucos em número, quase todos casados com brasileiras, nem uma lembrança conservavam do solo pátrio, nem mesmo nutriam o desejo de voltar a ele; e que estavam por isso dispostos a abraçar a independência. Fez-lhe ver que os brancos naturais do país formavam o corpo da nação; que a nobreza, apenas conhecida como tal, de maneira alguma distinguia-se do povo; que os escravos eram iguais em número aos homens livres, e seguiriam a causa dos senhores; que os índios domesticados eram destituídos de energia e os selvagens nenhum partido tomariam em tal negócio. Demonstrou-lhe que o clero era tanto composto de brasileiros como de portugueses, e que pouca influência exercia sobre o povo. Disse-lhe que haviam vinte mil homens de tropas regulares, que sendo ao princípio meramente portugueses haviam sido substituídos por brasileiros de modo que estes compunham então a maior força do país; que os oficiais eram em parte portugueses e em parte brasileiros; que seu valor era indubitável, conheciam as evoluções mas ignoravam a ciência da guerra e nem uma predileção tinham a favor de Portugal, nem por outro qualquer objeto; que havia muitos cavalos, mas que só uma parte do Brasil admitia o serviço de cavalaria. Informou-o acerca da instrução, que muitos indivíduos sabiam ler e escrever, mas que no Brasil não havia imprensa; que o povo possuía armas das quais se serviam para a caça e que haviam alguns armazéns delas. Ponderou-lhe que um ódio mortal dividia os brasileiros e os portugueses; que para reconciliá-los tinha o marquês de Pombal adotado a política de nomear os brasileiros para os empregos públicos, mas que seu sucessores tinham voltado à praxe antiga escolhendo para aqueles empregos somente pessoas nascidas em Portugal. Provou-lhe que os brasileiros consideravam a revolução norte-americana

como precursora da que eles desejavam; que os homens de letras eram os que mais a anelavam mas que não aparecia uma pessoa capaz de dirigi-la, de pôr à frente do movimento sem o auxílio de uma nação poderosa, pois que todos se arreceavam que o povo os desamparasse; que dos Estados Unidos esperavam todos os socorros; que precisavam de artilharia, munições, navios, marinheiros, soldados, oficiais e que para tudo isso estavam deliberados a recorrer aos Estados Unidos, entendendo-se sempre que os fornecimentos, e serviços seriam necessariamente pagos. Patenteou-lhe os recursos que havia e de que se podiam lançar mão; que as minas de ouro produziam ainda abundantemente, que o quinto, que o rei cobrava do produto das minas, andava por treze milhões de cruzados: que só o mesmo rei tinha direito de explorar as minas de diamantes e de outras pedras preciosas, que lhe rendiam quase metade dessa quantia; que só o produto dessas duas fontes de riqueza devia montar a dez milhões de dólares por ano; mas o remanescente do produto das minas, que subia a vinte e seis milhões, podia aplicar-se à despesa da revolução. Expôs-lhe que Portugal não tinha esquadra nem exército e que portanto não podia invadir o Brasil em menos de um ano, e que a considerar a maneira por que tinha de ser preparada e executada tal invasão não seria ela muito para temer e que a falhar não tentaria segunda, pois cortada a principal fonte de sua riqueza apenas conseguiria fazer um pequeno esforço; e que se a Espanha invadissem o país pela parte do sul ficaria sempre tão distante do corpo dos estabelecimentos que não chegaria até eles e que portanto a tentativa da Espanha não era para recear-se; que as minas de ouro eram entre montanhas inacessíveis aos exércitos, e o Rio de Janeiro tido pelo porto mais seguro do mundo depois de Gibraltar. Indicou-lhe que tinham a maior abundância de carne e tanta que em algumas partes matavam-se reses só para lhe aproveitar o couro, e que a pesca da baleia era exclusivamente feita pelos naturais mas em barcos pequenos, de maneira que não sabiam manobrar os de grandes dimensões. Apontou-lhe que pagavam a farinha de trigo e o peixe salgado a Portugal, e que portanto iriam sempre comprar esses gêneros aos Estados Unidos, que também lhes forneceria as embarcações necessárias à guerra e ao comércio. Finalmente lhe significou que a parte mais ilustrada da colônia tinha por infalível a separação; que sobre a revolução não havia mais que um pensamento do país, e que, no caso de serem bem sucedidos, organizariam o governo republicano, o qual seria generalizado a todas as províncias.

O ilustre embaixador, que havia escutado atentamente, procurou convencê-lo de que não tinha instruções algumas que o autorizassem a dizer uma palavra a esse respeito, e que apenas poderia comunicar-lhe as suas idéias como indivíduo, e estas idéias se opunham aos tão nobres como ardentes desejos do nosso compatriota, pois que lhe parecia que os seus concidadãos não estavam em circunstâncias de comprometer a nação em uma guerra com Portugal, cuja amizade desejavam cultivar, tanto assim que acabavam de celebrar com o seu governo um vantajoso tratado de comércio. Viu José Joaquim da Maia perdidos todos os seus passos, e dissipadas suas esperanças como as ilusões de um sonho, mas o ilustre Jefferson

lhe fez ver que não obstante o que lhe havia ponderado, não poderia a revolução do Brasil que fosse coroada de feliz êxito, de deixar de excitar vivo interesse aos Estados Unidos. “A esperança de consideráveis vantagens, dizia ele, chamará ao Brasil numerosos indivíduos em seu auxilio e por motivos mais nobres serão atraídos os nossos oficiais, em cujo número há muitos excelentes. Nossos concidadãos podendo sair da pátria quando querem, sem licença do governo, podem da mesma sorte dirigir-se para qualquer país”.

Despediram-se os dois americanos e deixaram aquelas ruínas majestosas, e que tão eloqüentemente falam da grandeza dos antigos romanos, e onde o brasileiro se recordará sempre desta entrevista, embora Domingos Vidal de Barbosa procurasse em seu depoimento rebaixar o mérito de seu contemporâneo, pintando-o como impostor miserável que se arrojava a uma missão para a qual não tinha poderes e que por isso acabara por merecer o desprezo do ministro plenipotenciário, quando a correspondência de Jefferson e o depoimento do coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes provam o contrário.

Retirou-se José Joaquim da Maia para a capital do reino português, essa famosa Lisboa; viúva de tantos heróis que a tinham engrandecido. Contrariado em seus desígnios, porém não vencido, jamais abandonara o pensamento da independência da pátria. Ruminava-o constante e tenaz em sua mente; se lhe fugia dentre ligeiras distrações, buscava-o, prendia-o de novo, afagava-o, e aninhava-o no seio de reflexões ardentes, sugeridas pelas dificuldades, fantasmas invencíveis que lhe surgiam de todas as partes, e que lhe escandeciam, e lhe abrasavam o cérebro. Quis rever o céu de Guanabara e as águas azuladas da magnífica baía de Niterói; saudar o Pão de Açúcar, essa sentinela de granito do empório da América do Sul; penetrar sob o teto de sua choupana; abraçar o velho pai, que definhava no ocaso da existência e respirar as brisas terrestres e marinhas da terra natal, que lhe dissipassem a nostalgia que lhe minava a vida. Dispunha-se pois a partir para o Rio de Janeiro, mas Deus dispõe, e a morte veio despenhá-lo no fundo do sepulcro. Não perecem as idéias regeneradoras da humanidade; hereditárias, vão de geração em geração até a sua realidade; e causas são que de necessidade têm de produzir efeitos. Semelham-se às fogueiras, faróis da liberdade, que transmitem de cantão em cantão a toda Helvécia o grito revolucionário e vitorioso de Guilherme Tell. Ele tinha procurado não imprudente, louca ou leviana, mas misteriosamente angariar prosélitos, transmitindo as suas idéias aos seus conterrâneos que estudavam em Coimbra, e comunicando os seus planos e meios de realizá-los.

Bem depressa a nova da projetada emancipação brasileira atravessou os mares e veio ecoar nas serras do Itatiaia e do Itacolomi e propagar-se; se pelos vales auríferos e diamantinos de Vila Rica, e de S. João d’el-Rei. Já a alguns ânimos timoratos do velho reino se afigurava a realidade da independência brasileira, triunfando sobre destroços ensangüentados de resistência armada e disciplinada do despotismo colonial. Lavrava a seus olhos terrível conflagração desde as margens banhadas pelo Amazonas até as orlas beijadas pelo Prata e desde as praias do



Atlântico até os píncaros dos Andes!

À sombra do pacífico claustro de Santa Clara de Coimbra estremecia a madre Joana de Meneses Valadares pelos dias de seus parentes que residiam no Brasil, o qual segundo ela, não tardaria em seguir o exemplo da América Inglesa. Em 18 de julho de 1787 escrevia a religiosa madre a seu primo Joaquim Pedro de Sousa Câmara, moço fidalgo da casa real, e sargento-mor dos auxiliares da comarca do Rio das Mortes, pedindo-lhe que se retirasse quanto antes para o Reino. “Vossa senhoria, dizia a providente freira, ainda que aí está bem aqui ficará melhor; e suponhamos que se introduz o espírito de vertigem nos ânimos desses naturais e que tumultuam; nesse caso parece que mais arriscado seria o partido da honra que vossa senhoria infalivelmente havia de seguir; e o melhor é evitar estes apertos e vir sem eles à presença da soberana e livrar-se de um governo subalterno, que às vezes degenera em despotismo”. Estas expressões não deixaram de influir no ânimo do sargento-mor que teve a imprudência de lê-las a seus amigos ajudando assim a propagar a idéia da revolta e da emancipação, e a carta, religiosamente conservada, veio depois a figurar na devassa que se tirou em Vila Rica.

Não esquecia o Brasil o cordato Jefferson, graças às impressões da entrevista das ruínas de Nimes, e lá de Paris procurava mas sem fruto entabular negociações com a corte de Lisboa, que franqueassem os nossos portos ao pavilhão estrelado. As províncias brasileiras, como as odaliscas do harém do grão-senhor, só podiam ser vistas pelos eunucos do governo colonial. “Não há, escrevia ele a um de seus amigos, não há razão para esperar que se nos dê alguma entrada no Brasil. Penso que é do interesse dos portugueses desviar todas as atenções que poderíamos ter de cooperar para a emancipação de suas colônias. Não conheço outro caminho para isto que não seja fazer-nos conveniente a dependência em que essas colônias estão da mãe-pátria; e para que tal dependência nos convenha é necessário que nos seja permitido o comunicar com elas. Contudo este modo de discorrer não será adotado pelo governo de Portugal.

### CAPÍTULO III

#### A HIPÓTESE DE UMA REPÚBLICA

A Capitania de Minas Gerais sob o governador Luís da Cunha e Meneses. — Contraste de seu governo com o de d. Rodrigo José de Meneses Castro, depois conde de Cavaleiros. Boatos acerca do levante. — Vexame em que viviam os povos. — Impostos cobrados pelo clero, magistratura e fisco. — Destruição dos teares. — O governador trata de militarizar a capitania. —

Desejos da independência nacional. — Falta de um chefe. — O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. — Concentram nele todos os conjurados as suas esperanças. — O dr. Cláudio Manuel da Costa. — O desembargador Tomás Antônio Gonzaga. — Cooperação dos mesmos. — Gonzaga e seus hóspedes e amigos. — Vila Rica e a Arcádia Ultramarina. — Os seus poetas. — Hipótese de uma república. — Passa a mesma a ato deliberativo. — Boatos sobre a sua legislação.

Governava a capitania de Minas Gerais com todo o peso da sua autoridade o capitão-general Luís da Cunha e Meneses e o vexame em que trazia os povos pela sua opressão, tornava ainda mais desejada a emancipação política, e com ela a aquisição de todos os direitos-civis. Ah! e que contraste oferecia o triênio de seu governo comparado com o de d. Rodrigo José de Meneses e Castro, depois conde de Cavaleiros! Já não era o incansável governador que percorria a capitania, que se enredava nos sertões dos Arripiados e de Cuiaté, povoados pelas feras e pelos botocudos tão bárbaros como elas, e que contra as ordens da corte, abria novas estradas sob o pretexto de evitar o contrabando do ouro e dos diamantes; — que dividia as terras auríferas em numerosas sesmarias e as distribuía por quem as pedia — que conseguia povoar a serra da Mantiqueira, e até fundar colônias com os vadios preguiçosos que vexavam as povoações, protegendo e animando os homens que trabalhavam. Tudo se havia transformado sob o seu bastão de ferro e como se imperasse a vara mágica de um gênio mau, a inércia substituía a atividade, e a capitania que progredia, parou e veio depois a retrogradar da prosperidade e incremento em que ia. Os povos desanimaram, e do desânimo passaram à murmuração.

Ganhava cada vez mais corpo o borborinho do desgosto público e por fim se fez ouvir no próprio palácio do governador. Indagou o capitão-general de que se tratava, e riu-se quando lhe falaram em sublevações e na facilidade com que o Brasil poderia abraçar e seguir o exemplo da América inglesa, a qual, arrojando os ferros do cativeiro, se constituía em uma das mais livres nações do mundo. Para ele era um sonho, era uma quimera. Tinha recursos para combater qualquer manifestação que se apresentasse, e sabia que habitantes da capitania, sujeita a seu jugo, também o conheciam para que se atrevessem a pôr em prática o que nunca passaria de uma mera palestra.

Esse desprezo para com as ameaças hostis de todo um povo, tão tiranamente oprimido, tinha pelo menos uma face boa. Não abusou o governador de seu poder discricionário para levar ao seio das famílias toda a sorte de perseguições, e com elas o lúgubre cortejo de seus funestos resultados. Lançando os olhos perspicazes por toda a sua capitania via aglomerados os elementos necessários para uma grande

conflagração, mas também contava com a inércia de seus habitantes, já escarmentados com os mais bárbaros exemplos de severidade pela energia de seus antecessores.

Ah! e como viviam os povos avexados por quantos impostos imaginavam o clero, a magistratura e o fisco! O colono trabalhava como de parceria para essas três harpias esfaimadas, que só se nutriam de ouro, e que cada vez se mostravam mais insaciáveis; envelhecia antecipadamente nos rudes trabalhos da mineração, enquanto que os padres e os seus empregados eclesiásticos, enquanto os ministros e os que viviam da justiça pública, enquanto os contratadores do fisco e seus apaniguados se deleitavam com as suas propinas e viam seus dias se deslizar pacificamente como se estivessem num éden dourado, verdadeiro paraíso das riquezas.

Entendia o clero que a primeira caridade cristã era tornar as igrejas em mais rendosos mercados deste mundo, embora o fosse à custa de repetidas violências e vexações. Não eram os preceitos da lei que professavam, nem o ensino das máximas do Evangelho, tão necessárias a educação religiosa dos povos, que eles faziam pagar a peso de ouro; — eram insuportáveis e forçadas contribuições extorquidas pelos párocos aos seus fregueses debaixo de pretextos de direitos paroquiais, benesses e pés de altar; eram as grandes e consideráveis taxas por conta de espórtulas, emolumentos, prós e percalços exigidos pela câmara e chancelaria episcopal e pelo juízo eclesiástico em benefício da mitra e dos juizes e oficiais de tais repartições.

Não compreendiam os magistrados, mandados do Reino para ministrarem justiça, que devessem sair pobres como haviam entrado nessas terras que regurgitavam de riquezas. Ante os ricos mananciais se lhes acendia a sede, e quanto mais bebiam nessas torrentes auríferas, mais insaciáveis se mostravam; e afinal exigiam areia de ouro sobre os seus despachos. Era assim que os emolumentos dos ouvidores e oficiais de justiça pesavam sobre os povos como a mais onerosa de todas as contribuições. Já o capitão-general Gomes Freire de Andrade, depois conde de Bobadela dizia em seu tempo, e na lhanza de sua linguagem, à corte de Lisboa, que os padres e os magistrados levavam das minas tanto cabedal como as fortes imposições do governo. De então em diante cresceram os abusos de tal maneira que a metrópole foi a reconhecer a justiça das muitas e repetidas queixas que depunham habitantes da capitania sobre os degraus do trono português.

O fisco com seu aparato de justiça, e sob o título de real fazenda, era em suas exigências a mais temível de todas essas harpias esfaimadas. Verdadeiro monstro horaciano, tinha os cem braços de Briareu, que estendia pelas terras auríferas para a arrecadação de todos os impostos, pois pagava-se o que entrava, e pagava-se o que saía; tinha os cem olhos de Argos, que alongava pelas avenidas vigiando o extravio, atormentado pela idéia dos contrabandos, e pelas denúncias que urdiam a inimizade e a vingança; tinha as garras do dragão das Hespérides com que senhoreava as terras diamantinas; e tinha finalmente o corpo da hidra de Lerna e estendia o seu

cordão avaro através das florestas, ao largo dos rios e por cima das serras. A messe era abundante e a colheita despertava cada vez mais a ambição da mãe-pátria. Cinco ramos, cada qual mais rendoso, constituía o seu patrimônio, tais como — o quinto do ouro — o contrato das entradas — o contrato dos dízimos — o donativo e a terça parte dos ofícios — e a extração dos diamantes. De todos eles, porém, o mais vexatório era por sem dúvida o quinto do ouro, e foi esse o único que deu lugar a tantos e a tão sérios tumultos, que terminaram por fim com as mais bárbaras e horrendas execuções.

Ora estabelecia-se esse imposto pelo sistema das bateias, e ora erigiam-se casas de fundição onde se pagava sobre a porção do ouro que se fundia. Ora substituíam-se as casas de fundição por uma só casa da moeda; e ora se tornavam a criar as mesmas casas para por sua vez substituírem à casa da moeda. Ora adotava-se o método da capitação que acabava com as casas de fundição, e ora as casas de fundição eram preferidas à capitação; e nesses descontraídos sistemas de cobrança do quinto maldiziam-se os povos, e só à força de ameaças de seqüestros em seus bens o satisfaziam. Pensava uma dívida enorme pelas contribuições não pagas por falta de recursos, e além disso aumentava o fisco com as taxas, conhecidas pelo nome de contrato das entradas, os obstáculos com que lutavam os colonos ricos e pobres da capitania. Tudo pagava o imposto da importação, quer se destinasse ao cômodo, ao fausto e ao luxo dos ricos, quer ao necessário para os trabalhos rústicos da mineração, da cultura das terras e para o sustento das classes menos abastadas.

Um gênero de primeira necessidade, como o sal, pagava de entrada a enorme imposição de noventa e três e três quartos por cento, sem atender-se às despesas de avarias, demoras, conduções por grandes distâncias e outros gastos que elevavam o seu preço a fabulosas quantias. O que porém mais admira é o imposto que agravava o preço do ferro manufaturado, indispensável aos trabalhos da mineração e da cultura! Subia o custo a trezentos por cento sobre o do de Janeiro! “E que capital, refletia o próprio ministro da rainha, e que capital não era preciso a um mineiro somente para compras e consertos dos instrumentos necessários para a sua lavra? E quantos serviços e novas descobertas deixariam de se empreender e prosseguir? E quantas matas e terras ficariam impenetráveis e incultas pela carestia dos ditos instrumentos próprios e únicos para esses trabalhos?”

Por outro lado viviam os povos da rica e industriosa capitania no maior descontentamento possível pela proteção que se dava à indústria manufatureira da mãe-pátria em detrimento da do país. Para verificar e animar os estabelecimentos do Reino e dar saída fácil às suas imperfeitas manufaturas era necessário aniquilar as fábricas brasileiras. O sopro, que era vivificante e animador no Reino, tornava-se mortífero na colônia. Não viu o governador d. Antônio de Noronha sem espanto e admiração o aumento considerável das fábricas mineiras, e a diversidade dos gêneros de suas manufaturas a ponto de se lhe afigurar que em pouco tempo ficariam os habitantes da capitania inteiramente independentes das fábricas do

Reino. Proibindo-as, foi o seu expediente adotado pelo governo da metrópole, que não só o sancionou como que estendeu a proibição a todas as capitanias do Brasil. Completou o facho dos esbirros incendiários por conta do governo a obra da destruição; — os teares desapareceram! Colonos, os brasileiros queriam manufaturar para si mesmos as suas fazendas quando a metrópole se encarregava de vesti-los, contanto que não esquecessem minerar a terra, e pejar com os quintos os cofres do seu real erário.

E pois todos esses elementos de descontentamento, acumulados desde tantos anos, eram mais que bastantes para formidável conflagração, porém o capitão-general, que tinha o bastão do governo da capitania em suas mãos, nada receava. Contava sem dúvida com elementos opostos, muito adredemente criados por ele, para combatê-los. Nos governos despóticos é tudo a força, e o governador não havia esquecido militarizar a capitania. Além de um regimento de cavalaria chamado dos dragões, composto de oito companhias com quatrocentos e setenta e seis praças e de três companhias irregulares de pedestres pertencentes à intendência dos diamantes com mais de cento e cinquenta praças, havia na capitania a força auxiliar, que era a milícia do país, composta de treze regimentos formados de corpos ou terços irregulares de homens pardos e pretos, tanto de cavalaria como de infantaria. Não quis o governador, a quem competia o posto de coronel do regimento dos dragões, usufruir em santo ócio as honras militares que lhe dava a sua patente. Entusiasmou-se pelas armas, e desejou que toda a capitania participasse desse entusiasmo, e portanto tratou de regular os auxiliares. Mais onze regimentos de cavalaria e oito de infantaria elevaram para logo a trinta e dois o número dos regimentos. Nomeou para esses novos regimentos numerosos coronéis, mestres-de-campo, tenentes-coronéis, sargentos-mores, e mais oficiais. Exorbitando assim das ordens da corte, e deixando primeiramente de participar ao governo da rainha pensava pelo menos que ganhava novas e multiplicadas afeições a troco de patentes, e que esses oficiais tirados do nada, como por encanto, contrabalançariam pela sua gratidão o espírito da popularidade desses regimentos, e que poderia contar com a sua adesão.

Não acreditava o governador na possibilidade de uma sublevação em toda a capitania; e pois uma parte sufocaria a outra e assim desprezava os boatos que circulavam. E onde estava a conjuração? Na boca de um ou outro descontente? Qual era o plano da revolta? Nada havia de positivo. Faziam-se conjeturas? Não lhes dava peso o governador.

Como a capitania mais rica entre as suas irmãs brasileiras, era também a capitania de Minas Gerais a mais ilustrada de todas elas. Podiam os seus habitantes pelas suas riquezas prover mais facilmente a educação dos filhos. A instrução, que lhes abria os olhos do entendimento, lhes infiltrava no coração o amor da liberdade, lhes avivava mais e mais afeição pelo solo natal. Era Vila Rica, a capital da província, o ponto da reunião dos poetas, dos padres-mestres que subiam ao púlpito com a eloquência nos lábios, e dos eruditos e curiosos que se entregavam a vários

ramos dos conhecimentos humanos. A idéia da independência nacional pairou por sobre aquelas cabeças cheias de inteligência, mas ninguém via em torno de si um chefe que concentrasse os elementos dispersos da conjuração, que lhe desse a necessária forma e saísse com ela à praça pública ao encontro da vitória, em busca do triunfo. Vogava-se antes num mar tenebroso de incertezas, sem bússola que apontasse o norte da desejada liberdade, e a possibilidade de alcançá-la como que desaparecia entre as mil dificuldades que vinham surgindo com a reflexão fria e sensata.

O tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, que na frase do coronel Inácio José de Alvarenga era a segunda figura na terra depois do governador-general pelo posto importante que ocupava, tornou-se o alvo objetivo dos conjurados e nele concentraram-se todas as esperanças. Era um dos homens mais estimados da capitania já pela sua candura natural, já pela sua condescendência ilimitada, dotes fatais que concorreram para a sua perdição. Filho natural de d. José Antônio Freire de Andrade, conde de Bobadela, e de d. Maria do Bom-Sucesso Correia de Sá, vira a luz nesta cidade do Rio de Janeiro e não tinha mais do que trinta e dois anos de idade. Casara na província de Minas Gerais com d. Isabel Carolina de Oliveira Maciel, filha do capitão-mor de Vila Rica José Álvares Maciel e d. Juliana Francisca de Oliveira. Seguiu como seus antepassados a profissão das armas, e era imediato do regimento de cavalaria regular ou dos dragões da capitania, porque as honras do comando pertenciam ao governador, no posto de coronel. Bastava pois a sua cooperação para assegurar a concorrência da única tropa que havia na capitania a recluir, a qual, estando sob as suas ordens, podia mover-se a seu aceno pela consideração em que o tinham tanto os oficiais como os próprios soldados, e assim concorreria a tranquilizar os ânimos menos corajosos a respeito de qualquer séria resistência que se procurasse opor à insurreição. Ou fosse levado pelo amor da independência nacional ou pelo lisonjeiro acolhimento que mereceu dos conjurados, os quais encarecendo-lhe a importância de que gozava, lhe angariaram as simpatias, não só abraçou o tenente-coronel Francisco de Paula a causa do levante como prestou-se a que depois se viessem a fazer na sua própria casa as reuniões dos conjurados, as quais se não eram públicas também nenhuma aparência guardavam de secretas aos olhos do vulgo, sem dúvida com o fito de desvanecer qualquer suspeita. Foi pois o mais ostensivo de todos os chefes do movimento.

Com o tenente-coronel Francisco de Paula faziam outros associados parte do centro diretor, mas com tanto mistério que mal sabiam os conjurados do que nele se tratava nem ao certo as pessoas que o compunham. Não há dúvida que o dr. Cláudio Manuel da Costa e o desembargador Tomás Antônio Gonzaga eram apontados como os primeiros chefes da conspiração. Gozavam pelo menos de grande reputação, quer considerados pela importância de seus empregos, quer pela sua ilustração, e por isso mesmo mais autorizavam a revolta e tornavam a causa

simpática à adesão dos menos crédulos, e assim prestavam seus nomes ao proselitismo.

Passava o dr. Cláudio Manuel da Costa por um advogado habilíssimo, e consciencioso; gozava em alto grau a estima do povo e era na verdade homem de conhecimentos superiores não só para o seu tempo como para o lugar em que vivia. Nascido na cidade episcopal de Mariana, tinha já por este tempo sessenta anos, mas ainda assim batia-lhe no peito um coração juvenil que estremecia pela pátria. Havia aperfeiçoado a sua educação na universidade de Coimbra e conseguira na Europa a fama de delicadíssimo poeta da escola italiana, sendo admitido na arcádia de Roma sob o nome pastoril de *Glauceste Satúrnio*. A melancolia que reina nos seus versos, os quais Vila-Rica sabia de cor, não estava de acordo com o seu gênio jovial, e a sua conversação era cheia de atrativos, sainetes e ditos espirituosos com que a tornava sobremaneira amena e deleitosa, se bem que algumas vezes se transformasse em ferina pela força do gracejo, como ele mesmo chegou a confessar e por isso na roda dos poucos, mas bons amigos, que freqüentavam o seu escritório, era sempre ouvido com sumo prazer e particularíssima atenção.

Vivia na abastança, pois possuía fortuna que lhe deixaram seus pais e que aumentara com o fruto dos trabalhos de sua banca. Tinha alguns irmãos, e estimavam-se extremosamente. Conquanto a bênção do céu, invocada pela Igreja Católica, não legitimasse a sua família, amava loucamente as suas filhas, e os seus netos.

Era a sua livraria a maior das particulares que se conheciam no vice-reino, e a melhor quanto à escolha das obras, sendo muitas dentre elas proibidas na colônia. Foi ele, como notou o cônego Januário da Cunha Barbosa, o primeiro escritor que na língua portuguesa tratou da nova ciência da economia política, comentando o *Tratado da origem das riquezas das nações*, publicado então em Edimburgo pelo célebre escocês Adão Smith, sendo que o manuscrito foi apreendido com outro inédito seu e teve o sumiço que o fisco real achou conveniente dar-lhe.

Logo que Luís Diogo Lobo da Silva tomou o bastão de governador da capitania honrou o dr. Cláudio Manuel da Costa com a nomeação de secretário do governo, lugar que ele serviu com todo o zelo e tino, pelo profundo conhecimento que adquirira de toda a capitania, durante as administrações do conde de Valadares e de d. Rodrigo José de Meneses, e que resignou logo que passou às mãos de Luís da Cunha e Meneses, que, como já vimos, não gozou das simpatias populares que obtivera o seu antecessor.

Passava o dr. Cláudio Manuel da Costa entre os conjurados por um dos colaboradores dos códigos fundamentais da nova república: parece porém que adiar a sua feitura para melhores tempos, e que quando muito ruminara na mente as bases principais, pois entre os seus manuscritos nada encontrou a confiscação a esse respeito que pudesse comprometê-lo.

Era o terceiro membro o desembargador Tomás Antônio Gonzaga, que acabava de ser ouvidor de Vila Rica e que gozava em toda capitania a mais subida

reputação, não, tanto pelos seus conhecimentos como pela simpatia que despertavam as suas maneiras delicadas e cavalheirescas, e a bondade de seu gênio, que o levava ao extremo da hospitalidade, pois a sua casa e mesa eram francas a todos quantos o conheciam.

Não era filho do Brasil; havia nascido no Reino, mas oriundo de família brasileira. A esta circunstância de seu nascimento quis ele socorrer-se quando tratou de se defender, como se até mesmo no lugar de seu berço não pudesse ele envolver-se em alguma outra conjuração republicana, como era afinal a conjuração mineira, não porque fossem republicanos os conjurados, mas por falta de quem dignamente cingisse a coroa americana.

Tornaram-se as casas destes três chefes os pontos de reunião nas quais discutiam os conjurados. Nasceu na de Gonzaga a hipótese da república, que foi abraçada como possível; demonstrou-se na de Cláudio Manuel da Costa a vantagem que se poderia colher da independência pela libertação do comércio dos diamantes, e adotaram-se na de Francisco de Paula as bases para o levante, como ver-se-á mais minuciosamente no seguimento destas pálidas páginas.

Tinha a casa de Gonzaga uma varanda onde ele jantava com seus amigos e hóspedes, a qual dava para o jardim. Encontravam-se aí muitas vezes os poetas de Vila Rica, que já desde muito se consideravam membros da ideal Arcádia Ultramarina. Aí vinham Cláudio Manuel da Costa e Alvarenga pela manhã saborear com Gonzaga o café, que tinha um dia de destronar o ouro e os diamantes de tão riquíssimas paragens e figurar com os seus ramos nas armas de um grande, opulento e rico império. Aí lia o cônego Luís Vieira da Silva as suas orações antes de declamá-las de cima do púlpito, do qual era o ornamento. Aí improvisava o coronel Alvarenga com o fogo sagrado da inspiração; escrevia Gonzaga as suas inimitáveis líras, e compunham o dr. Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, o intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira e o padre Miguel Eugênio da Silva Mascarenhas os belos versos que submetiam à apreciação e à lima de Cláudio Manuel da Costa, como o decano pela sua idade, como o mestre pelo seu gosto e ilustração, e neste comércio das musas passavam as horas naquele engano d'alma que bem dissera Camões que a fortuna não deixa gozar por muito tempo. Aí formaram eles aquele famoso libelo que sob o título de *Cartas chilenas*, imortalizou o governo despótico de Luís da Cunha, menos digno de tanta honra do que o do taciturno e bárbaro Visconde de Barbacena.

Nas horas porém mais recatadas, em que o círculo era mais limitado, e por isso mais íntimo, rolava a conversação como a lava do vulcão ardente e perigosa. A idéia da independência nacional tornava-se intuitiva a todos os brasileiros. Se alguns duvidavam dela então como uma utopia, essa utopia se lhes afigurava como uma realidade no porvir; era uma aurora sob os horizontes sensíveis, cujos raios ainda douravam o ocidente. Assim ninguém poderá outorgar a sua prioridade a quem quer que seja, sem manifesta injustiça a todo um povo. Há idéias que não têm autores; pertencem a todos; não era pois uma cabeça que pensava por muitos



indivíduos, mas sim, na frase de Inácio José de Alvarenga, muitas cabeças em um só corpo, esse corpo com muitas cabeças é — o povo. A idéia porém de república naquele empório de ouro e de diamantes, a qual quando muito estender-se-ia ao Rio Janeiro e a S. Paulo, deixando o resto da colônia entregue ao cativo colonial, como uma vasta Guiana, pertence a um indivíduo, que a formulou hipoteticamente. Foi Gonzaga o seu autor quando no seu jardim ao sussurro da viração da tarde enleada nos pinheirais que lhe ensombravam a habitação, referia-se às narrações que faziam os estudantes brasileiros que voltavam da Europa, entusiasmados com os acontecimentos que converteram uma colônia do Mississipi, rival do Amazonas, em florescente república, a qual começou por levantar-se e acabou por vencer a velha e poderosa Inglaterra. O coronel Alvarenga e o vigário Carlos Correia de Toledo, que eram hóspedes de Gonzaga, e que se demoraram em Vila Rica todo o tempo que decorreria da festa do Natal a dos Reis, dos anos de 1788 a 1789, abraçaram imediatamente a hipótese; discutiram-na como projeto realizável, e propagaram a idéia pelos círculos de seus amigos, pelas casas que freqüentaram à noite, onde tomavam chá e jogavam entrando pelas horas da madrugada. O tenente-coronel Francisco de Paula o e dr. Cláudio Manuel da Costa, menos ativos, porém assaz condescendentes, deixaram-se levar pela torrente.

Achou-se o pretexto e a idéia encarreirou-se e fez prosélitos. O lançamento da derrama, tão temido pelo povo, tornou-se desejado pelos conjurados. Viu-se assim Tomás Antônio Gonzaga à frente de uma conspiração sem que ele mesmo suspeitasse que era o seu chefe. A fim de engrossarem as suas fileiras espalharam os conjurados ao ouvido de seus amigos a cumplicidade do desembargador, e deu-se-lhe a colaboração das leis tendo por auxiliares a Alvarenga e outros de sua escolha.

Repetiram-se as práticas na presença do ex-ouvidor da comarca e em sua própria casa, práticas altamente criminosas, para as quais cominava severas e bárbaras penas a legislação ominosa daqueles tempos. Sabia o magistrado o perigo a que se expunha, mas, ou não deu importância que merecia à matéria e brincou com a hipótese, ou abraçou a causa confiado na grande oposição que nasceria no povo pelo lançamento da derrama, e certo portanto do feliz êxito que daí resultaria. A negação sistemática que Gonzaga adotou por defesa, e na qual tão habilmente se entrincheirou, faz que se hesite em qualificá-lo como conspirador, mas os depoimentos do coronel Alvarenga, que era seu parente, e de Cláudio Manuel da Costa, que era o seu mais íntimo amigo, dão testemunhos de sua cumplicidade. Não houve alguém dentre os conjurados que, apesar de ter denunciado na hora do perigo os seus amigos e condenado a conjuração, viesse depois reclamar à face da consumação do fato pelo brado do Ipiranga a glória que partilhara como um dos iniciadores da idéia? Quem sabe que quinhão de glória não solicitaria para si o desterrado de Moçambique se tivesse sobrevivido ao despotismo colonial?

Correu muito antes e depois das prisões que os dois amigos, Gonzaga e Cláudio, estavam encarregados da codificação das leis da intentada república, sem

que todavia se encontrasse entre os seus numerosos manuscritos um só papel que os compromettesse a tal respeito, mas tempo de sobra tiveram os conjurados para destruir as provas materiais que pudessem existir contra eles, e nem um documento figurou nas devassas inquiridas, que compromettesse os chefes, e são mesmos raros os que depõem contra os conjurados.

Propalou-se que os trabalhos sobre a legislação custaram o melhor de dois anos e que o coronel Alvarenga, primo e condiscípulo de Gonzaga na universidade de Coimbra, era ouvido em tão transcendente matéria. Desapareceram as provas e nada consta a esse respeito senão vagamente, e não poucos esforços empregaram os juízes inquiridores das devassas, e isso com o maior empenho, para entrarem no perfeito conhecimento não somente acerca dos mesmos códices, como relativamente aos seus colaboradores.

Sabe-se porém alguma coisa a esse respeito por haver transpirado e ter sido deposto nos numerosíssimos e largos interrogatórios que se fizeram pelo espaço de dois anos e meio. Dizia-se geralmente que as leis seriam favoráveis ao povo e que a república teria diversos parlamentos subordinados a um central. Seria a Vila de São João del-Rei a capital da república, ficando à Vila Rica, por compensação, a alta glória do assento das ciências, pois dotá-la-iam com uma universidade. Montar-se-iam fábricas de pólvora e de tecer algodão e os homens distintos, empregados na governança do estado, não trajariam senão estofos fabricados no país, ficando às outras classes da sociedade a inteira liberdade de se vestirem como fosse da vontade delas, sem que necessitassem consultar a pragmática do Reino. As mulheres que tivessem um certo número de filhos teriam um prêmio por conta do estado. Não haveria mais tropa paga; todos os cidadãos seriam alistados e pegariam em armas quando fosse necessário, voltando depois às suas ocupações. O ouro correria a 1.500 réis a oitava. Levantar-se-ia uma casa de moeda e o papel monetário circularia por toda a república. Os diamantes seriam livres. Os dízimos pertenceriam aos vigários. Queimar-se-iam os cartórios para começar uma nova ordem de coisas.

## CAPÍTULO IV

### TIRADENTES E ÁLVARES MACIEL

O alferes Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes. — Seu descontentamento e viagem ao Rio de Janeiro. — Seus planos e ambição. — Procura a proteção do vice-rei Luís de Vasconcelos. — Indiferença do vice-rei. — Encontro com o dr. Álvares Maciel. — Quem era ele? — Suas viagens pela Europa e sua rara instrução. — Seu entusiasmo pela independência dos Estados Unidos. — Reanima-se o Tiradentes. — Passeio à Serra da Tijuca. — Pompa da natureza brasileira. Inexequibilidade dos projetos do Tiradentes. Parte o dr. Álvares Maciel para a capitania. Conserva-se ainda o Tiradentes por algum tempo na capital do estado.

Achavam-se assim os ânimos, e em longa e misteriosa incubação existia o levante, quando um homem do povo, mas que fazia parte do regimento dos dragões comandado pelo próprio governador, decidiu-se a vir ao Rio de Janeiro. Estava ele no vigor da idade, se bem que algumas cãs já lhe anunciassem a infância da velhice. Chamava-se Joaquim José da Silva Xavier, mas era mais conhecido pela alcunha de *Tiradentes*, antonomásia que passou à posteridade. Descendia de uma modesta família de São João del-Rei que pouco possuía de seu, e enquanto seus irmãos abraçavam a vida eclesiástica e se acolhiam à sombra do altar, seguia ele a profissão de mascate e percorria o distrito de Minas Novas, mas a sua má fortuna levou-o à prisão e esse desgosto fê-lo com que não seguisse mais aquele gênero de vida depois que achou-se restituído à liberdade. Abraçou outra diametralmente contrária sem se lembrar que estava na pátria e que a carreira militar seria assaz limitada à sua ambição. Vieram depois os anos e com os anos as decepções, e com elas o desânimo, e em seguida o arrependimento e por fim o desejo de arrepiar caminho. Lembrado sempre para as mais arriscadas diligências pela sua bravura, que tinha o quer que fosse de fanfarronice; exato por jactância no cumprimento de seus deveres, era contudo esquecido em todas as promoções que se faziam em seu regimento. Condenado a ficar estacionário no posto de alferes, atingira a idade de trinta e nove anos preterido pelos seus inferiores, que lhe tomavam a dianteira e subiam em postos, tornando-se-lhe superiores.

Doía-se da injustiça, queixava-se com o azedume do ressentimento, e assim ia ganhando a desafeição de seus camaradas.

Em vão, para melhorar de fortuna, ideara Joaquim José da Silva Xavier entregar-se à mineração; do plano passou à realidade, mas com o mais infeliz êxito. Conseguiu adquirir um sítio ao pé da Rocinha da Negra, no porto de Meneses e barranco do rio Paraibuna, na freguesia de Simão Pereira, no caminho novo para o

Rio de Janeiro com casas de vivenda, senzalas monjolo, capoeiras, e matos virgens, compreendendo oito sesmarias com águas e terras minerais; faltavam-lhe, porém, os braços para os rudes trabalhos da mineração, pois não possuía mais do que três escravos e ainda para esses não tinha os utensílios necessários, e de tão elevados preços. Empenhou-se; e dentro em pouco vieram os credores com exigências agravar-lhe o estado e cavar-lhe a ruína. Procurou ainda tentar fortuna e seus olhos se voltaram para o Rio de Janeiro. Havia-o fascinado a opulência da capital do vice-reino do Brasil, quando aqui chegara da capitania de Minas Gerais, pelo tempo da guerra do Sul com o regimento de que já era alferes, e não duvidou mais dos recursos que lhe poderia sugerir ao seu gênio. Eram os últimos lampejos de sua estrela, que se apagava, e com os quais ele se iludia, tomando pelo brilhante esplendor de seu futuro tão cheio de trevas e sangue.

Fácil lhe foi obter do coronel de seu regimento e governador da capitania uma licença por dois meses para vir à capital do estado, e abraçando uma filha natural que tinha, deixou a sua casa da rua de S. José e tomou o caminho do Rio de Janeiro. Voltava em busca da fortuna, que tão contrária lhe havia sido na terra natal, mas para alcançá-la trazia apenas o seu estojo de dentista, em cujo ofício era hábil à maravilha. Seguido somente de um pardo, que sempre o acompanhava, entrou na capital da América portuguesa e apresentou-se ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, que o recebeu com indiferença, e nem o alferes Joaquim José trazia recomendação para melhor acolhimento.

Era ele de estatura alta, de espáduas bem desenvolvidas, como os naturais da capitania de Minas Gerais. A sua fisionomia nada tinha simpática e antes se tornava notável pelo que fosse de repelente, devido em grande parte ao seu olhar espantado. Possuía, porém, o dom da palavra e expressava-se as mais das vezes com entusiasmo; mas sem elegância nem atrativo, resultado de sua educação pouco esmerada; ouvindo-o porém na rudeza de sua conversação, gostava-se da sua franqueza selvagem, algumas vezes por demais brusca e que quase sempre degenerava em leviandade, de sorte que uns lhe davam o característico de herói e outros o de doido. Tornava-se assim o objeto de público gracejo, provocando o riso, e não poucas vezes as vaias e apupadas do vulgo. Não tinha instrução alguma além da ordinária, todavia era de fácil e intuitiva compreensão. A sua prenda, como então, se dizia, de pôr e tirar dentes, até desinteressadamente, graças à bondade de seu coração, que não condizia com a impetuosidade de seu gênio, lhe facilitava o conhecimento com numerosas pessoas e famílias, e o alferes Joaquim José deixou-se ficar na cidade, ao princípio obtendo a prorrogação da sua licença, e depois pretextando moléstias e outros motivos.

Olhando em torno de si previa ele o grandioso futuro da cidade do Rio de Janeiro, com a sua magnífica baía própria para receber todos os navios do mundo e no entanto fechada ao comércio pelo monopólio do governo colonial. Indagando das necessidades da rica e opulenta capital, e ouvindo falar na necessidade do encanamento das águas dos rios de Andaraí e Maracanã, para o abastecimento de

água potável, por isso que a da Carioca já escasseava a esse tempo à população que crescia a olhos vistos, e bem assim a construção de trapiches nas praias da cidade, buscou empreender tão estupendas e difíceis obras, cuja realização redundaria em proveito seu e do país. Tinha o plano por exequível e animou-se a falar sobre ele ao vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa; mas o vice-rei desprezou-o sem saber que deixava a sua execução ao príncipe regente, depois d. João VI.

Andava assim nessas incertezas quando desembarcou nesta cidade, vindo de Inglaterra, o dr. José Álvares Maciel. Conhecia-o da sua capitania e além disso era cunhado do tenente-coronel do seu regimento Francisco de Paula Freire de Andrade. Vinha o jovem Maciel de países livres, onde adquirira rara instrução e onde fora iniciado nos mistérios da maçonaria. Trazia a cabeça cheia de idéias democráticas, que lhe inspiraram os admiráveis progressos da nova república de Washington, Franklin e Jefferson, e a prática dos dois compatriotas rolou sobre o tema favorito.

Era José Álvares Maciel um jovem de vinte e sete anos de idade; tinha nascido em Vila Rica, donde seu pai era capitão-mor; e educara-se na Europa. Depois de se ter formado em ciências naturais na universidade de Coimbra, visitou a Inglaterra onde se demorou ano e meio completando a sua instrução, visto que seu pai o auxiliava com alguma quantia para a sua assistência; todavia parece que as idéias da emancipação política da sua pátria o moveram mais do que os seus estudos a essas viagens, e que era ele um dos dois emissários mandados à Europa para esse fim, e que enquanto José Joaquim da Maia conferenciava com Tomás Jefferson ele sondava a disposição dos ingleses a nosso respeito. Presume-se até que comunicara essas idéias aos estudantes seus compatriotas da universidade de Coimbra por intermédio do seu amigo o dr. José de Sá e Bitencourt, que encontrou em Lisboa, de volta de sua viagem à Inglaterra.

Falando o jovem Maciel de seus estudos ao alferes Joaquim José, tratou dos conhecimentos que havia adquirido à respeito da indústria manufatureira e sobretudo acerca da mineração.

Patenteando o progresso dos povos livres nos diversos ramos da indústria, do comércio e das artes liberais, acabou por lastimar que seus compatriotas jazessem nas sombras da ignorância e que, ainda em mal, não soubessem se aproveitar dos recursos que lhe oferecia o país muito mais favorecido pela natureza do que a Europa, e que com algum trabalho podia ter tudo quanto tinha o velho continente.

Falava o jovem doutor a um homem apaixonado, descontente, doído com suas preterições, e o alferes Joaquim José sentiu que lhe tocavam nas chagas abertas que jamais puderam cicatrizar, e procurou defender os seus compatriotas das injustas arguições de seu comprovinciano; tornou-se loquaz e lhe fez ver com todo o calor o descontentamento dos povos, vexados pelo governo da metrópole, e os males que pesavam sobre o país, o qual não podia possuir teares, nem ter ourives, e portanto a injustiça da sua censura.

Guardando o jovem Maciel toda a prudência, lhe disse com uma frieza mais

calculada do que natural, que pelas terras estrangeiras por que viajara ouvira sempre falar com a maior admiração da indiferença com que o Brasil olhava para o exemplo que lhes estavam dando os americanos-ingleses, os quais haviam sacudido o jugo europeu, e se tinham constituído numa forte e gloriosa nação.

Giraram os olhos do alferes Joaquim José em duas órbitas de fogo; correram-lhe as lágrimas ardentemente. Essa admiração com que os povos de além-mar viam a indiferença do Brasil a respeito da independência política lhe avivou a idéia da liberdade nacional, a qual tornou-se dali em diante o seu sonho dourado, a visão de sua alma. Assim fosse ele mais prudente e não passasse do amor da pátria ao mais exaltado fanatismo.

Visitou o alferes Joaquim José ainda algumas vezes o jovem doutor, e a prática que exerciam versava sempre e continuamente sobre as vantagens que se poderiam colher da emancipação do país. Incitava-os a pompa da natureza e suas variadíssimas e ricas produções. Animavam-se e como que viam a aurora da liberdade despontando sobre os altos cumes das montanhas da aldeia de Araribóia, na margem oposta da baía dos antigos tamoios. Mas a mão da desgraça com que lhes baixava sobre a cabeça e suas idéias desapareciam. Lastimava-se o Tiradentes que não fosse rico, para com as suas riquezas quebrar os grilhões coloniais e de novo os planos de novos aquedutos e armazéns à beira-mar lhe assaltaram a mente; e o desânimo desaparecia ante o riso da esperança.

Era loucura o projeto do alferes Joaquim José, mas tanto falou sobre ele, tão fácil o apresentou, que decidiu o dr. José Álvares Maciel a ir com ele examinar as águas do Andaraí.

Estavam no mês de setembro do ano de 1788. Desaparecia o inverno e começava a primavera a ostentar a pompa da magnificência tropical. Como eram então magníficas as montanhas da Tijuca, com florestas virgens, repletas de galas luxuriantes, povoadas de caça de todo o gênero e com suas cascatas ruidosas a despenharem-se livres como as formara a mão do Eterno! Aí chegaram os dois compatriotas e se entusiasmaram de novo com as belezas da pátria, com as cenas imponentes da natureza americana, e a fertilidade das terras que o cercavam. Eles estavam sobre o gigante que dorme o sono de pedra, insensível a seus sonhos de glória e de liberdade. Não viu o jovem Maciel nos projetos do alferes Joaquim José senão pura mania; e tomou como Luís de Vasconcelos e Sousa, o seu plano pela maior das dificuldades deste mundo nas circunstâncias pecuniárias, e de então, em que se achava o país, atrasadíssimo e sem nem uma indústria, e procurou fazê-lo desistir de tal empresa. Era, porém, o alferes de uma tenacidade espantosa enquanto não realizava o que projetava, o que na verdade contrastava com o homem que tão leviano se mostrava em suas palavras. Não desistiu, e ambos deixaram aquelas montanhas levando cada qual as suas convicções.

Partiu o jovem Maciel para a capitania de Minas Gerais, e conservou-se Joaquim José da Silva Xavier ainda no Rio de Janeiro por mais de nove meses, sempre atormentado pela falta de recursos e sempre desejoso de pôr em execução

seus grandiosos planos.

## CAPÍTULO V

### O NOVO GOVERNADOR DA CAPITANIA

Toma posse do governo da capitania o visconde de Barbacena. — As instruções de Martinho de Melo e as cartas chilenas. — Enorme dívida dos habitantes da capitania à fazenda real. — Disposição do governador para efetividade da cobrança. — Chama os vereadores da câmara de Vila Rica e os procuradores das outras vilas. — Mostra-lhe o alcance dos povos para com o fisco real. — A idéia do levante torna-se popular. — Intenta o povo abandonar a capitania. — O alferes Joaquim José e o desembargador Pedro José Araújo de Saldanha encontram-se em casa do coronel José Aires Gomes. — A primeira denúncia. — Pousa Tiradentes na fazenda do Registro Velho. — Suas práticas com o padre Manuel Rodrigues da Costa. — Chega Álvares Maciel à Vila Rica. — Tiradentes e o seu comandante Francisco de Paula.

No dia 11 de julho de 1788 tomou posse em Vila Rica do governo da capitania de Minas Gerais o capitão-general Luís Antônio Furtado de Mendonça, visconde de Barbacena.

Se o novo governador trazia em suas mãos as *Instruções* que lhe dera o ministro dos Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, e por elas se devia guiar na regência da rica e fértil capitania, retirava-se o seu antecessor levando consigo as *Cartas chilenas*, famoso libelo traçado por um poeta como que para servir de escarmento aos sucessores do famigerado capitão-general, que passou à posteridade de envolta com os motejos da musa satírica, de que era mais digno o que lhe sucedia no governo da capitania.

As *Instruções*, porém, do ministro ultramarino valiam mais para o novo governador do que a sátira veemente ao governo de seu antecessor. Sem dúvida o visconde de Barbacena riu-se dos poetas de Vila Rica e procurou a norma dos atos de sua administração nos artigos que lhe prescrevera o seu ministro. Para ele era melhor e mais suave agradar à corte de Lisboa do que aos habitantes da capitania de Minas Gerais. Seqüestrou a lira aos poetas, e pois não houve um novo Critilo que entregasse ao ridículo as ações de quem tão bem ou melhor ainda se soubera

mirar nos espelhos de Luís da Cunha e Meneses.

Por largas e substanciosas informações conhecia o ministro da rainha d. Maria I todo o estado da capitania confiada ao visconde de Barbacena, mas em vez de ver na diminuição dos impostos a decadência das minas auríferas, só deparou com palpáveis extorsões, que, segundo ele, iam reduzindo à quase metade de seu anual rendimento um dos importantes ramos do patrimônio régio, pois eram os habitantes devedores à fazenda real da enorme soma de quinhentas e trinta e oito arrobas de ouro ou de 3.305:472\$000 réis pelo alcance do rendimento do quinto, e as *Instruções* prescreviam a maneira de obrigar os povos à sua contribuição, segundo os recursos que lhe facultavam os respectivos alvarás.

Começou o visconde de Barbacena a sua administração despertando nos habitantes da capitania as mais sérias apreensões. Bem depressa souberam os povos que ele vinha munido das mais graves autorizações para proceder à cobrança dos quintos por via da derrama, e toda a capitania como que estremeceu abalada pela palavra que a obrigava a uma contribuição forçada. A idéia do levante acudia a todas as mentes como o único recurso a opor-se a tão formal exigência. Fosse ela pronta e a reação seria imediata, mas o governo da capitania divagou pelo campo das deliberações e formalidades, e os principais habitantes seguiram-lhe o exemplo; e enquanto aquele tratava de ver como lançaria a derrama, estes estudavam os meios de efetuar o levante.

Obediente às suas instruções convocou para logo o governador os deputados da junta da Real Fazenda e intimou-lhes que examinando os registros, contas, ordens e outros papéis existentes na sua contadoria dessem conta por escrito de seu comportamento no cumprir de seus deveres, mencionando os passos que tinham dado, as diligências que haviam feito ou as medidas que haviam tomado para evitar ou ao menos suspender os prejuízos da Real Fazenda e com que autoridade, ordem ou poder iludiram e deixaram iludir o alvará de 3 de dezembro de 1750, do que resultara o enormíssimo alcance de tantos milhares de contos de réis.

Fez também vir à sua presença o intendente e fiscal de Vila Rica procurador da coroa e Fazenda e deputado da junta da mesma Fazenda e lhe advertiu que os lugares de intendentes e fiscais haviam sido estabelecidos principalmente para obviarem os descaminhos e contrabandos do ouro; razão por que deviam residir nas cabeças das comarcas e casas de fundição, razão por que se lhes conferiram oficiais competentes e se lhes prestava não só o auxílio militar como a cooperação de todos os mais ministros de justiça da capitania, e que tanto ele como os demais intendentes e fiscais deveriam pôr por escrito a maneira por que tinham satisfeito e cumprido tais obrigações. Mostrou-lhes que essas fantásticas e irrisórias devassas, que eles procediam para nunca achar culpados, eram mais prejudiciais do que úteis à Fazenda Real.

Foi também o povo de toda a capitania chamado a contas e intimações. Como porém não era fácil admoestá-lo face à face com aquela solenidade que convinha ao governo colonial para seus fins, chamou o governador à sua sala a Câmara de Vila



Rica e os procuradores das Câmaras de outras vilas, e lhes mostrou em termos claros e concisos os dolos e prevaricações com que os habitantes da capitania de Minas Gerais se haviam conduzido, alcançando-se para com o fisco de modo que era da mais urgente necessidade indenizar a Fazenda Real de tantos e tão onerosos prejuízos.

Calaram estes fatos no ânimo do povo que se afrontava tão abertamente, e tornou-se a derrama o assunto de todas as palestras. Só esperava o governador mais exatas informações para levar ao conhecimento da metrópole a melhor maneira de saldar a enorme dívida em que se achava a capitania para com a Fazenda Real. Não duvidou o povo mais da possibilidade de medidas extremas que o coagisse a pagar por meio da derrama os quintos atrasados, que mal puderam em anos anteriores perfazer a soma de cem arrobas de ouro, que era a contribuição anual imposta à toda a capitania. Assustada com a promessa solene da realização da derrama, já receavam os habitantes o seqüestro de todos os seus bens por isso que não tinham suficiente ouro com que satisfizessem as reclamações da corte. Ganhou a idéia do levante incremento, mas aos espíritos tímidos tornava-se a vitória duvidosa pela desigualdade da luta, e pois a resolução de abandonar a capitania e desamparar as minas, que já pouco rendiam, foi lembrada como uma revolução pacífica e como uma lição ao governo colonial. Talvez muitos hesitassem no momento de realizá-la; mas propalavam a revolução como uma intimação negativa às ordens da corte. Não era um ataque positivo; era uma ameaça revolucionária.

No entanto ia o alferes Joaquim José da Silva Xavier, de volta da cidade do Rio de Janeiro à Vila Rica, pousando de fazenda em fazenda. Os elementos da revolução estavam ainda dispersos e poucas eram as pessoas que se animavam a falar em um levante formal, mas ele sondava os ânimos sem que contudo o fizesse como hábil conjurado e as mais das vezes tão imprudentemente que nem escolhia prosélitos, nem atendia os lugares. Procurava unicamente dar largas à sua loqüacidade.

Vivia na freguesia da Piedade da Borda do Campo o coronel de cavalaria auxiliar José Aires Gomes com casa de hospedagem para passageiros e armazém de víveres. Era casado com d. Maria Inácia de Oliveira, senhora de mui ricas prendas, irmã do padre Silvestre Dias de Sá, poeta humorístico, conhecido pelo padre Silvestre da Paraupeba, por aí possuir uma fazenda e do fazendeiro Manuel Dias de Sá. Contava o coronel cinqüenta e quatro anos de idade e nascera na freguesia da Assunção do Engenho do Mato, na comarca de S. João d'el-Rei. Além da fazenda de cultura da Borda do Campo possuía a rica fazenda da Mantiqueira, com capela e oficina de ferreiro, e as de Calheiros, Acassu e Passa-Três, bem como os sítios do Quilombo e do Confisco, onde ensaiava a plantação do trigo, e do Engenho, com um alambique, numerando em todas cento e quatorze escravos. Apesar da sua rudeza e ignorância quase completa, esmerava-se o coronel José Aires na educação de seus filhos, e tinha em casa um preceptor que se desvelava na educação dos mesmos.

O alferes Joaquim José, que já o conhecia há muito tempo, apeou-se à sua porta para repousar de sua longa viagem. Apresentava-se em companhia do dr. Pedro José Araújo de Saldanha, o qual ia substituir o dr. Tomás Antônio Gonzaga na ouvidoria da comarca de Vila Rica.

Recebeu o coronel José Aires Gomes os hóspedes com toda a cortesia. Via o dr. Pedro José Araújo de Saldanha pela primeira vez, mas lembrava-se do alferes Joaquim José desde o tempo do governador d. Rodrigo José de Meneses e Castro, depois conde de Cavaleiros. Andava então o alferes patrulhando o destacamento do Caminho do Mato do Rio de Janeiro, e muitas vezes pernoitara na sua fazenda do Passa-Três, na freguesia de Nossa Senhora da Assunção, até que sendo mudado de destacamento pelo governador Luís da Cunha e Meneses, o deixara de ver por mais de quatro anos.

Que pressentimento teria o coronel José Aires Gomes com a presença desses dois homens? Se o futuro se lhe aclarasse nesse momento bem poderia ver que a mão do destino lhe batia à porta conduzindo o chefe ostensivo de uma conspiração e o juiz de uma devassa em que ele seria infelizmente envolvido, e assim toda a sua família e fortuna.

Não quis o alferes perder o tempo e tratou de saber como iam as coisas pela capitania. O coronel que havia hospedado o governador visconde de Barbacena nas suas fazendas da Borda do Campo e da Mantiqueira, e recebido as maiores provas de consideração da parte da viscondessa, apressou-se em elogiar o seu governo e o contentamento em que viviam os habitantes, tanto mais que não era ele o que mais se devia recear da derrama por isso que as suas fazendas eram todas de cultura e não de mineração.

Não pôde o alferes ouvir pacientemente o elogio do governador e patenteou o seu pesar sem o menor disfarce. Estimava antes mil vezes que excedesse na tirania e nas ridículas pretensões do capitão-general Luís da Cunha e Meneses. Ao menos, acrescentava ele com toda a sinceridade de sua alma, que assim teriam os habitantes da capitania fortíssimos motivos de desgostos que os levassem a levantar-se, e a proclamar a república, tornando o país independente do jugo da metrópole, origem do retardamento do seu progresso. Procurando causar no coronel José Aires Gomes a mesma impressão que lhe causara as expressões do dr. José Álvares Maciel, repetiu-as o alferes Joaquim José do mesmo modo, estudando na fisionomia o seu efeito, e pois lhe fez ver que os países estrangeiros se admiravam de que o Brasil se não aproveitasse da lição e do ensejo que lhe dera a América inglesa, tanto mais que estavam prontos a favorecê-lo em semelhante intento.

Falava o alferes a um homem calmo, que havia transposto a idade das paixões e que há mais de meio século se habituara aos caprichos dos governadores talhados ao molde dos Luíses da Cunha e Meneses, e pois lhe disse o coronel José Aires Gomes, por única resposta, que pensava que em vez de se melhorar se agravaria mais o estado do país. O alferes, que mais desejava falar do que buscar consócios; que apenas procurava despertar uma idéia ou pesar um ânimo, não insistiu e

contentou-se com a resposta, que bem pudera ser também dissimulação.

No dia seguinte partiu o dr. Pedro José Araújo de Saldanha para Vila Rica sem que o alferes Joaquim José da Silva Xavier o acompanhasse. Fê-lo de propósito, senão para evitar a sua companhia ao menos demorando-se a pedido do seu hóspede, que estimava mais na sua pessoa o hábil dentista do que o leviano conspirador.

Deixou o alferes o hóspede ruminando as suas expressões e com as suas veleidades de ir denunciá-lo ao capitão-general, sem que para logo se animasse a tanto, e foi pousar na fazenda do Registo Velho, propriedade da viúva d. Joana Teresa de Jesus, onde habitava o padre Manuel Rodrigues da Costa. Era o padre ainda moço pois tinha trinta e quatro anos; havia nascido na freguesia de Carijós, na comarca de S. João d'el-Rei e residia com sua mãe. Conhecia-o o alferes de há muitos anos, e ao passo que deu notícias da capital do Brasil, as exigiu da capital da capitania. Sempre o mesmo, comunicava o alferes as suas idéias de emancipação política a todos os seus amigos e ainda às pessoas de mero conhecimento! O padre Manuel Rodrigues da Costa, que sabia que essas coisas estavam mais adiantadas do que geralmente presumia o alferes, receou-se da sua leviandade, e tornou-se reservado para com ele, e até dissimulando lhe disse, depois de tê-lo ouvido sem que o interrompesse, que ele por certo não conhecia a delicadeza da matéria em que tocava; que era mais prudente não falar em tal objeto e esquecer o que lhe havia contado, pois do contrário lhe poderia resultar muito mal.

No dia 28 de agosto de 1788 apresentou-se o alferes Joaquim José da Silva Xavier ao comandante de seu regimento, para logo dar parte de doente, pois com efeito chegara enfermo à Vila Rica. Reteve-o a sua enfermidade em casa pelo espaço de três meses; suspenderam-lhe o soldo e teve ele de recorrer ao empenho da amizade que contraíra na cidade do Rio de Janeiro com o dr. José Álvares Maciel. Era este jovem aparentado com o tenente-coronel de seu regimento Francisco de Paula Freire de Andrade e fácil lhe foi obter o que desejava o pobre alferes. Renovou Tiradentes a prática que tivera com o dr. Álvares Maciel na cidade do Rio de Janeiro, e conseguiu ser por intermédio de sua pessoa iniciado nos mistérios da conjuração que desde muito tempo se tramava em Vila Rica. Era o lançamento da derrama pretexto para a revolta, e pois os conjurados o aguardavam para soltar o grito, e desencadear a revolução.

Excitou a leviandade do alferes Joaquim José pouco e pouco a curiosidade do coronel José Aires Gomes. Ou fosse que pretendesse ganhar as boas graças do governador com a denúncia do que sabia, ou movido do desejo de conhecer mais a fundo o que se passava de real acerca do que ouvira, é certo que a mais de uma pessoa relatou o que lhe contara o Tiradentes, e do padre Manuel Rodrigues da Costa buscou mais exatas informações logo que teve notícia de que o alferes Joaquim José da Silva Xavier se havia hospedado em sua casa.

Não é líquido o que entre eles se passou a esse respeito; é certo porém que o coronel José Aires Gomes confessou ao padre com a maior leviandade que como ia

a Vila Rica visitar o governador não deixaria de lhe comunicar todo o ocorrido.

Não correspondeu o ânimo do coronel José Aires Gomes, à sua intenção: não deixou contudo de dizê-lo a quem o pudesse fazê-lo mais fácil e corajosamente do que ele. Para isso aproveitou-se do encontro que teve com o desembargador Luís Beltrão de Gouveia e Almeida em casa de João Rodrigues de Macedo, um dos contratadores mais felizes da Vila Rica, pela escandalosa proteção que gozava das próprias autoridades, e aceitou o convite que lhe fez o desembargador para acompanhá-lo num passeio à Cachoeira com o visconde e a viscondessa de Barbacena. Tiradentes e Alvares Maciel se entusiasmaram quando de sobre a serra da Tijuca contemplaram o esplendor do seu país para tratar de sua liberdade; o coronel José Aires Gomes só teve sobre a serra da Cachoeira o ignóbil pensamento da delação. Aproveitando-se da distância em que vinha o visconde com a viscondessa declarou o que lhe dissera o Tiradentes e pediu ao desembargador que o comunicasse ao visconde. O desembargador Luís Beltrão apenas lhe respondeu que o alferes Joaquim José não devia tocar nesse assunto, porque nem eram coisas em que se falasse. O visconde governador aproximou-se e o desembargador foi a par e passo conversando com ele. Presumiu o coronel Aires Gomes que o desembargador fizera o que ele lhe pedira, mas o desembargador nunca mais lhe tocou em semelhante assunto e é mesmo crível que o entregasse ao desprezo pelo modo por que se exprimira.

O coronel Aires Gomes deixou de novo Vila Rica e se pôs em viagem para a sua fazenda da Borda do Campo. Em caminho encontrou-se com o padre Manuel Rodrigues da Costa, que lhe perguntou se havia conversado com o governador a respeito do levante e o coronel, na persuasão de que o desembargador Luís Beltrão o havia feito por ele, lhe respondeu que sim. O padre então lhe voltou: — Pois estas coisas estão mais adiantadas do que se pensa!”

O levante era ainda uma idéia vaga, e já a delação se punha a caminho para receber a recompensa no sorriso do governador! Mas enganava-se o coronel Aires Gomes; não era a ele que competia esse papel infame, e a mão do destino o livrou de tão vergonhosa ação. Ele devia ser também um dos mártires da conjuração e foi. Entrou um dia em veleidades de querer ser poeta; escreveu um soneto, que classificou de décima, contra os europeus, que vinham enriquecer-se no Brasil e pediu-o a um amigo que o corrigisse e o acabasse. O soneto perdeu-o, pois teve as honras de uma assentada nos autos. Quis ser poeta e seqüestraram-lhe todos os bens, como se devesse pagar o fado dos inspirados das musas, somente pela intenção. E essa veleidade pesou mais no ânimo de seus juizes do que as práticas que tivera a respeito do levante, as quais somente serviram para se lhe encabeçar a pena.

Arrastou-o o destino à conjuração. Constantemente em contato com os viandantes que subiam do Rio de Janeiro, e curioso como todos os que habitam longe dos grandes centros de povoação, a todos pedia novas o coronel José Aires e a todos também as ia transmitindo. Em tempo em que a falta da delação formal em

negócio de conjuração era um crime de lesa-majestade, e quando só se falava em derrama e levante, devia prever-se que cedo ou tarde o curioso fazendeiro se acharia envolvido quer como conspirador, quer como denunciante, quer como não denunciante, nos negócios em que começava a entrar por mera curiosidade.

Eram ainda as invasões francesas dirigidas por Duclerc e Duguay Trouin, oitenta anos depois, o assunto das conversações, e falava-se sempre, e ainda sem fundamento, na possibilidade de uma terceira invasão, como ver-se-á por mais de uma vez no decurso desta história.

Achando-se o coronel na varanda da sua fazenda conversando com o pedagogo José Inácio de Siqueira, que era o mestre de seus filhos, e o padre José de Oliveira Lopes, interessado com o mesmo coronel no comércio da lavoura perguntou-lhe o padre que passeava com as mãos metidas entre a casaca e as costas:

— O' meu compadre, se ao Rio de Janeiro viesse uma armada francesa e essa fosse mais poderosa do que nós, o que faria vm. nesse caso com o seu regimento?

— Havia, respondeu o coronel, de dar a minha última gota de sangue pela minha soberana.

O padre soltou uma gargalhada e acrescentou: Pois entregar-se-iam os mais e só vm. morreria?

— Morreria com honra, repetiu o coronel. Eram serviços que ficariam a meus filhos, e teria o crioulo a ocasião de brilhar.

Ouvia o padre Silvestre Dias de Sá, que como hóspede tinha um gabinete que dava para a varanda, esta palestra tão insignificante e que tornou-se depois tão fatal a todos eles!

Primeiro do que o Tiradentes chegara à Vila Rica o jovem dr. José Álvares Maciel. Possuía em alto grau a instrução que faltava ao alferes ainda no mínimo, e tinha a vantagem de ser menos leviano do que ele. Trouxeram as suas palavras aos descontentes a possibilidade de converterem em certeza a esperança de melhorar o estado do país e entusiasmar os ânimos dotados da inteligência. Premunira-se em Londres e Paris de vários livros, que o fisco deixou passar pelas alfândegas e penetrar em Vila Rica, não obstante tratarem da história da emancipação da América inglesa e conterem a sua constituição e leis. Foram essas páginas da democracia ávidamente devoradas pelos olhos cubiçosos de tão vedados conhecimentos, e tornou-se a casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, a datar do mês de janeiro do ano de 1789 em diante, o principal ponto de reunião dos conjurados.

Com o fim de mostrar-se iniciado no levante contra a derrama ardia o alferes Joaquim José no desejo de praticar com o seu próprio comandante e angariar-lhe a proteção; instou pois com o dr. Maciel a fim de que o apresentasse ao seu tenente-coronel, mas o doutor desculpando-se procurou eximir-se a essa missão com o adiamento, pois era preciso, segundo a sua opinião, predispor o ânimo de seu cunhado para tão delicada como perigosa entrevista.

Ou fosse para evitar qualquer comprometimento que daí lhe pudesse provir ou não, aproveitou-se o dr. Maciel do desejo que lhe manifestara o visconde de Barbacena e empreendeu por esse tempo uma viagem aos sertões adiante de Jaguará com o fim de estudar os produtos da natureza, e como adoecesse o tenente-coronel, aproveitou-se o Tiradentes de semelhante pretexto para ir visitá-lo e, não podendo conter-se, tocou na matéria. Sobressaltou-se o tenente-coronel com tanta ousadia; e mostrou-se admirado de que o seu subordinado se atrevesse a lhe falar sobre tão misterioso e delicado assunto. O alferes, que pela força de sua loquacidade era bastante desembaraçado, explicou melhor o seu projeto e lhe fez ver que a causa do levante só dependia de sua vontade por isso que na cidade do Rio de Janeiro estavam os ânimos dispostos para o movimento insurrecional, e, a fim de lisonjeá-lo acrescentou que as pessoas que deviam pôr-se à testa da revolta só desejavam saber se podiam contar com a sua prepoderante adesão.

Não se mostrou o tenente-coronel, que era de uma condescendência ilimitada, estranho à proposição vendo que o Tiradentes estava melhor informado do que ele a respeito da suposta ramificação da revolta, o que aliás não era mais do que uma invenção. Acreditou pois facilmente que a capitania do Rio de Janeiro aderiria ao levante, dizendo que já alguém lhe havia falado sobre isso, mas que lhe pedia que se abstinhasse de continuar em semelhante prática por muitos motivos ponderosos.

Retirou-se o Tiradentes satisfeitiíssimo não por saber que o seu comandante tomava parte no movimento, mas por lhe ter dado a conhecer que ele também achava-se iniciado na misteriosa trama, e não sabendo conter-se, procurou imediatamente o capitão Maximiliano de Oliveira Leite que era de seu regimento e que estando destacado na Serra de Marmandil achava-se em Vila Rica, e tratou de obter a sua aderência. Ouviu-o o capitão atentamente e tornou-se pensativo. Quando o Tiradentes lhe assegurou que havia trocado algumas palavras com o seu comandante sobre a matéria, revoltou-se Maximiliano e pediu-lhe que não lhe falasse mais sobre isso que, a ser verdade, o acusaria. Caindo em si o alferes da sua indiscrição, obteve a promessa de que nada diria o capitão ao tenente-coronel.

Não deixou mais o alferes o seu chefe. Abusando da sua condescendência, e pretextando sempre diferentes motivos para procurá-lo, buscava de novo levar a conversação para o objeto de seus desejos, engrandecendo os recursos materiais do país. Pediu-lhe uma vez que se entendesse a este respeito com o seu cunhado Maciel, o qual com os conhecimentos que possuía, e com os estudos que havia feito, estava mais habilitado do que ele para melhor demonstrar a possibilidade de levar-se a efeito a sublevação; e outra vez veio contar-lhe a entrevista que tivera com o coronel Inácio José de Alvarenga, na própria casa do governador à Cachoeira do Campo, sobre tão delicado assunto. Fingiu-se o tenente-coronel de todo em todo estranho à matéria e lhe perguntou de que se tratava; explicou-lhe o alferes, e então o tenente-coronel patenteou-se sobremaneira admirado de que o coronel Alvarenga o ouvisse seriamente e terminou o Tiradentes por afiançar-lhe que era opinião do coronel que se podia fazer o levante e que ele lhe viria falar a

esse respeito.

## CAPÍTULO VI

### REUNIÕES DOS CONJURADOS

Conversa em casa de Gonzaga e Cláudio. — O vigário C. C. de Toledo. — Seu encontro em casa do tenente-coronel Francisco de Paula com Maciel e o Tiradentes. — Palestra sobre o levante. — Tratam de reunir-se novamente para assentarem nas bases da sublevação. — O coronel Alvarenga. — O tenente-coronel Francisco de Paula e sua jactanciosa importância. — Socorro ou nova invasão da França. — Maciel certifica e toma parte na prática. — Reunião notável dos conjurados. — C. C. de Toledo, Tiradentes, padre J. da Silva, Maciel e Alvarenga. — Gonzaga e o capitão Maximiliano. — Bases para o levante. — As capitânicas do Rio de Janeiro, Minas e S. Paulo. — A cabeça do governador. — O chefe do levante. — Distribuição dos papéis. — Espera-se a derrama. Os poetas. — Gonzaga e Alvarenga. — Canto genetliaco. — Senha para o levante.

A próxima derrama, que ia cair sobre a província — a chegada dos estudantes brasileiros, que viajaram pela Europa, com as suas narrações sobre o que se passava no Velho e Novo Mundo — e o estudo apaixonado da história da nova República e de suas instituições livres, — abalavam todos os ânimos, despertavam todas as atenções, quebrando a indiferença política. Conchegavam-se mais e mais os conjurados, falavam, ao princípio vaga e timidamente, depois com algum entusiasmo, até que despindo-se dos receios que os detinham, passaram de receosas palestras à discussões formais.

Era uma tarde e Gonzaga jantava com os seus amigos o coronel Alvarenga, o cônego Luís Vieira e o dr. Cláudio Manuel da Costa. Pendeu a conversação para o lado político, e tratou-se da possibilidade da proclamação da república segundo o exemplo dos Estados Unidos. Parecia que um incidente grave opunha-se à continuação da palestra. Era Gonzaga sujeito a cólicas biliosas e foi acometido por tão temível achaque. Tomou o seu capote cor de vinho e reclinou-se na esteira que o dr. Cláudio lhe estendera sobre os degraus da porta que dava para o jardim. No meio de suas agudas dores prosseguiu estoicamente na conversação que se tornara favorita, e que de outro modo nenhum encanto ou interesse lhe poderia oferecer

semelhante ocasião.

Em casa do dr. Cláudio Manuel da Costa reuniram-se também alguma vez os conjurados. Como quando não ia ver Gonzaga, apressava-se este em procurá-lo antes que ele fosse a casa de João Rodrigues de Macedo, onde costumavam a passar a noite, entretidos no gamão, achava-se assim também por vezes o ex-ouvidor em sua casa, na varanda que dava para o jardim. Aí conversavam eles e seus amigos sobre a possibilidade do estabelecimento da república. Havia o Tiradentes propagado por toda a parte o boato de que contava o Rio de Janeiro com o socorro da França para a proclamação da independência; deram-lhe uns crédito, duvidaram porém outros, e entre estes colocou-se o dr. Cláudio Manuel da Costa, que era dotado de muita timidez. Poeta mavioso como Petrarca, não era de gênio a elevar-se para ir fitar o sol da liberdade. Amava a vida pacífica, cultivava os doces amores, e pois não acreditou na propaganda do inexperiente alferes, a quem qualificava de estúpido com toda a sinceridade de sua alma. Ouviu todavia o dr. José Álvares Maciel, que melhor do que o Tiradentes expunha o que de real existia sobre a matéria, reunindo à proficiência de seus conhecimentos os encantos de sua linguagem. Modificou por tanto o cantor de *Vila Rica* as suas idéias; admitiu a possibilidade da intervenção francesa, e demonstrou com a ciência, que cultivava, quão rápido e admirável não seria o progresso do país se chegasse a proclamar-se independente. Negociaria nas pedras preciosas livre dos contratos que lhe tolhiam a maior parte dos lucros, do que resultava só poderem auferir os estrangeiros todas as vantagens. Então seria o ouro levado ao seu legítimo valor e não sairia mais da capitania. Viveria feliz o povo e não arrastaria miséria no seio de tantas riquezas.

Essas práticas foram mais longe. Questionaram com o exemplo dos Estados Unidos. Reflexionaram sobre as primeiras medidas que se deveriam tomar como era apreensão da caixa real a fim de que os quintos nela existentes fossem empregados em algumas despesas e no pagamento da tropa. Trataram da conveniência do fabrico da pólvora, discorreram finalmente sobre as armas que deveria ter a nova república, prevalecendo a idéia apresentada pelo coronel Alvarenga sobre a do dr. Cláudio Manuel da Costa.

Passava a casa do tenente-coronel Francisco de Paula, pelo seu bom gosto, como uma das melhores de Vila Rica. Eram as paredes ornadas de numerosos quadros, sendo alguns de ricas molduras; luxuosos os trastes; cobertos de damasco amarelo os assentos, e com prazer franqueava ele a seus amigos a sua livraria abastecida de boas obras.

De volta da sua viagem aos sertões além do Jaguará, atraía o dr. Maciel à casa de seu cunhado os curiosos das notícias de além-mar pois nesse tempo em que tão raras eram as gazetas, e essas mesmo de dimensões mesquinhas e destituídas de todo o interesse, alimentavam as longas práticas a curiosidade, a qual achavam agora pasto de sobra na conversação fácil e brilhante do talentoso jovem, pela variada instrução que soubera adquirir.

Em uma das noites das oitavas de Natal de 1788 encontraram-se aí, além do



dono da casa e seu cunhado, o padre Carlos Correia de Toledo, e o Tiradentes. O primeiro vinha sob o pretexto de pagar a visita que lhe fizera o tenente-coronel, e o segundo para visitar o doutor. O padre Carlos Correia de Toledo e Melo, vigário colado da freguesia de Santo Antônio Vila de S. José do Rio das Mortes, achava-se então em Vila Rica hospedado em casa do desembargador Tomás Antônio Gonzaga. Era um homem de cinquenta e oito anos de idade natural de Taubaté, na capitania de S. Paulo, e vivia abastadamente na sua paróquia, mas não só passava por grande demandista como gozava da fama de não pagar a quem devia. Seus pais Timóteo Correia de Toledo e Úrsula Isabel de Melo tinham vindo residir nessa povoação fundada pelo taubatenense João Afonso Serqueira.

Contava o padre Carlos Correia de Toledo muitos irmãos e uma irmã. Um dos irmãos fazendeiro, assistente na Vila de S. João d'el-Rei, era o sargento-mor de cavalaria auxiliar Luís Vaz de Toledo Piza. Casara-se a irmã com Félix Correia Leme, igualmente fazendeiro, e estabelecido na capitania. Numerava ainda outros muitos parentes que existiam em S. Paulo, e Rio de Janeiro. Mantinha boas relações de amizade em Vila Rica. Tinha ido à cidade de Mariana, residência episcopal, apresentar ao bispo d. frei Domingos da Encarnação Pontével a licença que havia solicitado da Mesa de Consciência e Ordens para passar-se a Portugal a fim de tratar de negócios de seu interesse, e dele havia alcançado permissão para ficar seu irmão o padre Bento Cortes em seu lugar, durante a sua ausência, como vigário coadjutor. Em Mariana hospedou-se o vigário em casa de Faustino Soares de Araújo, moço de muito boa roda o qual andava por trinta e quatro anos de idade, e era contador e distribuidor. Visitou-o aí entre outras pessoas o cônego Luís Vieira da Silva, e ambos falaram vagamente ao pobre amigo, com quem jantaram, sobre o levante que estava na contingência dos possíveis e sobre os poetas que mordiam no governador. A datar deste jantar que tão caro saiu ao amável anfitrião, começou a empalidecer a estrela do distribuidor. Voltando o vigário à Vila Rica e faltando-lhe fundos para as despesas da viagem, procurou obtê-los entre seus amigos, se não era antes isso um pretexto calculado de antemão para lhe servir de desculpa a todo o tempo que fosse descoberta a conjuração, pois nunca achou as quantias necessárias para semelhantes despesas, subterfúgio de que também lançaram mão muitos de seus correligionários políticos.

Era o Tiradentes insaciável e nunca perdia a ocasião de falar na revolta, encaminhando sempre que podia a conversação para esse lado, e pois perguntou ao dr. Maciel o que havia colhido de utilidade na sua viagem pelo sertão.

Respondeu-lhe Maciel com o entusiasmo do amor da pátria e da ciência, e lhe disse que se admirara da prodigiosa quantidade de vegetais úteis e de insetos curiosíssimos, e que desde Vila Rica até Sabará encontrava-se grande abundância ferro e cobre nativo; e interrogando-o o Tiradentes sobre a exequibilidade da exploração desses metais, ponderou-lhe Maciel que dependendo da licença do ministro ultramarino Martinho de Melo, inútil era pensar em tal empresa mas que era pena, por ser o país riquíssimo nas produções dos três reinos da natureza e que

cultivado e explorado com todo o esmêro seria inimitável e o primeiro do mundo.

Aproveitou o Tiradentes a ocasião para aduzir que bem poderia ser independente ou livre por isso que tinha em si todos os recursos necessários para a sua subsistência.

Esta preocupação, aliás tão razoável, trouxe a conversação ao ponto favorito, e acabou o Tiradentes por lhe perguntar se não seria fácil a fabricação da pólvora; fez-lhe ver o jovem doutor que era difícil em consequência do preço do salitre, o qual custava tanto como a pólvora já manufaturada.

Mostrou-se o tenente-coronel assaz contrariado com esta conversação na presença de testemunhas, cujo número ia crescendo; mas o jovem Maciel apoiou as expressões do Tiradentes, buscando persuadir ao tenente-coronel que a proclamação da república era a coisa mais fácil deste mundo e que seria quando muito questão de tempo, pois havia de dar-se ainda um dia. Com grande contentamento do alferes chegaram todos a concordar em levá-la à realidade. Não fixaram as bases para a sublevação, mas consideraram ser azada a ocasião para efetuá-la por isso que ia publicar-se a derrama; a sua publicação traria, como asseverava o Tiradentes com todas as suas forças, o geral descontentamento do povo e este abraçaria sem hesitar a proclamação da república, para com ela remediar tantos males.

Não saiu a prática revolucionária essa noite de tão modestas proporções mas é certo que se combinaram os conjurados para se ocupar mais seriamente com os seus pormenores, e compareceram depois em mais número.

Antes porém que isso sucedesse, veio o coronel Alvarenga à casa do tenente-coronel Francisco de Paula, cuja livraria estava à sua disposição. Aí estava o coronel diariamente para restituir os livros que, pedia na véspera, e levar novas obras com as quais se ocupava nas horas da vida que repartia então entre a palestra, o jogo e a leitura, pois achava-se ausente de seu lar.

Perguntou-lhe o tenente-coronel por notícias do Rio de Janeiro e mesmo particularmente se sabia do estado de agitação em que se achava a capital da colônia portuguesa, prestes a romper as cadeias e a proclamar a sua independência tendo por auxílio os socorros que se esperavam da França. Não eram estranhos ao coronel Alvarenga os desejos que tinha a maior parte dos negociantes do Rio de Janeiro. Almejava, dizia ele, não a liberdade política, que lhe parecia ainda uma utopia, mas a liberdade do comércio. Ignorava portanto que o Rio de Janeiro aderisse ao levante da capitania de Minas Gerais, o qual tinha por pretexto a derrama, pois somente sob este ponto estava ele inteirado, embora depois se mostrasse tão alheio a tais maquinações, e o tenente-coronel para confirmar-lhe as novas que recebera do Tiradentes, e o que lhe narrara o coronel José Aires, vangloriou-se de que os influentes do Rio de Janeiro aguardavam somente a sua adesão para se levantar. Conhecia o coronel Alvarenga o que se passara entre o coronel José Aires e o Tiradentes acerca do levante do Rio de Janeiro, tanto mais que indagando do coronel se entravam alguns oficiais de patente superior, este,

para mostrar-se mais corrente do mistério em que se envolviam essas pretendidas maquinações, lhe fez ver com algum desprezo aparente que eram novas do caminho que tinha ouvido o alferes, o qual contudo pouco ou nada sabia do que se tratava. Todavia não é líquido o que a este respeito respondera o coronel Alvarenga ao tenente-coronel Francisco de Paula. Sabe-se que ele pela sua levandade dissera na presença de seus juizes que vendo a fatuidade do tenente-coronel, o qual supunha que a metrópole do sul se lembraria do seu insignificante partido, juntara em tom de ironia que na verdade para onde ele pendesse cairia a balança do estado, e o tenente-coronel, sem que conhecesse a fineza de sua malícia, patenteou toda a sinceridade de sua alma, declarando que se a capitania de S. Paulo entrasse no mesmo projeto, ele não duvidaria abraçar a causa do levante. E' antes mais para crer que se pusesse o coronel Alvarenga a rir dos socorros da França, quando o porto do Rio de Janeiro achava-se então perfeitamente defendido, e sob a vigilância do vice-rei de Vasconcelos, cujas qualidades tanto ele engrandecera em seus versos. E' certo porém que depois da entrevista de José Joaquim da Maia com Jefferson, ia o boato dos socorros da França fazendo carreira pelas terras brasileiras. Acreditava-se sinceramente na possibilidade de uma nova invasão, não como a de Duclerc ou de Duguay Trouin, em que o país se lhes mostrou hostil, porém mais favorável ao povo, que cansado do jugo e dos tributos, que a mãe-pátria lhe impunha se enfileiraria sob o pavilhão do lis, a fim de que os seus portos fossem abertos a todas as nações do mundo.

Entrara neste momento de tão íntimas confidências o jovem Maciel, e como o coronel Alvarenga já o conhecia não teve o tenente-coronel dúvida alguma em lhe confessar que o coronel Alvarenga não queria acreditar nos socorros das potências estrangeiras para a sublevação do Rio de Janeiro. Não hesitou o jovem Maciel em tomar parte na conversação, e ajuntou que nas cortes porque tinha viajado falava-se muito relativamente a moleza e indolência do Brasil em não seguir o exemplo das colônias anglo-americanas, e que estas reflexões eram triviais até em Lisboa e Coimbra. Narrou, para mais corroborar as suas asserções que achando-se em Londres se publicara em uma gazeta que haviam morto no Rio de Janeiro ao vice-rei e logo quizeram os negociantes armar em defesa da nossa cidade, e só um armava dois navios de guerra a sua custa. Em poucos dias porém desvaneceu-se a notícia pela sua falsidade, e a gazeta foi recolhida por ordem do governo, sendo que os negociantes desesperaram com a publicação da verdade, que os contrariou em seus planos de coadjuvação.

Ao retirar-se o coronel Alvarenga, rogou-lhe o tenente-coronel que ouvisse sempre o Tiradentes; riu-se o coronel e, dizendo que era uma cara que jamais havia visto, desapareceu descendo os degraus da escada.

Dois ou três dias depois, designando o tenente-coronel Francisco de Paula a noite para a mais importante de quantas reuniões se haviam celebrado, mandou avisar pelo coronel Alvarenga o vigário Carlos Correia de Toledo e o desembargador Gonzaga para que tocassem em sua casa quando se dirigissem para

a do intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, como tinham por costume, a fim de se encontrarem com o alferes Tiradentes. E' de crer que outros, como Cláudio Manuel da Costa, recebessem o mesmo convite; mas não compareceram. Não se fez esperar o vigário Carlos Correia de Toledo; veio depois o amável Maciel, e em seguida o célebre padre José da Silva de Oliveira Rolim, que pretextou ter entrado por ver luz no gabinete. Ou não assistiu o desembargador Gonzaga ou fê-lo muito tarde, talvez pelo desgosto que lhe causava a figura pouco simpática do Tiradentes, e que era além disso seu inimigo.

Tornou-se por longa muito notável a demora do coronel Alvarenga; e, tomando o vigário Carlos Correia de Toledo da pena, traçou em meia folha de papel almaço, que dobrou, as seguintes palavras:

“Alvarenga. Estamos juntos e venha você já, etc. Amigo Toledo”. Um escravo do tenente-coronel foi o portador deste recado, que tanto tinha de lacônico como de perigoso. Achava-se o coronel Alvarenga em casa de João Rodrigues de Macedo, jogando o gamão com o coronel José Aires Gomes, quando o capitão Vicente Vieira da Mota lhe trouxe o bilhete fechado, que lhe entregaram à porta da rua. Lendo-o respondeu o coronel que iria logo que parasse a chuva, e em vez de rasgar guardou no bolso a prova de sua cumplicidade, a qual mais tarde tinha de figurar na devassa!

No entanto continuando os conjurados na sua fatal palestra não só trataram da matéria discorrendo mas passaram logo a cuidar do modo por que se deveria efetuar a revolta.

Como asseverasse o Tiradentes que tinha muita gente pronta no Rio de Janeiro, pediu o tenente-coronel Francisco de Paula que começasse o levante pela capital do vice-reino e que os influentes viessem à capitania de Minas Gerais com gente armada para decidirem-na a abraçar a sua causa. Então ele sairia à frente da tropa com o pretexto de atacá-los, mais que unindo-se, entraria em Vila Rica e faria proclamar a independência. O Tiradentes, que nenhum partido contava no Rio de Janeiro, onde antes temia a polícia do ativo vice-rei Luís de Vasconcelos, opôs-se ao plano de seu tenente-coronel, alegando que se ele partisse do Rio de Janeiro com gente para ir ajudar o motim antes de realizar-se o mesmo na capitania de Minas Gerais, poderia sair ao seu encontro maior porção de gente da capitania e oferecer-lhe séria resistência. Logo que compareceu o coronel Alvarenga, e que ficou inteirado do que se havia combinado, adotou à impugnação do alferes, sendo do voto que começasse o levante na capitania de Minas Gerais e se buscasse depois o socorro do Rio de Janeiro.

Ponderava o tenente-coronel Francisco de Paula com sinceridade que não duvidaria do êxito feliz se a capitania de S. Paulo aderisse à revolução, porque tendo o Rio de Janeiro dezesseis naus que he defendessem a barra tornar-se-ia inexpugnável, mas que o obstáculo não estava vencido, pois ficando S. Paulo fora da conjuração fácil seria ao governo português meter na capitania de Minas Gerais os socorros que bem lhe parecesse. Juntas as três capitanias, certo seria o êxito e

decisivo o triunfo. Lembrou que tinha em S. Paulo bons amigos com os quais podia corresponder-se, e Alvarenga apoiando-o, juntou que ele residia na Campanha, onde havia portadores todos os dias para aquela capitania, e que até seria ele o condutor seguro porque em breve iria à vila de Santos a visitar um tio, que nunca tinha visto.

Ficou pois decidido que o levante começaria na capitania, logo que se publicasse a derrama, que necessariamente daria causa para a geral consternação do povo, o qual não podia com o peso de tão forte contribuição. Na noite desse dia sairia o alferes Tiradentes com alguns companheiros gritando pelas ruas de Vila Rica — *Liberdade!* — Acudiria o povo consternado ao alarma, e fingindo por-se, apareceria o tenente-coronel Francisco de Paula com a tropa, e perguntando que pretendia o povo e respondendo os conjurados que a liberdade, concordaria que era uma coisa justa, e dirigiria como missionário uma fala à tropa para que o acompanhasse, enquanto o alferes Tiradentes se acharia a seu lado para convencê-la.

Pediu o Tiradente para si a ação maior e de maior risco nesta conjuração, mas fê-lo de maneira tão extravagante, que tornou o sublime em ridículo e provocou o riso. Ofereceu-se para ir à Cachoeira prender ou matar o governador visconde de Barbacena pois era o primeiro passo a dar-se. Conduzida a sua cabeça em triunfo à Vila Rica, se imporá ao povo respeito pela nova república e se concluirá o tumulto com a proclamação da liberdade, que era o fim que se procurava atingir, dizendo em rápida alocução: — Meus amigos ou seguir ou morrer!

Não pareceu isto bom ao tenente-coronel pelo mau jeito que iam levando as coisas, e acabou por ameaçar que marcharia antes para Cachoeira, como quem apontava para o lugar que de direito lhe competia, ao que rindo-se acudiu o coronel Alvarenga que então lhe tirariam a cabecinha. Concordou o vigário Carlos Correia de Toledo que não se devia matar o governador, e que melhor era pô-lo com sua família abaixo do registro do Paraibuna. Lembrou Alvarenga que o mandassem para a Bahia. Fez-lhes ver o padre José da Silva que eles não sabiam o que era uma viagem destas porque não tinham andado por lá, como ele; que o caminho não era praticável, a menos que quisessem negar-lhe todas as comodidades. Ofereceu o Tiradentes, com aquela originalidade que o caracterizava, uma de suas sesmarias para estabelecimento do visconde general por isso que o mesmo não havia de querer voltar para o reino com tão mau sucesso, e que privado do governo como ficaria, nenhuma influência poderia mais ter. Assentaram pois em mandá-lo pôr no registro do Paraibuna, devendo a viscondessa e o resto da família segui-lo depois. Lá dir-se-ia ao visconde general que fizesse muito boa jornada e declarasse em Portugal que já na América se não precisava de seus generais.

Publicar-se-ia, expulso o governador, um bando em nome da república, o qual substituiria melhor o discurso ou a alocução lembrada.

Tratou-se em seguida de eleger um chefe, que era na verdade a maior das dificuldades pelos perigos que a cercavam, mas buscou fazê-la desaparecer o

coronel Alvarenga declarando que não se queria cabeça e sim muitas cabeças em um só corpo unido, por isso ocorreu dizer ao Tiradentes, não sem algum espírito, que a coisa ficaria meio no ar, e sem cabeça. Pensava Alvarenga que assim dividia a responsabilidade por muitos, engano que o tempo tomou a si demonstrá-lo, pois ficou semelhante eleição à vontade dos ministros da alçada!

Lembrou-se o Tiradentes que caberia à nova república nova bandeira. Ponderando que Portugal adotara por armas as cinco chagas de Jesus Cristo, propôs que se adotasse por armas da nova república um triângulo significando as três pessoas da Santíssima Trindade. Já sobre esse assunto, que não era aliás da menor importância no ponto de vista em que se achavam as coisas, haviam discutido o coronel Alvarenga e o dr. Cláudio Manuel da Costa. Era o doutor de opinião que se preferissem as armas da bandeira americana, que consistiam no gênio da América quebrando as cadeias, e tendo por legenda estas palavras *Libertas aequo Spiritu*. Impugnou o coronel a pobreza da idéia, e o doutor propôs então a seguinte: *Aut libertas aut nihil!* Ou liberdade ou morte! Apelou Alvarenga para o versículo de Vergílio: *Libertas quae sera tamen!* A liberdade posto que tardia! E essa foi a escolhida, mas esqueceram designar as cores da bandeira que talvez ficasse subentendido que deveria ser toda branca como a portuguesa.

Coube a vez da distribuição dos papéis. Declarou o tenente-coronel que a tropa correria por sua conta e que faria com que o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira desse duzentos barris de pólvora ou a que fosse necessária. Falaria o Tiradentes a diversos e daria o vigário Carlos Correia de Toledo cem homens ou reduziria os povos da Vila de S. José e da capitania de São Paulo, sua pátria. Asseverou o coronel Alvarenga que tinha na Campanha do Rio Verde uns poucos de homens chamados *pés rapados*, que poderiam servir, os quais andariam por quatrocentas a seiscentas pessoas. Ofereceu-se o padre José da Silva para angariar gente em Minas Novas. Resolveu-se que além disso seria incumbido da administração dos diamantes e que procuraria criar partido contra a oposição dos ministros; ao que ele anuiu, acrescentando que não careceria de gente de fora, porque para os ministros bastavam os seus mulatos.

Considerando-se que haveria necessidade de grande porção de pólvora, concordaram todos em que se mandasse vir. Observou o padre José da Silva que tinha algum dinheiro no Rio de Janeiro e que fá-lo-ia ir em pólvora. Apresentou-se o dr. Maciel pronto a montar uma extensa fábrica deste misto além de várias manufaturas, nas quais se aproveitassem as matérias-primas do país.

Dispostos a concorrerem com as suas pessoas, a reduzirem seus amigos, a recrutarem quantos conhecidos pudessem, concluíram todos que a sublevação se faria, a não ser contra ela o tenente-coronel Francisco de Paula, sem que contudo se marcasse dia para o levante. Advertiu o tenente-coronel este que ainda sentia suas dificuldades, mas, sendo de fácil condescendência, cedeu depois às reflexões dos conjurados e decidiu-se a tudo.

Veio ainda o dr. Maciel com uma objeção, na qual se continha para ele o

maior de todos os obstáculos, e era isso o número dos escravos superior ao dos livres, e que por conseqüência tomariam o partido contrário, insurgindo-se contra os livres, o que complicaria a situação. Combateu Alvarenga a objeção votando pela liberdade dos escravos, e como Maciel ponderasse que nesse caso desapareceria o serviço das minas com a falta de braços necessários à cultura e mineração e portanto ficariam todos sem ter do que subsistir, além do grande risco que correria tudo, modificou a preposição, limitando a libertação aos crioulos e mulatos. Ainda assim mostrou Maciel o risco que nasceria da rivalidade entre os que ficassem escravos e os que fossem libertados. Além disso não era pequeno o número dos europeus e poucos se achariam com ânimo de ficar no país e por isso seria preciso cortar a cabeça a todos eles.

Manifestou ser este o seu parecer o padre Carlos Correia de Toledo, mas opôs-se Alvarenga não só pela impiedade como pela oposição que ofereceria os próprios europeus, pois não se deixariam assassinar impunemente. Demonstrou ainda Maciel que a maior parte deles era aparentada com americanos, os quais por certo não veriam a sangue frio o morticínio dos seus parentes. Venceu-se afinal que não se derramasse sangue algum ou a derramar-se fosse o menos possível.

Não se marcou dia para o levante, segundo o vencido, convencendo-se porém que ficasse tudo suspenso até ver o rumo que tomavam as coisas, e qual a disposição do povo, no caso que se lançasse a derrama.

Às oito horas da noite retirou-se o padre José da Silva, o qual sendo hóspede, pediu para isso a necessária permissão, e entrou o capitão Maximiliano de Oliveira Leite, e apesar de um dos conjurados assegurar que podiam continuar naquela palestra por comungar o capitão as mesmas idéias, assentaram todos que era mais acertado a dispersão. Era a noite chuvosa e a chuva estiano permitia a saída de todos sem que o capitão se ofendesse por isso.

Continuou a casa do tenente-coronel a ser procurada pelos conjurados, mas vedava-os a presença de pessoas estranhas à conjuração a que livremente se entregassem às práticas revolucionárias; ainda assim encontrou o coronel Alvarenga Peixoto no seu estro o modo de tocar as cordas do patriotismo dos corações daqueles que ali concorriam e por acaso se encontravam na modesta livraria do tenente-coronel. Viram-se ali uma noite além do dono da casa, o dr. Francisco Pais, o capitão Maximiliano de Oliveira Leite, o Tiradentes e o coronel Alvarenga. Acabava Gonzaga de entrar, subindo a escada, quando ainda o vigário de S. José descia.

Era ao toque da Ave-Maria. Rolava a palestra sobre as obras e seus autores, e riam-se com as profecias do Bandarra, que de pobre sapateiro havia sido elevado por seu editor à categoria de um dos primeiros poetas portugueses!

Incitados os poetas, improvisaram o desembargador Gonzaga e o coronel Alvarenga por algum tempo, até que lembrou-se este último do seu canto genetliaco feito por ocasião do batizado de d. José Tomás de Meneses, filho do governador d. Rodrigo José de Meneses, depois conde de Cavaleiros, e repetiu com

o fogo do patriotismo as belas e sublimes oitavas que lhe inspirara a pátria.

A musa americana lhe havia ungido os lábios com as suas harmonias e a poesia brasileira ostentou-se em toda a verdadeira pompa. Saudou o poeta a pátria, que já podia ufanar-se de ter por filhos os heróis de que somente se gloriava a velha Europa. Mostrou depois as florestas que se convertiam em esquadras, para dar leis aos mares ou em palácios custosamente levantados pela arte para fazerem uma maravilha de Lisboa. Apontou para a coroa que brilhava sobre a cabeça da rainha, para o cetro que sustentava a sua augusta mão; meras produções das ricas terras do Brasil. Fez ver depois uma raça vigorosa e possante, qual uma falange de gigantes, avergada aos mais ásperos trabalhos, lutando com todos os elementos para mudar as correntes aos rios, rasgar as entranhas às serras e roubar à terra as suas riquezas. Chamasse embora a Europa, reclinada no seio das delícias, a sua pátria de bárbara, que bem diferente a achava ele, que amava os laços do berço natal. Concluiu enfim pedindo ao céu que só lhe permitisse ver o dia em que o filho do herói fosse convidado a reinar sobre a sua pátria.

Despontam nesse canto não só dissimulados pensamentos patrióticos como todo o reflexo da luz do Ipiranga, e essa luz refletiu dos semblantes dos amigos que o escutavam, e brilhou majestosamente nas mais expansivas expressões de entusiasmo. As suas palavras, como faíscas elétricas despedidas de sua mente abrasada pelo estro, tocaram as fibras daqueles patrióticos corações e despertaram o amor da pátria e da independência nacional.

Já não eram somente admiradores da bela poesia que aplaudiam; mas também conjurados, que ali se achavam, e que aceitavam a cumplicidade das frases revolucionárias rebuçadas em imagens poéticas, aprovando-as e redobrando de entusiasmo. A lembrança de se haver o poeta aproveitado de um batizado, para falar com toda a expansão de sua alma, trouxe mais tarde a idéia da senha da malograda revolução.



## CAPÍTULO VII

### GONZAGA E O LANÇAMENTO DA DERRAMA

O contratador João Rodrigues de Macedo. — O seu escritório e o guarda-livros Vicente Vieira. — Suas questões sobre nacionalidade. — As visitas. — Conferências do cônego Luís Vieira. — O inglês Nicolau Jorge. — Sorrisos do tenente-coronel Basílio de Brito. — Domingos de Abreu, Tiradentes e o padre José da Silva. — Vida aventureira do padre. — Seu desterro e volta à capitania. — O tenente-coronel Francisco de Paula e suas palavras misteriosas. — Torna-se o padre um dos conjurados. — Disfarce de Francisco de Paula. — Propõe-se a ir ao Reino acompanhando Gonzaga à Bahia. — Projeto de casamento deste com d. Maria Joaquina Doroteia de Seixas. — “Marília de Dirceu”. — Gosto de Gonzaga pelo bordado. — O vestido da noiva. — Dispersam-se os conjurados. — Ordem real para o lançamento da derrama. — Opinião de Gonzaga ante o procurador da coroa. — Recorre ao governador.

Vivia em Vila Rica João Rodrigues de Macedo altamente protegido pelas autoridades. Passava por um dos mais felizes contratadores das entradas, pois somente num lance conseguiu empolgar os dois triênios de 1776 a 1781 por somas favoráveis. Era caixa e guarda-livros de sua casa Vicente Vieira da Mota, capitão de uma companhia de ordenanças de Minas Novas; tinha nascido no Porto, e contava cinqüenta e cinco anos de idade, e como na casa de João Rodrigues de Macedo não só se reuniam como se hospedavam muitas pessoas importantes da capitania e fosse ele muito estimado do seu patrão pela grande confiança que lhe merecia, tomava o bom do guarda-livros a palavra nas palestras, e emitia a sua opinião sobre todas as questões que se tratassem à sua vista, pelo prurido que tinha de falar. Não poucas vezes irritava-se o bom do homem quando as práticas se azedavam levadas adrede ou acidentalmente para o terreno da nacionalidade. Não gostava dos brasileiros, e pelo seu voto não seriam filhos da América empregados no governo de seu país, nem exerceriam o menor cargo; passaria a tropa da colônia para o reino e a do reino viria para a colônia, pois eram as tendências dos nacionais para empreender o que fizeram os anglo-americanos, logo que tivessem igual oportunidade. E, não obstante todas estas prevenções, tornou-se mártir da idéia da

nossa independência! Razão de sobra tinha ele para nos querer cada vez mais mal, pois padeceu à força por nossa causa.

Iam ao escritório de João Rodrigues de Macedo os hóspedes de Gonzaga, coronel Alvarenga e padre Carlos Correia de Toledo; aí palestravam e jogavam toda a noite, entrando pelas horas da madrugada. O Tiradentes, que farejava e conhecia pelos grupos o objeto da conversação que neles se tratava, vinha algumas vezes alimentar as suas esperanças revolucionárias nestas palestras, que tinham seu veneno, o qual poder-se-ia infiltrar na massa da população, mas que não deixava de ser interessante para os homens de entendimento e ilustração. Era sempre em casa do ex-contratador das entradas que se hospedava o cônego Luís Vieira quando ia à Vila Rica. Achava-se então aí de volta de uma viagem que fizera à vila de S. José ou de Prados, onde fora mostrar os recursos de sua eloquência sagrada. Havia lido com avidez a Constituição dos Estados Unidos e a história de sua independência, e não deixava de falar sobre a república americana sempre que se lhe oferecia a discussão, e como discorria bem, era ouvido com interesse e encanto.

Demonstrou um dia que havendo os espanhóis auxiliado com socorro efetivo aos americanos ingleses, ficavam as suas colônias hispano-americanas em grande perigo, as quais necessariamente seguiriam o exemplo dos anglo-americanos e que, dado este passo, estender-se-ia à América portuguesa, a qual pelo seu estado de fraqueza seria facilmente conquistada por aqueles povos. Não podendo falar francamente, não quis dizer que a conquista seria da liberdade americana. Em outra ocasião tratando da independência de Portugal e da elevação do duque de Bragança, ao trono lusitano, disse ele que a terem sido os portugueses mal sucedidos na península sem dúvida teria vindo o príncipe para o Brasil, e que se isto se tivesse dado achar-se-ia naquela hora, em que falava, constituído um dos mais florescentes e formidáveis impérios do mundo. Assim, ajuntava ele, que ainda felicitaria o Brasil, se aportasse às suas praias, algum príncipe português, pois se levantaria com ele, e faria a sua independência; mas que o melhor de tudo seria mudar a rainha a sua corte para a América.

Mal podiam estas conferências históricas, nas quais o cônego se mostrava tão sabido mestre, agradar ao guarda-livros do seu hóspede e mui principalmente quando ali aparecia o irlandês Nicolau Jorge, empregado da junta da Real Extração Diamantina, e residente no arraial do Tijuco, o qual tinha trinta e dois anos de idade. Era o irlandês admirador entusiasta do Brasil, e sobre a serra, na sua viagem do Rio de Janeiro para a capitania, exclamara que o Brasil seria um dos primeiros países do mundo se fosse livre. Gostava de conversar com o cônego por ser o mesmo muito instruído e noticioso, mas seguiam parcialidades opostas e em voga naquele tempo. Pugnavam o irlandês pelos ingleses, e o cônego pelos franceses. Falava o irlandês com ardor das vitórias inglesas; opunha-lhe o cônego as derrotas que haviam sofrido dos americanos seus descendentes, e nesse certâmen passavam horas.

Aparecia alguma vez o tenente-coronel Basílio de Brito pelo escritório de João

Rodrigues de Macedo. Era com ele que se desabafava o guarda-livros contando indignado as práticas a que assistia e nas quais os brasileiros se mostravam tão interessados pelos acontecimentos da América inglesa, que estava certo que a terem ocasião acabariam por fazer também a sua independência. Terminava o guarda-livros por dizer que já uma vez ameaçara o Tiradentes com a morte, que se governasse não iria mais o irlandês para o Tijuco; que a ser rei mandaria cortar a cabeça ao cônego não obstante ser ele seu amigo; e finalmente que se fosse bispo faria preces e procissões para que Deus sossegasse tanto sobressalto!

Era o tenente-coronel Basílio de Brito o mais dissimulado de todos os homens deste mundo; sorria-se apenas nesta matéria como que agradecendo o favor que com estas confissões lhe estava prestando o bom do guarda-livros, o qual daí há dias foi chamado à Cachoeira pelo governador que, a título de lhe fazer várias perguntas relativamente à casa de que era guarda-livros, deixou-o discorrer à vontade e soube mais do que pretendia, e pensava colher. Recomendou-lhe por fim que guardasse segredo, porque a seu tempo seria chamado para depor em uma devassa.

Um homem já entrado no último quartel da vida, tinha vindo estabelecer-se em Vila Rica como contratador dos dízimos, que havia arrematado de sociedade com o guarda-mor Manuel Pereira Alvim no triênio que acabava de expirar. Era um pobre velho, reputado geralmente por muito sério, bom pagador da Fazenda Real e de muitas boas contas. Chamava-se Domingos, e dos apelidos de seus pais Manuel de Abreu e Úrsula Vieira formara os seus. Nascera no Reino, emigrou para o Brasil e seguiu da capitania da Bahia para a de Minas Gerais, percorrendo o imenso sertão intermediário. Estabeleceu-se depois em Minas Novas onde alcançou ser nomeado tenente-coronel de um regimento de cavalaria auxiliar, e onde era benquisto e mantinha muitas relações de amizade.

Quis a sua má estrela que ele se tornasse por um ato puramente de religião parente do alferes Joaquim José da Silva Xavier, levando à pia do batismo a filha natural do mesmo alferes, a qual tomou o nome derivado do paterno; e depois, de conhecidos que eram, vieram a ser os dois não só compadres como comensais.

Era o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira homem tão lhano como franco; agasalhava a todos com aquela hospitalidade mineira que Augusto de Saint-Hilaire divulgou à Europa com os maiores encômios. Conservara-se sempre celibatário e por essa razão preferiam muitos viajantes a sua casa, certos de que não tinham que sujeitar-se às atenções cerimoniosas para com a família. Num dia, depois da primeira quinzena de dezembro do ano de 1788, apeava-se à sua porta um padre, precedido da fama de seus crimes e também da sua imensa fortuna.

Era o padre José da Silva de Oliveira Rolim, o qual, segundo já disse, aderiu à conjuração e assistiu a dois de seus conventículos celebrados em casa do tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade.

Vira a luz no arraial do Tijuco, na comarca do Serro Frio; contava quarenta e um anos de idade e era filho do sargento-mor José da Silva de Oliveira e Ana

Joaquina Rosa. E como tinha o sargento-mor quatro filhos varões, além de uma filha, entendeu que o mais velho devia ser sacerdote, outro bacharel em direito, e os mais lavradores como ele; era o estilo do tempo torcerem os pais as vocações dos filhos contrariando a natureza. Em vez porém de um, achou-se com dois filhos sacerdotes. José da Silva de Oliveira Rolim, que havia nascido para as aventuras arriscadas e não para a vida tranqüila de paz e sossego, protegida pelo altar, abraçou repentinamente a profissão eclesiástica, professando na qualidade de presbítero o hábito de S. Pedro e deixando a carreira a que seu pai destinara.

Nessa troca de profissões quiseram ver os seus inimigos uma evasiva para escapar à punição do crime que lhe resultou de uma morte que fizera.

Como era o pai o primeiro caixa dos diamantes, procuraram os filhos celebrar-se pelos abusos praticados nos terrenos diamantinos. O padre José da Silva e o bacharel Plácido da Silva acharam-se comprometidos na devassa que ali inquiriu o desembargador Antônio Dinis da Cruz e Silva, o qual representou contra eles ao governador Luís da Cunha e Meneses. Incontinenti ordenou o governador que despejassem ambos a demarcação diamantina em três dias e saíssem em oito da capitania. Tiveram de cumprir a ordem ditatorial, e retiraram-se para a cidade da Bahia, trilhando o sertão. Aproximando-se o regresso de Luís da Cunha animaram-se a voltar à capitania, e passando por Vila Rica, de viagem para o Rio de Janeiro, encontraram-se os dois irmãos com o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, travaram amizade, e seguiram depois para a capital do estado. Achavam-se aqui quando chegou o visconde de Barbacena. Precedendo-o na viagem, foi o padre hospedar-se na Água Limpa, sítio de um Antônio Vieira da Cruz, e recolheu-se o bacharel ao arraial do Tijuco, onde homiziou-se.

Veio pouco depois o padre gozar da hospitalidade do seu novo amigo o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira. Pediu, instou com o novo governador a revogação da ordem de seu antecessor e a permissão de voltar ao arraial do Tijuco, e como nem uma solução obtivesse quer pró ou contra, inferiu que calando-se o governador autorizava com o silêncio a sua permanência na capitania, e começou a aparecer mais desabusadamente em público. Fiava-se pelo menos na proteção de um dos ajudantes do governador, de Tomás Antônio Gonzaga, do tenente-coronel Francisco de Paula, do coronel Afonso Dias, do capitão-mor José Álvares Maciel e na habilidade do seu advogado o dr. Cláudio Manuel da Costa. Chamou-o o visconde general à sua sala, e estranhou o seu procedimento sem nova determinação que revogasse a anterior, e fez-lhe ver que somente por efeito de compaixão o não mandava prender. Buscou então aparecer o menos que lhe fosse possível, porém desgostoso da incerteza em que laborava acerca de seus negócios.

Um dia, em que se contavam 19 de dezembro de 1788, subiu o padre as escadas do tenente-coronel Francisco de Paula, queixoso e lastimando-se do visconde. Tinham desaparecido todas as suas esperanças; o seu requerimento, instruído com atestações e folhas corridas, no qual se mostrava isento de toda a culpa, e que fora apresentado ao governador pelo dr. José Álvares Maciel, hóspede

do visconde general, que se interessou por ele, teve por despacho um indeferimento. Consolou-se o tenente-coronel prometendo-lhe que até meado de fevereiro iria para a sua casa com despacho ou sem ele. Interrogou-o o padre. Pediu-lhe segredo o tenente-coronel e continuando, disse-lhe que estava para se lançar a derrama, a que se oporia o povo... E recolheu-se ao silêncio, e desculpou-se que ia sair, e que depois se explicaria melhor. Estas misteriosas palavras não deixaram de calar no ânimo do padre José da Silva. Chegando à casa do seu hóspede achou o alferes Tiradentes a quem igualmente queixou-se do despacho de sua petição. “Aí tem o que sucede, exclamou o alferes; concentravam-se neste governador as maiores esperanças; pensava-se que não faltaria à justiça, e ele não defere um requerimento tão bem justificado. A culpa de sofrermos tudo isto é nossa..., deixe estar que há de ver.”

Desconfiando o padre que as palavras do alferes tivessem alguma correlação com as do seu tenente-coronel, pois pelo menos eram tão misteriosas como elas, aventurou que sabia o que ele queria dizer, porque o seu comandante já lhe havia contado alguma coisa. O Tiradentes, que não hesitava falar no levante fosse onde fosse e com quem fosse, iniciou o padre em todos os segredos. Conheciam-se até então e desde logo ligaram-se, como amigos e cúmplices. Eis por que teve ele entrada na casa do tenente-coronel Francisco de Paula em dias de reunião dos conjurados e veio a tomar parte nas palestras sediciosas.

Possuía o Tiradentes toda a audácia da leviandade e por isso arriscou muitas vezes algumas expressões nas práticas, que diariamente mantinha com o contratador dos dízimos, sempre que o ia ver à sua casa, e o velho fazia-se desentendido e chegou mesmo alguma vez a voltar-lhe as costas. Um dia animou-se mais e o velho benzendo-se lhe disse: “Meu compadre, está doido?” E retirou-se.

Alimentando esperanças, levavam o alferes e o padre em íntima palestra sobre o levante. Conversavam no gabinete em que o padre dormia como hóspede do tenente-coronel Domingos de Abreu, e numa ocasião surpreendeu-os o velho neste entretenimento. Voltando-se o padre para o alferes falou de modo que o ouvisse o tenente-coronel: — “Aqui está o velho que também está capacitado para entrar na sedição!” Não gostava Domingos de Abreu destas conversas e fugia delas. Noutra ocasião, na presença de mais uma testemunha, e era esta o tenente-coronel Francisco de Paula, atreveu-se o alferes e foi mais longe. Ponderando que o Serro Frio era terra muito rica, disse que os filhos do país eram indolentes e fracos, mas que ali estava o tenente-coronel Domingos de Abreu, para o que fosse necessário, sem embargo de ser velho. Desta vez sorriu-se ele com a lisonja e o tenente-coronel Francisco de Paula desconfiou da conversação e do seu sorriso. Para angariarem a adesão do velho levaram os dois a confessar sem reboço que já haviam falado cada qual a um ou a outro oficial da tropa paga. Assegurava o Tiradentes ter convidado o tenente Antônio Agostinho Leite Lobo Ferreira e que também convidaria ao sobrinho deste o sargento-mor Vasconcelos quando chegasse do Serro Frio, e o capitão Maximiliano. Gabavam-se ambos de terem recrutado para as suas fileiras o

capitão Antônio José de Araújo, o tenente José de Melo, o alferes Matias Sanches e o capitão Brandão. Prometeu o padre que falaria ao alferes Antônio Gomes de Meireles para ajudá-los da parte do Serro. Contavam afinal com soldados e povo, e a ser necessário lançariam mão de todas as armas existentes nos armazéns, inclusive a artilharia.

Estas práticas, e as notícias que o padre e o alferes traziam todos os dias, verdadeiras ou inventadas por eles, do que se passava ou devia passar-se nos conventículos, e de que finalmente três heróis como o Tiradentes, Alvarenga e Francisco de Paula libertariam a pátria por isso que eram *mazombos* e também sabiam governar, começaram a despertar a curiosidade do pobre velho que não hesitou mesmo em entrar em argumentos sobre matéria tão melindrosa.

Conversando um dia com o alferes, ponderou-lhe que as Minas Gerais não podiam viver independentes de Portugal em razão dos gêneros que de lá vinham e dos quais já se não prescindia pela necessidade dos hábitos. Riu-se o Tiradentes da ignorância de seu compadre e deu-lhe a conhecer que as coisas estavam mais adiantadas do que pensava; que havia correspondência com potências estrangeiras, pois os filhos da capitania que tinham viajado pela Europa, buscaram adiantar muito este negócio, principalmente o último que de lá viera. Viu o tenente-coronel que se tratava do dr. José Álvares Maciel, filho do capitão-mor de Vila Rica e calou-se. Em outra ocasião pediu-lhe seriamente o alferes que não prosseguisse numas obras porque com toda a certeza a capital se mudaria para a comarca do Rio das Mortes. Pretendeu o tenente-coronel com todas as suas forças demover o seu compadre do projetado levante, mas debalde esgotou todos os meios de persuasão. Estava pois mais do que preparado para ouvir falar na conjuração, e pouco trabalho teve o tenente-coronel Francisco de Paula quando se lhe dirigiu para solicitar a sua aderência. Ainda assim não foi sem hesitação, porque recusou-se formalmente, mas o tenente-coronel amedrontou-o com a derrama, assegurando que só ele pagaria uma grande soma ou seis mil cruzados, quantia respeitável para aquele tempo, não obstante cavar-se o ouro à flor da terra. Assustou-se o pobre velho e pôs as mãos na cabeça. Disse-lhe então o tenente-coronel que seria melhor pagá-los em pólvora, concorrendo para a independência da América a fim de libertá-la de impostos. O tenente-coronel Domingos de Abreu, que tinha o comandante do regimento de cavalaria na maior consideração, e o respeitava como pessoa muito distinta, anuiu ao partido que julgou mais vantajoso, aduzindo que sendo velho e não podendo brigar era-lhe isso mais fácil. Escusando-se escrever a seus amigos de Minas Novas, prometeu contudo que lhes falaria verbalmente quando para lá fosse pelo tempo da seca ou mês de setembro e assim achou-se filiado à conjuração, e iniciado em todos os pormenores. Repugnou-lhe contudo a idéia aventada da decapitação do governador, e ofereceu-se para conduzi-lo pelo sertão até a Bahia.

Estava cumprida a missão de Francisco de Paula quanto ao que se obrigara relativamente a Domingos de Abreu. Não era ele homem de atividade, antes pecava por alguma inércia. Pediu-lhe o Tiradentes que convidasse alguns oficiais do seu

corpo, mas recusou o tenente-coronel, dizendo que já havia falado ao padre José da Silva e a Domingos de Abreu, e que a mais ninguém falaria. Esperou pois pela publicação da derrama; temendo porém que pelo posto que ocupava lhe resultasse grande calamidade se se descobrisse a sua parte na conjuração tomou as precauções que lhe pareceram convenientes para desvanecer qualquer suspeita. Para isso simulou uma viagem à corte de Lisboa, com pretexto de arranjar certos negócios de seu interesse, que ali dependiam de despacho, e ajustou com o dr. Tomás Antônio Gonzaga, que estava nomeado desembargador para a Relação da Bahia, acompanhá-lo até àquela cidade.

Seguiu porém o desembargador pretexto diametralmente oposto para demorar-se em Vila Rica, a que ele nos seus versos chamava pobre aldeia. Desculpou-se o ex-ouvidor com a licença que impetrara da corte de Lisboa para o seu casamento, pois as pessoas distintas e de representação não podiam contrair relações matrimoniais na colônia sem tal permissão. Nessa demora quiseram ver os seus inimigos que eram poderosos, o maior indício de que ele abraçava a causa do levante e que era o seu mais prestimoso chefe; pois que a não ser assim devia apressar-se em ir tomar posse do seu novo emprego pela figura que passava a fazer e mui principalmente por não ter rendimento algum, e estar perdendo os do lugar em que fora provido, além de seu adiantamento. E não pouco concorreu a demora para dar peso ao boato fundado ou não de que ele se encarregara da colaboração das leis para a nova república.

Estava com efeito o desembargador para casar-se. A sobrinha do tenente-coronel ajudante de ordens João Carlos Xavier da Silva Ferrão, que vira à luz naquelas colinas cobertas de araucárias brasilienses e cortadas por auríferos ribeirões, os quais atravessavam algumas pontes, tornara-se célebre como tipo da mais perfeita beleza. Seus encantos e atrativos e suas virtudes atraíram geralmente a atenção dos habitantes da decaída capital. Estava Tomás Antônio Gonzaga na idade em que apresentam-se as paixões com calma mas que nem por isso deixam de ser ardentes e impetuosas; amou-a extremosamente, e a poesia, que era um dos adornos de sua imaginação, imortalizou poeticamente em inimitáveis liras a sua amante d. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas, sob o nome pastoril de Marília de Dirceu, pois imaginara-se o poeta em uma arcádia na qual figurava de pastor. Era órfã a formosíssima menina-moça, que por este tempo contava seus dezoito anos. Os pais Baltasar João Mayrink e Maria Doróteia Joaquina de Seixas, apenas lhe haviam legado alguma fortuna. Vivia sob a tutela de seu tio, que estimando-a muito esmerara-se assaz na sua educação.

Do comércio da amizade do desembargador com o tenente-coronel ajudante de ordens do governador da capitania provieram as inclinações amorosas para com a linda e bela sobrinha, e como as suas intenções eram puras, consentiu o tenente-coronel que Gonzaga freqüentasse a sua casa, e havia dois anos que lhe cedera com todo o gosto a mão de sua sobrinha, que não amava menos do que era amada.

Enquanto, porém, demorava-se a licença solicitada ao governo real por

intermédio do intendente do ouro, e que era esperada na nau que trazia o novo vice-rei, ia Gonzaga bordando a ponto de ouro com toda a paciência, debruçado sobre um bastidor, o vestido de cassa branca com que a sua noiva tinha de apresentar-se ante o altar nupcial. Neste entretenimento o vinham surpreender os seus amigos e hospedes, que procuravam a sua casa, os quais arrancavam a prosaica agulha das mãos do novo Apolo, para escutarem e apreciarem a leitura dos seus versos tão amenos e delicados pela simplicidade da expressão, pela harmonia do ritmo, pela naturalidade da rima e pela riqueza de seus consoantes, e que ainda hoje são lidas com interesse e figuram traduzidas em algumas línguas.

Ia cair a derrama sobre o povo segundo as ordens vindas da corte. Chegara a vez de Gonzaga encaminhar a conjuração pelas seguras veredas ao resultado feliz que se lhe antolhara poder colher. Achava-se ele como que só em Vila Rica, porque os consócios tinham-se dispersado com o fim sem dúvida de se tornarem a reunir. Fora o vigário Carlos Correia de Toledo o primeiro a recolher-se à sua vila, assegurando ao dr. Cláudio Manuel da Costa que voltaria um grande homem, para o que tinha disposto os seus negócios.

Partira o coronel Alvarenga para a sua situação da Paraopeba. Obtivera o tenente-coronel Francisco de Paula três ou quatro meses de licença e retirara-se para a fazenda dos Caldeirões.

Não esperou mais o padre José da Silva pela licença do governador. Saiu com recomendações de Gonzaga para as autoridades da demarcação diamantina, que pelo menos podiam suprir o despacho do visconde de Barbacena, e lá deixá-lo desfrutando os seus bens, se outra não fosse a sua empresa. Devia segui-lo o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, logo que o padre lhe mandasse condução, sob o pretexto de ir a cobranças e a assistir à missa nova de um sobrinho seu que se fora a ordenar à Bahia.

Restavam em Vila Rica o desembargador e dois velhos, Cláudio e Domingos de Abreu, além do fogoso Tiradentes, que com as suas leviandades mais deitava a perder a causa do que servia ao partido a que se ligara.

Devia pagar a capitania todos os anos o imposto do quinto senhorial do ouro na razão de cem arrobas ou de 614:400\$000 réis. Este imposto que era o mais importante de todos quantos havia estabelecido para si a coroa portuguesa em todos os seus vastos domínios, ia de ano em ano em decadência, de modo que para satisfazer o imposto das cem arrobas tinha cada um de entrar com a quota que lhe fosse taxada. O quinto do ano de 1788 não havia rendido mais do que quarenta e duas arrobas, ou 258:048\$000 réis, vindo portanto a faltar a soma de cinquenta e oito arrobas na importância de 366:352\$000 réis, quando nesse tempo a povoação de toda a capitania mal se elevava à totalidade de 400.000 habitantes, livres e escravos, e de um ou outro sexo, segundo o censo levantado por José Joaquim da Rocha.

Era pesar os habitantes a ouro, como se imperasse a espada de Breno. Além disso a soma total das dívidas não cobradas dos anos transatos elevava-se à enorme



soma de quinhentos e trinta e oito arrobas de ouro ou de 3.305:472\$000 réis.

Eram excessivas, tanto uma como outra quantia, para se lançar de uma só vez sobre o povo, já tão tiranamente tributado, e a fazê-lo o governo, podia contar por certo que desencadeava a revolução. E pois repousando no lançamento da derrama as esperanças dos conjurados, preciso era que não deixassem passar a ocasião para o pretexto do levante popular.

Murmurava o povo; nada havia conseguido o tenente-coronel Francisco de Paula quando antes de se recolher à sua fazenda fora à Cachoeira despedir-se do governador e lhe tocara nesse assunto, e pois tornou-se Gonzaga o advogado, não do povo oprimido, mas do lançamento da derrama, que era a verdadeira opressão; marchando indiretamente, buscava habilmente encobrir-se.

Amigo íntimo de Gonzaga era o dr. Francisco Gregório Pires Bandeira, nascido no Reino, e apaixonado pela cultura das musas. Unia-os a simpatia da amizade e do talento desde muitos anos, freqüentavam a casa um do outro, e raro era o dia que se não vissem.

Exercia o dr. Pires Bandeira como intendente de Vila Rica o cargo de procurador da Fazenda Real e por isso lhe competia representar à respectiva junta, à qual presidia o governador e capitão-general, sobre o lançamento da derrama. Atacou Gonzaga a questão de frente. Fez-lhe a enormidade do tributo e que temia alguma revolução do povo; que o intendente como procurador da coroa devia requerê-lo, mas que não sabia se a junta obraria bem em executá-lo sem dar parte à Coroa. Dizendo-lhe o intendente que requeriria unicamente o lançamento de um ano, respondeu o desembargador que a ser ele requereria por todo o tempo porque fazendo-se o lançamento de um ano não haveria razão para suspendê-lo e bastava para vexar o povo; que o lançamento por inteiro tinha a favor da suspensão a enorme quantia de nove milhões, com a qual não podia toda a capitania de Minas Gerais, e que além disso já não existiam muitos dos devedores do ano anterior, pois eram uns mortos, outros se haviam ausentado e falira a maior parte dos que restavam; assim poderia vir a servir o lançamento da derrama de bom pretexto para a liquidação da mesma dívida. Estas reflexões, que à primeira vista parecem sensatas e razoáveis, nenhuma impressão produziram no ânimo do intendente, e força foi deixar para depois o debate em que se empenhara, e que não sortira o efeito que desejara. O coronel Alvarenga, que assistiu à discussão, segundo o testemunho do desembargador Gonzaga, andou pelo mesmo caminho, sem melhor fruto.

Foi na segunda vez longa e pertinaz a disputa. Mostrou Gonzaga a seu amigo que a quantia do débito, era além de enorme, injusta, porque obrigando-se o povo de Minas à quota das cem arrobas sob a condição de ficar senhor de todas as minas de ouro, lhe parecia que o governo deveria mandar que se abatesse na dita cota o valor das minas situadas na demarcação diamantina, que lhe tinha tirado.

Apresentou o intendente objeções ao argumento do seu amigo, que não conservaram os documentos históricos. Não desanima porém Gonzaga. O plácido e

ameno cantor daquelas liras que todo o Brasil repete como canções populares, era dotado de uma tenacidade a toda a prova e não cedia de seus intentos. Estava a brandura do poeta em perfeita contradição com audácia do conspirador, como a melancolia que reina nas poesias de Cláudio oferecia perfeito contraste com o seu gênio jovial e humorístico. Para ele não estava perdida a causa; foi pois advogá-la no palácio do próprio governador, ante o duro taciturno visconde de Barbacena.

Como o governador dissera a Gonzaga que lhe havia de pedir parecer acerca do modo pelo qual se administraria a arrecadação dos direitos sobre o ouro e os diamantes, entendeu o desembargador que lhe não ficava mal procurá-lo para o aconselhar em negócio tão melindroso. Dirigiu-se pois à Cachoeira, e lá encontrou o governador a quem fez ver que o povo não podia com a derrama pela sua pobreza e que nem era possível cobrar-se o outro resto da dívida fiscal sem destruição total do país, e que por isso seria muito útil que o mesmo governador representasse ao governo real acerca da necessidade e utilidade do perdão de toda a dívida. Falando assim contava com toda a certeza influir indiretamente no ânimo do governador, o qual pela sua índole pouco condescendente procuraria reagir contra o conselho e exigiria mais depressa a cobrança de toda a dívida, tanto mais que sabia ter sido já o intendente advertido pela falta da mesma cobrança, mas o governador, que conheceu a intenção do desembargador, dissimulou e deu outro rumo à conversação, retirando-se depois o desembargador, sem que nada suspeitasse de seus desígnios.

## CAPÍTULO VIII

### OS NOVOS CONSPIRADORES

Chega o padre Carlos Correia à sua casa da Vila de S. José. — Visita de seu irmão o sargento-mor Luís Vaz. — Informa-o a respeito do levante. — Manda por ele convidar o coronel Francisco Antônio e vai depois lhe falar. — Concede o irmão os poderes e convida o coronel Joaquim Silvério dos Reis. — Contentamento deste. — Finge-se conivente. — Vai a S. José falar ao vigário. — Parte para a Cachoeira contente das notícias que colhera. — O mestre de campo Pamplona. — Os boatos populares. — Carta do mestre-de-campo ao vigário e resposta do mesmo. — Deixa misteriosamente Vila Rica o padre José da Silva. — Seu itinerário. — Chega ao arraial do Tijuco. — Visita e é visitado. — As suas cartas. — História de um casamento. — Contentamento do sargento-mor Alberto da Silva de Oliveira Rolim. — O capitão Resende Costa e seu filho. — O dr. Domingos Vidal de Barbosa e seus cunhados o coronel Francisco Antônio e o padre José Lopes.

Ou fosse com o intuito de angariar prosélitos para a conjuração, ou levado do desejo de tornar ao lugar de suas aventuras romanescas, decidiu-se o padre José da Silva a sair misteriosamente de Vila Rica, dirigindo-se para o arraial do Tijuco. Cansou de esperar e convenceu-se por fim de que o visconde general não revogava a ordem do seu antecessor. Pretendeu ao principio retirar-se para São Paulo, onde esperava merecer a proteção do governador Bernardo de Lorena, o qual lhe poderia favorecer com cartas de recomendação para o visconde de Barbacena ou o vice-rei. No caso de não obtê-las ficaria ali vivendo de algum negócio que lhe fornecesse meios de subsistência. Refletiu depois e pensou lá de si para si que talvez o visconde de Barbacena fechasse os olhos e o deixasse seguir para a sua casa, por isso que era menos escandaloso do que a sua estada na capital. Consultou os seus amigos a este respeito e foram todos eles da mesma opinião.

Antes de partir pediu o padre cartas ao desembargador Tomás Antônio Gonzaga e ao tenente-coronel Francisco de Paula. Parece que o desembargador escreveu algumas linhas para seu primo o dr. Joaquim Antônio Gonzaga, ouvidor do Serro, amigo e protetor do padre. Estava esmorecido o tenente-coronel Francisco de Paula, e não pôde o padre obter dele meia dúzia de palavras para o dr.

José Pereira Freire de Moura, de Minas Novas, apesar de todas as suas instâncias.

Saindo de Vila Rica tomou diretamente pela estrada de Sabará, e nesta vila demorou-se um dia em casa do dr. José Correia da Silva. Foi no dia seguinte dormir à Santa Luzia, na fazenda do Saco, junto do Fidalgo, na qual deteve-se algum tempo. Prosseguindo chegou às Sete Lagoas e aí hospedou-o o coronel Bento Joaquim, casado com uma prima sua. Lá esteve alguns dias e serviu de padrinho a um filho que batizou o coronel no aguara, para onde passou-se e onde foi ter a uma lavra de sua tia Maria Angélica, arredada uma légua da vila do príncipe. Nesta vila gastou uma tarde visitando o dr. ouvidor da comarca e outras pessoas de amizade, que não via há muito, e foi terminar finalmente a sua viagem no arraial do Tijuco no qual entrou à meia-noite de 15 de março, e conservou-se em casa saindo unicamente de noite. Já aí o esperava seu irmão o dr. Plácido, que havia recebido cartas suas comunicando a sua partida de Vila Rica para aquele arraial. Não se estimavam os dois irmãos mas uniam-se porque eram ambos coniventes nas ações pelas quais andavam foragidos. Alegrou-se o pai com o seu regresso, supondo-o talvez desembaraçado e de todo entregue a seus direitos e deveres. Foi o padre recebido como grande novidade em terra onde as notícias eram escassas, e visitaram-no muitas pessoas. As próprias autoridades do lugar não se desdenharam de procurá-lo, e à noite iam muitos amigos jogar com ele.

Disse o padre em seus interrogatórios que a ninguém falou em sua viagem a respeito do levante, capacitado de que tudo se havia desvanecido quando deixou Vila Rica, e que todo o seu empenho era restituir-se e conservar-se em sua casa. Assegurou o dr. Plácido, o redator das cartas que escrevia o seu irmão padre, que este apenas comunicou-se com o desembargador Gonzaga, o ajudante de ordens Francisco Antônio Rebelo e o tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira relativamente à sua permanência no arraial do Tijuco. Tinha ele ficado de conciliar gente não só no Serro como naquele arraial, por se ter lembrado o tenente-coronel Francisco de Paula que lhe era isso muito fácil em consequência de suas numerosas relações nesses lugares. E' certo, que chegando ao Tijuco não esqueceu o padre o levante, e escreveu duas cartas em que apesar de todo o seu cuidado revelou-se o espírito do conspirador. Ambas eram endereçadas ao seu amigo Domingos de Abreu Vieira. Na primeira lhe dizia que estava ainda homiziado, e prometia que pela segunda semana da Páscoa lhe mandaria condução para a sua viagem; pedia-lhe notícias do compadre do tenente-coronel o alferes Joaquim José, a quem não se dirigia por supô-lo ainda no Rio, e ajuntava: "Sobre uma recomendação do dito, não há dúvida; haverá um grande contentamento e vontade etc. etc." Na segunda dava-lhe parte em que o portador da carta também o era de outro para o desembargador Gonzaga e acrescentava: "Faça-me recomendar ao nosso bom amigo o alferes Afonso Dias e a todos os mais que vmc. *bem conhece*. Mande-me notícias de seu compadre o alferes Joaquim José, a quem não escrevo por não saber se já veio do Rio de Janeiro e também me certifique se o Alvarenga se acha nessa vila ou se já foi para a Campanha."

Não negou em juízo o padre José da Silva que tivesse escrito essas cartas, mas por sua ressalva confessou que as mesmas nada mais eram que uma indireta produção de jactância e vaidade própria e dirigiu-se antes ao tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira do que ao alferes Joaquim José por isso que perguntando-lhe aquele repetidas vezes se *aquilo se fazia*, e havendo-se ausentado, sempre queria lisonjeá-lo afetando que não esquecia o ajustado negócio, mas que, não obstante tudo isto, era pura verdade não ter-se interessado em semelhante desordem e muito menos solicitado o concurso de pessoa alguma. Refletindo porém melhor, sugeriu-lhe a imaginação uma explicação muito engenhosa para as frases enigmáticas de que serviu-se. Lembrou-se de inventar uma pretensão para a qual disse que o Tiradentes o interessara. Essa pretensão era o casamento do alferes com uma filha de seu irmão Alberto da Silva, e pois a esse projeto de união conjugal se referiam às palavras *que não havia dúvida e que antes haveria grande contentamento e vontade etc. etc.* Infelizmente o sargento-mor ignorava o argumento que para se defender servira-se o irmão sacerdote. Asseverou que a sua filha, menina de quinze anos, de nome Ana, estava para casar-se com o capitão José Teodoro de Sá, assistente numa fazenda ao pé do Rio Pardo, em cujo ajuste intervieria o próprio padre, e que jamais pensava em casá-la com o alferes Tiradentes, nem conviria em tal pelo conhecimento que tinha do seu procedimento e morigeração.

À sua residência, à rua do Sol da freguesia de Santo Antônio da Vila de S. José, chegara o padre Carlos Correia de Toledo e Melo. Era uma casa térrea, mas de boa aparência, bem trastejada. Rica mobília de cabiúna, constando de canapé e cadeiras de braço e espaldar, forradas de damasco carmesim dourado, guarnecia a sala da recepção. Via-se nela o retrato do rei d. José I, em quadro de moldura dourado sob dossel de cortinas de damasco também carmesim, e grande espelho compondo a simetria. Placas douradas ornavam as paredes. Reposteiros de pano azul com vivos de várias cores, velavam as portas. Cento e tantos volumes povoavam a sua pequena livraria. Estas suntuosidades, de que tão apaixonados se mostravam os mineiros daquele tempo, serviram para o batizado do último filho do coronel Alvarenga de que foi Gonzaga o padrinho. Celebrou-o o vigário com toda a pompa, emprestando a sua casa e oferecendo um lauto banquete aos convidados, no qual reinou toda a cordialidade, sem que a política tomasse parte no festim, como seu conviva.

Veio logo visitá-lo o seu irmão o sargento-mor da cavalaria auxiliar da Vila de S. João-del-Rei Luís Vaz de Toledo Piza, o qual estava servindo de juiz de órfãos da vila de S. José do Rio das Mortes. Era um homem de cinqüenta anos de idade, natural de Taubaté, casado com d. Gertrudes Maria de Camargo. Vivia de suas lavras do Rio Acima na Vila de S. José, com perto de quarenta escravos, e nas quais tinha sociedade com o capitão Domingos Barbosa Ribeiro. Dotado de pouca instrução devia o sargento-mor toda a importância, que gozava, à influência do vigário.

Contou-lhe o padre Carlos Correia de Toledo com toda a avidez as interessantes notícias que sabia a respeito do levante; nomeou as pessoas que entravam e acabou por convidá-lo para que também fizesse parte da conjuração. Vivia Luís Vaz de Toledo completamente subordinado a seu irmão, bem como todos os parentes que o vigário mandara vir da capitania de São Paulo, sua pátria, para os amparar, em razão do lugar que ocupava na rica freguesia. Eram eles como que seus verdadeiros súditos e não tinham, portanto, voz alguma contra a sua vontade ou determinação. Ouviu Luís Vaz dizer que a liberdade era amável, e quis experimentá-la, mais movido dos benefícios e obrigações que devia ao irmão de que por ter o ânimo propenso a desordens; aceitou, pois, o convite e alistou-se nas fileiras dos conjurados. Não deixava a sua missão de ser importante, pois devia postar-se no caminho do Rio de Janeiro com seiscentos índios armados de arcos e flechas para embaraçar a subida da tropa.

Encontrando-se depois o sargento-mor com o coronel Alvarenga perguntou-lhe se todas aquelas notícias eram verdadeiras. Riu-se o coronel e metendo o caso a gracejo, concluiu por afirmar que todas aquelas histórias eram mentiras arranjadas pelo seu irmão. Não quis porém a sua má estrela que ele visse naquelas palavras um aviso do céu. Julgando-se já cabeça da conjuração, passou o sargento-mor, para servir ao vigário, a convidar gente. Tratou, pois de predispor o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, partindo no dia seguinte para a vila de S. João del-Rei. Não anuiu o coronel e só depois de muito instado pelo próprio vigário, que abalançou-se a fazer uma viagem àquela vila é que cedeu, confessando que já lhe haviam falado, e começou a trabalhar nesse sentido. Parece que mais depressa o moveu a notícia que lhe deram os Toledo de tomar parte na conjuração o coronel Joaquim Silvério e isto pelo desejo que tinha de que o mesmo coronel casasse com sua filha.

Encontrando-se depois o sargento-mor Luís Vaz no Arroio da Laje com o coronel Joaquim Silvério, que vinha da revista de seu regimento, travou-se a conversação entre os dois. Rolou a mesma sobre a extinção dos novos regimentos, premeditada pelo visconde de Barbacena. Sabia o coronel que isto não passava de um boato, mas quis contudo mostrar-se tão sentido como o sargento-mor, e juntou algumas palavras em desafogo de sua paixão, para procurar, como fiel espia do governo da colônia, sondar todos os ânimos tocando em todas as chagas. Queixou-se o coronel de que Sua Majestade o tinha enganado, porque em nome da rainha lhe havia dado a patente de coronel chefe de seu regimento e feito com que ele se desvelasse em regular e fardar a maior parte da gente à sua custa, e que não podia ver destruído assim, sem mais nem menos, o fruto de tanto trabalho, quando nem uma falta havia cometido.

Falou o sargento-mor sobre o levante e o coronel ergueu as mãos para o céu. “Foi Deus servido, disse ele depois, que isto acontecesse para conhecer a falsidade que se preparava”.

Foram ambos pernoitar à casa do capitão José de Resende Costa, como se

houvesse soado a hora da desgraça deste pobre velho.

À noite, pensando o sargento-mor que havia feito a melhor das aquisições para a conjuração, e que tinha disposto o ânimo do coronel a seu favor pelas amargas queixas que lhe ouvira, comunicou-lhe debaixo de todo o segredo que o desembargador Tomás Antônio Gonzaga era o primeiro cabeça da conjuração, o qual suposto houvesse acabado o tempo de serviço, como ouvidor da comarca, conservava-se, todavia, há muitos meses em Vila Rica sem se recolher à Bahia, sob o frívolo pretexto de seu casamento, mas que tudo era sistematicamente calculado, pois, achava-se escrevendo as leis por que se devia regular a república. Narrou-lhe todos os pormenores das disposições tomadas para o levante, e até lhe declarou que além da cabeça do governador seriam cortadas outras como a do ouvidor de Vila Rica Pedro José Araújo de Saldanha e do ajudante de ordens Antônio Xavier de Resende, por serem de opinião contrária.

Concluiu o sargento-mor a sua péssima tarefa pedindo ao coronel que mandasse vir alguns barris de pólvora, que ele também estava disposto a servir a causa, para o que iria a São Paulo a angariar gente. Que a ninguém mais do que o coronel convinha tomar parte na revolta porque ser-lhe-ia perdoada a avultada quantia que devia à Fazenda Real, e que possuindo muitas fazendas, e para mais de duzentos escravos, seria um dos grandes da república, Ou fosse porque desconfiasse afinal do coronel, ou da leviandade da sua narração, acabou o sargento-mor por ameaçá-lo com a morte, a exemplo do que havia acontecido com certo sujeito de Sabará, se não foi antes invenção do próprio Joaquim Silvério.

Alvorouçou-se a alma do coronel com tantas e tão boas informações; quis porém, certificar-se e dirigiu-se imediatamente à vila de S. José e lá se foi appear junto à porta do vigário Carlos Correia de Toledo.

Não tinha o vigário ao coronel em muito boa conta por ser um louco, meio despótico e alevantado; e não gostou que seu irmão desse semelhante passo, mas pensou que o coronel havia abraçado a causa como um dos mais formidáveis devedores à Fazenda Real tanto mais que se mostrava satisfeito dizendo que ficava muito bem se depois da revolta o deixassem com as fazendas e escravos que possuía. Confirmou-lhe o coronel tudo quanto dissera o imprudente irmão e, para mais justificar o que confessara, provou-o com a suspensão da sua viagem a Lisboa, pois assegurou ser-lhe a mesma suscitada por Gonzaga, o qual lhe prometera muita felicidade.

Foi ainda mais longe o bom do vigário, e garantiu-lhe ter visto as novas leis nas mãos do próprio Gonzaga. Agradaram-lhe todas as disposições para o levante, e só lhe repugnara a decapitação do governador por compadecer-se da mulher e dos filhos, pelo que tinha aconselhado aos conjurados que antes o pusessem além Paraibuna. Opusera-se Gonzaga a este alvitre seu, declarando que ao bem comum prevalecia o geral e que, morto ele, teria todos por si. Concluiu certificando ter já o alferes Tiradentes obtido um grande séquito no Rio de Janeiro para onde ficava a partir, e que o intento do alferes era cortar também a cabeça do vice-rei.

Felicitando-o finalmente, disse o vigário ao coronel que era ele o filho de Portugal mais feliz que tinha entrado pela barra a dentro, pois pagava num dia tudo quanto devia à Fazenda Real, cabendo-lhe ainda o título de conde ou de marquês. E acrescentou mais que era muito do gosto de seus companheiros que ele abraçasse o seu partido, porque na Igreja Nova, aonde morava, era somente de quem se temiam os povos pelo grande séquito que tinha.

Retirou-se o coronel satisfeito e bem pago de sua viagem, e partiu diretamente para Vila Rica. Encheram-lhe os irmãos Toledo abundantemente os alforges da denúncia. De que mais necessitava o coronel para seus ignóbeis fins? Deixemo-lo seguir a sua má viagem.

Apareceu por esse tempo pela vila de São José o mestre-de-campo regente Inácio Correia Pamplona, e foi hospedar-se em casa do vigário, de quem se mostrava amigo, na fraseologia do visconde de Barbacena. Era um domingo e percorria a procissão dos Passos as principais ruas da freguesia de Santo Antônio; e nessa via sacra pediu o vigário Carlos Correia ao mestre-de-campo que não deixasse de aparecer pela semana santa em Vila Rica por isso que iam realizar-se notáveis acontecimentos. Comunicou-lhe tudo quanto estava disposto para esse fim. Tocou na colaboração das leis, deposição do governador, aderência da tropa, viagem do Tiradentes ao Rio de Janeiro, direção de todos os negócios pelo ex-ouvidor da comarca e esquecimento de todas as dívidas à Fazenda Pública. Ia-se estendendo a prática, mas ao recolher-se a procissão, interrompeu-se a conversa com a entrada do sermão, pretextando o mestre-de-campo o desejo de ouvi-lo, se não foi antes para deixar de emitir qualquer juízo a respeito da conversa. Retirou-se o mestre de campo pela madrugada do dia seguinte prometendo todavia voltar à casa do vigário e por isso lá deixou alguma roupa.

Por toda a parte ouvia o mestre-de-campo falar no levante, se bem que vagamente. Ninguém pois lhe deu mais amplas informações do que o vigário da vila de S. José e pensou que seriamente se tratava de semelhante matéria. Mal chegou à casa que lhe bateu à porta um comprador de gado. Depois de feito o negócio lhe disse o rústico na sua grosseira linguagem que não podia ir à vila de S. José por causa do boato que corria de que pessoas poderosas e influentes tramavam um levante! Perguntando-lhe o mestre-de-campo se ele entrava na conjuração, respondeu-lhe que não, por ser amigo e compadre do tenente-coronel João Carlos, e que o governador estava informado de tudo.

Mal se havia retirado o negociante de gado, que lhe chegou à porta um velho a lhe pedir esmolas, lastimando-se em suas lamúrias da colheita, que lhe falhara, e assegurando que tudo estava perdido, e que todos se queixavam pois não se falava em toda capitania senão numa enorme derrama, que acabaria por fazer levantar o povo, o qual procuraria obter a sua liberdade.

Retirava-se este quando apearam-se à sua casa, para deixar passar a força do Sol, o capitão João Dias da Mota e André Esteves, que iam tratar de certos negócios particulares. Deu-lhe o capitão a notícia de que passara um padre em



viagem de Vila Rica para a Borda do Campo, falando largamente no levante, e que dormira no Rancho das Lavrinhas de Lourenço, onde conversara com o estalajadeiro sobre o mesmo objeto.

À vista do boato que circulava em todas as bocas, decidiu-se o mestre-de-campo a não ir assistir em Vila Rica a celebração dos atos da semana santa; e escreveu ao vigário dizendo que o dispensasse por achar-se enfermo. Esteve o vigário por muito tempo a bater com a carta na cabeça, e entregando depois ao portador dela a roupa que o mestre-de-campo lá havia deixado, lhe disse — Leva-a, se queres, que a doença de teu senhor não passa de uma mentira.

Vivia no arraial da Laje, no distrito do Rio das Mortes, o capitão de um corpo de auxiliares, José de Resende Costa, natural da freguesia dos Prados, casado com Ana Alves Bretas, e que a este tempo contava sessenta e um anos de idade. Possuía uma fazenda de lavoura com vinte e quatro escravos, sita nos Campos Gerais da mesma Laje.

Ao único filho, que contava o casal, dera o pai seu nome e concentrara nele todas as atenções e cuidado. Tinha o jovem, que passava por um dos homens mais belos de seu tempo, vinte seis anos de idade. Não obstante embalavam-se ainda os seus progenitores com a esperança de fazê-lo seguir para Portugal a fim de ir estudar na Universidade de Coimbra. Foi o título de bacharel, que almejavam para o filho e que dever-lhes-ia coroar a felicidade neste mundo, a causa da desgraça de toda a família.

Com o boato propalado pelo vigário de São José de que ia para Portugal, apressou-se o pai em lhe pedir que levasse o filho em sua companhia; anuiu o vigário de boa vontade e exigiu que o jovem Resende Costa estivesse até meado do mês de março no Rio de Janeiro pronto a embarcar-se.

Voltando o vigário à vila de S. José, depois de obtida a respectiva licença do bispo, e quando pensava o capitão Resende Costa que a viagem de seu filho tinha de efetuar-se, foi quando o vigário apresentou-se a desculpar-se com muitas razões, e desonerando-se do encargo que tomara, aconselhou-o que o não mandasse, por isso que em Lisboa faziam-se grandes levadas de gente para o exército. Estranhou o capitão a desculpa, mas explicou-lhe o sargento-mor Luís Vaz a causa por que havia o irmão arrepiado carreira e disse ser ela a sublevação que se tramava. Passou então a nomear-lhe as pessoas que entravam no levante e a lhe dar as mais minuciosas informações. Declarou-lhe por fim que estabelecidas *várias repúblicas na capitania* criariam uma universidade como a de Coimbra, na qual seu filho poderia completar a educação, e que escusado era mandá-lo para Portugal. Abraçou o capitão a lembrança como se o filho estivesse em idade de esperar pela criação de uma universidade, e quando instou o jovem José de Resende com o velho pai para que o mandasse para o reino, desculpou-se o capitão ao princípio com a falta de meios, e terminou por lhe falar da projetada universidade, a qual dependia do famigerado levante e na qual todavia fundava as maiores esperanças.

Eram naquele tempo os pais bastante reservados para com os filhos, e o

respeito que tributava o jovem Resende Costa a seu pai não lhe permitiu que soubesse mais do que ele lhe dissera, no que sem dúvida já se havia excedido, mas despertaram as expressões paternas a curiosidade no filho, o qual entendeu dever recorrer ao vigário da vila de S. José. Lembrou-se da conversa que tivera com o sacristão da freguesia, na casa do escrivão de órfãos Gervásio Pereira de Alvim e imediatamente buscou o padre. Com o filho foi mais franco o vigário, ou porque o achasse mais apto pela sua idade para o levante, ou por vangloriar-se do papel que nele lhe cabia. Abriu-se largamente patenteando-lhe os segredos da conjuração, informou-o de todos os pormenores e declarou-lhe que além de cento e vinte cavalos nédios e gordos, que tinha nos seus pastos, possuía mantimentos para sustentar por seis meses a mil e quinhentas pessoas no Rio Paraíba. Fez-lhe ver por fim que S. João del-Rei, que ele tinha ali quase à vista, viria a ser a capital da república, e a sede de uma universidade tão boa como a de Coimbra, na qual o jovem Maciel ensinaria matemáticas, e na qual poderia ele facilmente completar os seus estudos.

Era o sargento-mor Luís Vaz um falador eterno, amigo de novidades, e incapaz de deixá-las de propagar. Andando o ajudante de ordens João Carlos Xavier da Silva Ferraz a passar revista aos regimentos de auxiliares, acharam-se em um dia em casa do capitão José de Resende Costa. Ofereceu o velho o seu jantar não só ao tenente-coronel ajudante de ordens, como ao coronel Joaquim Silvério, e aos sargentos-mores Antônio da Fonseca Pestana, e Luís Vaz. Teve este a imprudência de fazer um brinde ao coronel Joaquim Silvério pela razão de que dentro de um ano nada deveria à Fazenda Real. Bebeu o coronel e agradeceu, esperando que assim Deus o permitira. Disse depois o capitão José de Resende Costa que esta saúde lhe fizera recordar o que havia contado o mesmo sargento-mor, e é de crer que todos aqueles que estavam presentes e que necessariamente levaram seus copos aos lábios, entendessem o enigma por não ser dos mais obscuros.

Era então o jovem Resende Costa amigo de Domingos Vidal de Barbosa, e do mesmo buscou melhor inteirar-se a respeito do que se passara. Aconteceu porém o contrário. Foi o dr. Domingos Vidal de Barbosa quem ficou sabendo mais do que supunha acerca dos pormenores do levante e, em troco do que colhera do seu amigo, lhe contou a história da entrevista de José Joaquim da Maia com o ministro dos Estados Unidos em Paris.

Era Domingos Vidal de Barbosa filho legítimo do capitão Antônio Vidal de Barbosa e Teresa Maria de Jesus, já falecidos. Tinha nascido na freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Caminho do Mato; e seus pais o haviam mandado à Europa, e na faculdade médica de Bordéus concluíra os seus estudos e regressara há pouco mais de um ano à pátria. Contava vinte e oito anos; conservara-se solteiro, vivendo mais do recurso de sua lavoura do que da sua clínica. Aparentado com o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, pois era seu cunhado, dirigiu-se logo a sua casa, e lhe foi confiar em segredo tudo quanto lhe narrava o jovem

Resende. Achava-se porém o coronel Francisco Antônio igualmente iniciado nos mesmos mistérios.

Era o coronel Francisco Antônio um homem de formas atléticas e de uma obesidade enorme. Dizia ele que na conjuração valeria por quatro, porque esquartejado daria outros tantos homens, o que quase tornou-se profecia. Havia nascido na paróquia de Nossa Senhora da Borda do Campo, distrito da vila de S. João del-Rei. Teve por pais a José Lopes de Oliveira e Bernardina Caetana do Sacramento; e contava trinta e nove anos. Casara-se com d. Hipólita Jacinta Teixeira, senhora muito mais instruída do que ele. Gozava Francisco Antônio da patente de coronel de cavalaria auxiliar da comarca de S. João d'el-Rei e residia no seu sítio da Ponta do Morro no termo da vila de S. José do Rio das Mortes, onde geralmente o conheciam pela antonomásia de *Come-lhe os milhos*, segundo o uso que prevalecia então no Brasil. Possuía duas extensas fazendas de cultura e criação com terras de mineração, nas quais trabalhavam oitenta e três escravos. E' de crer que tivesse muitos filhos e que por isso lhe dissesse o coronel Alvarenga que a mulher que desse à nova república numerosa prole seria condignamente premiada.

Tinha o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes um irmão que seus pais dedicaram à vida eclesiástica. Vira à luz na mesma casa, era porém mais velho, pois contava meio século de existência. Não só procurou o coronel iniciá-lo em todos os segredos da conjuração, como que o trazia instruído de tudo quanto ia ocorrendo, mas era vago o que sabia o coronel e só depois que o padre Toledo lhe fez as revelações importantes, e que ele se decidiu a abraçar a causa, é que viu o quanto ignorava a esse respeito.

Sabia-o porém o padre, tão bem como ele ao princípio, os boatos vagos que corriam. Ouvira na fazenda da Mantiqueira as comunicações que lhe fizera o coronel José Aires e transmitindo-as ao padre Manuel Rodrigues da Costa, quando o visitara na sua fazenda do Registro Velho, lhe afiançou o jovem sacerdote que eram novas espalhadas pelo alferes Joaquim José da Silva Xavier.

Meses depois, encontrado-se o padre com o coronel seu irmão, achou-o muito alegre, e rindo e mofando lhe fez ver que o alferes Xavier havia tomado o caso ao sério e andava organizando gente para o levante, tanto que falando ao capitão Pestana, ouvira deste coisas muito desagradáveis. Esse modo de encarar a questão levou-o a capacitar-se de que nem o seu irmão tomava parte na conjuração, nem ela existia, mas viu daí há dias modificadas as suas idéias e ele lhe dizer que se podia contar com o levante visto as pessoas importantes que figuravam nele, e passou a nomeá-las. Era a iniciação do vigário Carlos Correia de Toledo que transmitia o coronel ao sacerdote, o qual se bem que entendesse que os nomeados nada conseguiriam fazer, ficou contudo daí em diante envolvido na conjuração.

Afirmou ele que o coronel Joaquim Silvério buscara sondar-lhe o ânimo, quando indo dizer missa à paróquia do Ribeirão, lhe veio o mesmo contar como novidade, que estava para haver um levante e que apesar de ter nascido em Portugal tomava parte nele com Gonzaga, Alvarenga e... Então ele pôs as mãos nos ouvidos

e declarou que não queria ouvir tais coisas; pois somente desejava o coronel ver-se livre da enorme dívida que tinha com a Fazenda Real.

Tais foram os novos conjurados que os irmãos Toledo arrebanharam direta e indiretamente, sem o menor critério na sua escolha. Com razão pois queixava-se o tenente-coronel Francisco de Paula da grande publicidade que ao levante havia dado o vigário da vila de S. José, o qual sem necessidade divulgou todos os mistérios da conspiração, e levantou tão alta celeuma.

## CAPÍTULO IX

### SUSPENSÃO DA DERRAMA

Vinda do Tiradentes ao Rio de Janeiro. — Cartas que lhe promete Salvador do Amaral. — Chamada do coronel Joaquim Silvério à Cachoeira. — Suspensão da derrama. — Exéquias pelo príncipe d. José. — Retira-se Alvarenga para S. João del-Rei. — Passa pela Cachoeira do Campo. — Palácio da Cachoeira, residência de recreio. — A fazenda dos Caldeirões. — Retiro do tenente-coronel Francisco de Paula. — Despede-se Alvarenga do mesmo. — Lembra-se do que lhe dissera o capitão V. V. da Mota. — Chega o coronel Alvarenga à sua casa. — d. Bárbara Heliadora. — A poesia no lar doméstico. — A princesa do Brasil. — Visita do vigário C. C. de Toledo e do coronel Francisco Antônio. — Parte Alvarenga para a vila de S. José. Volta de novo à casa. — O espectro de seu infortúnio. — As denúncias.

Dois meses demorou-se o coronel Alvarenga na sua fazenda do Engenho da Paraopeba, que havia arrematado ao fisco e que ainda não estava paga. Recolhendo-se em princípio de março, tocou no palácio campestre da Cachoeira, onde apresentou os seus cumprimentos ao governador visconde general, como era de seu dever pela sua patente militar. Ignora-se a prática que tiveram, parece, porém, que o visconde de Barbacena atraíra a conversação para um lado de que não gostou muito o coronel, pois mostrou sintomas de perturbações. Divulgou o jovem Maciel essa circunstância aos seus amigos, mas Alvarenga, sem dar-se por entendido, meteu o caso a gracejo, e não falou mais na questão.

Aí encontrou-se o coronel com o alferes Tiradentes, que ia solicitar uma licença para vir ao Rio de Janeiro a tratar dos despachos de seus requerimentos

dirigidos ao Conselho do Ultramar, os quais supunha terem chegados de Lisboa. Era o seu plano vir cuidar de seus negócios relativamente às águas da Tijuca e aos trapiches da Saúde, e de caminho ver em que altura estavam esses socorros tão apregoados por ele e que esperavam da França para a proclamação da República no Rio de Janeiro, a cujo exemplo dado seguiria depois para a capitania de Minas Gerais. E abandonava a capitania e com ela o levante, para o qual pedira a ação maior e de maior perigo, e isto quando a publicação da derrama parecia facilitar o intento dos conjurados com a grande consternação que sofreriam os povos, e servir de sinal para o alarma. Sob o pretexto de dirigir-se ao Rio de Janeiro para esperar socorros com que não contava, fugia o alferes ao perigo, receoso de que os amigos o envolvessem a sós na conflagração, que outra explicação não podia ter semelhante viagem. Tinha porém o Tiradentes algumas ofensas dos conjurados, que não só se calavam à sua chegada quando conversavam sobre as questões que traziam a peito, como retirando-se para as suas localidades, correspondiam-se mutuamente, sem que lhe dessem parte do que iam fazendo.

Na rudeza de sua linguagem, pois não escolhia expressões para falar com a polidez necessária, dizia o alferes que os povos de Minas eram uns bacamartes, tão faltos de espírito como de dinheiro, e que de todos a quem falara, muitos queriam e ninguém se resolvia a sair a campo. Somente achara com mais calor o vigário Carlos Correia de Toledo e o padre José da Silva. Não duvidava porém, que dado que fosse o exemplo pelo Rio de Janeiro buscariam os mineiros imitá-lo. E' crível que lhe dissesse o coronel Alvarenga, como afirmou depois, que não fosse louco e não viesse meter-se no Rio de Janeiro a falar em semelhantes dislates, porque não era um sertão como Minas, e que qualquer palavra que articulasse chegaria imediatamente aos ouvidos do vice-rei, que era por demais enérgico. Respondeu o alferes ainda menos convenientemente assegurando que ninguém por-lhe-ia as mãos. Não só ele como o seu partido sabiam muito bem os passos do vice-rei. Principiando por ele a ação não correria mais risco, porque toda a cidade era do mesmo voto. Notou porém o coronel Alvarenga que ao passo que o alferes nomeava as pessoas que na capitania abraçavam a idéia do levante, nunca mencionou o nome de uma só que na cidade do Rio de Janeiro lhe seguisse o partido. Mas até a respeito das pessoas de Minas Gerais mistificava o Tiradentes os seus companheiros, inventando, nomes de conjurados, que nunca existiram senão na sua imaginação e como em terra de pouca gente todos se conheciam, usava então do subterfúgio de inventar pessoas enigmáticas, qual um doutor meio clérigo, muitos sujeitos do Rio das Mortes, um doutor pequenino de Sabará, um mendigo, e outros.

Voltou o coronel à Vila Rica, bem como o alferes, que obteve licença por um mês para vir ao Rio de Janeiro, quando só para as viagens de ida e volta lhe seriam necessários vinte dias.

Achava-se nestas predisposições o alferes Tiradentes, quando lhe veio bater à porta um moço já entrado em anos, pois contava perto de trinta. Não passava de

praticante de cirurgia e necessitava ainda do auxílio de seus padrinhos para a sua subsistência. Era este Salvador Correia de Amaral Gurgel, que vivia de favor em casa do dr. Antônio José Soares de Castro. Trazia-o a necessidade de adquirir um livro que possuía o Tiradentes, e que este havia já cedido a um de seus irmãos. Sobre ser-lhe infrutífera a visita, tornou-se-lhe depois fatal. Sabia o alferes que o moço pobre era natural da província do Rio de Janeiro, e que podia alcançar dele cartas para algumas pessoas influentes e rapazes desembaraçados, aptos para um grande empenho. Patenteou-lhe pois todos os seus projetos de conspiração, e esperanças de ver uma testa coroada na capitania de Minas Gerais. E como Salvador do Amaral se desculpassem com dizer que nem um conhecimento tinha que pudesse aproveitar aos seus intentos, instou para que escrevesse ao tenente do regimento de artilharia do Rio de Janeiro Francisco Manuel da Silva Melo. Não anuiu o pobre praticante de cirurgia, com o que pouco mais agravaria a sua sorte, e retirou-se.

Recolhendo Salvador Correia do Amaral Gurgel à casa de seu hóspede, alvoroçado com a nova que lhe dera o Tiradentes, não se conteve e foi logo comunicar o que sabia ao dr. José Soares, que conversava com o sargento-mor Raimundo Correia Lobo, e Crispiniano da Luz, e apesar de lhe falar em particular, e a meia voz, foi contudo ouvido pelo sargento-mor. Formalizou-se o dr. José Soares e lhe disse que em tal matéria se não devia tocar nem de leve; que ao cabeça se lhe havia cortá-la, e se sabia isto de certo se fosse denunciar. Advertiu-lhe mais que tanta pena tinha quem sabendo não o delatava, como quem o delatando se não verificasse depois o fundamento para a denúncia.

Sem recursos para as despesas de sua jornada, apenas conseguiu o alferes a quantia de cem mil réis, como adiantamento de seu soldo, prestando-lhe esse favor o seu compadre tenente-coronel Domingos de Abreu Vieira, a quem passou um crédito. Como se andassem apostados em se encontrarem, valia-se de igual expediente o coronel Alvarenga, a fim de ocorrer às despesas da sua partida para o Rio das Mortes, obtendo do mesmo tenente-coronel três quartas partes daquela quantia. Bem dizia Domingos de Abreu Vieira, conhecedor dos recursos dos conjurados, que o único que pela sua fortuna poderia tentar alguma coisa era o padre José da Silva de Oliveira Rolim. Vê-se pois que isoladamente e por sua conta caminhava o inexperto alferes. Ao passo que se arrogava a direção do movimento nenhum séquito tinha que o seguisse, nem quem lhe adiantasse um ceitel por conta da conjuração.

Montado no seu machinho rosilho, e acompanhado de seu mulato, tomou o alferes a estrada do Rio de Janeiro, partindo para sempre da cidade, à qual a alçada faria presente da sua cabeça em cumprimento da profecia que ouvira de mais de uma boca.

Mal dera o visconde de Barbacena a licença pedida pelo alferes, que fez partir a toda a pressa duas ordenanças, uma para a Borda do Campo chamando à sua sala o coronel Joaquim Silvério dos Reis, e outra para o Rio de Janeiro, a qual ia

ocupando os pousos deixados, pelo Tiradentes.

Obedecendo imediatamente o coronel, pôde apesar da distância, encontrar ainda no sítio da Encruzilhada do Campo o alferes Joaquim José que pela sua leviandade não pôde abster-se de falar a homem tão repugnante.

— Cá vou trabalhar para você, lhe disse o Tiradentes; e perguntando depois ao coronel se levava muito dinheiro para a Fazenda Real, a assegurando-lhe este que algum, lhe aconselhou o alferes misteriosamente que não entrasse com ele, deixando-o adivinhar-lhe a intenção. Pediu o coronel ao capitão José Lourenço Ferreira e Patrício Pereira, que notassem as suas primeiras palavras e continuou a sua marcha para a Cachoeira.

Demorara-se ainda o coronel Alvarenga em Vila Rica para assistir às exéquias do infante d. José, príncipe do Brasil, que baixara ao túmulo em 11 de setembro de 1788, quando um acontecimento inesperado veio surpreender os conjurados, e tirar-lhe todo o pretexto para a conjuração. Ouviu o governador no dia 15 de março, prestando grande atenção por muito tempo, ao coronel Joaquim Silvério, e ordenou-lhe depois que fosse para Vila Rica e que aí se conservasse até segundas ordens. Simulou a mais perfeita ignorância acerca do levante, e sete dias depois dirigiu às Câmaras da capitania a seguinte circular:

“A considerável diminuição que tem tido a quota das cem arrobas de ouro que esta capitania paga anualmente de quinto a S. M. pede as mais eficazes averiguações e providências. A primeira de todas deveria ser a derrama, tanto em observância da lei como pela severidade com que a mesma senhora foi servida estranhar o esquecimento dela; porém conhecendo eu as diversas circunstâncias em que hoje se acha esta capitania, e que este ramo da Real Fazenda é suscetível de melhoramento, não só em benefício do régio erário mas dos povos, cuja conservação e prosperidade é o objeto principal do iluminado governo da rainha nossa senhora; e não tanto pela afeição particular com que me ocupo em procurar os desta capitania toda a sorte de felicidade, que sempre preferiria à minha própria, como pela confiança que devemos ter na piedade e grandeza de Sua Majestade, que é bem notória, tomei sobre mim suspender o lançamento da derrama que a junta da administração e arrecadação da Real Fazenda é obrigada a promover, até chegar a decisão da conta que terei a honra de pôr na augusta presença de Sua Majestade, sob os meios que me parecerem mais proporcionados ao bem da mesma administração nesta parte, e aos dos seus leais vassalos. E para me haver com o conhecimento e acerto que desejo e me é necessário neste importante negócio, recomendo a Vms. que hajam de fazer sobre eles com toda a brevidade as mais sérias reflexões e exames, e me enviem por seus procuradores até meado de junho os seus requerimentos, informações e parecer; e com isto espero também que Vms, concorram comigo entretanto, assim pelo reconhecimento a que ficam obrigados, como por conveniência própria, para o descobrimento e extirpação dos contrabandistas e extraviadores que são e têm sido a principal causa da referida diminuição.

Por que suspendeu o governador a derrama? Foi a pergunta que reinou entre os interessados na sua publicação, por isso que não podia o visconde de Barbacena dar tal passo sem que a isso o obrigasse a notícia de que se preparava um levante em toda a capitania. Quiseram-se certificar desta suspeita, para com mais ciência resolverem se conviria ou não tentar o golpe, pois que uma vez que disso se tratara era necessário levá-lo avante, sob pena de saber-se e serem considerados tão culpados como se o intentassem. Coube ao desembargador Tomás Antônio Gonzaga tão espinhosa tarefa, o qual dirigiu-se imediatamente à Cachoeira; e procurou falar ao governador. Estava o visconde bastante prevenido contra ele pelo conhecimento de seu ânimo e pelo que havia colhido das conversas que anteriormente tivera, e contudo recebeu-o delicadamente com a mais estudada dissimulação, própria de quem aspirava a carreira diplomática, e ouviu com fingida indiferença a prática que qualificou de *atrevida conversação* e que Martinho de Melo taxou antes de *cavilosa, insolente e atrevida conferência*.

Começou Gonzaga por exagerar a obrigação em que estava o povo de Vila Rica pela suspensão da derrama e acrescentou que queria levantar-lhe uma estátua. Não lhe deu o governador a resposta concernente a prosseguir no mesmo discurso, e procurou desviá-lo para outras matérias. Passou o desembargador a fazer-lhe bem claro ameaça dando a entender que com a suspensão da derrama havia o governador evitado uma sublevação a que o povo se achava disposto, e que para ela se efetuar só lhe faltavam duas cabeças.

Procurou o visconde de Barbacena desviar ainda desta vez com inimitável prudência, segundo as suas expressões, tão sediciosa prática, falando-lhe em diversos assuntos e mostrando assim que a não queria ouvir, mas Tomás Antônio Gonzaga, insistindo com um atrevimento que se não compadecia com a bondade de sua índole, prosseguiu encarecendo a superior vantagem da capitania para a sua independência, defesa e subsistência, pela sua riqueza e situação natural, e que merecia estar sempre na menina dos olhos do ministério. Não conseguiu porém com estes e outros rodeios coligir do governador o que procurava saber e sendo já muito tarde, retirou-se com a promessa de que voltaria brevemente.

Celebraram-se enfim na matriz da cidade as exéquias pelo príncipe, que arrancara a morte à majestade do trono, despenhando-o na confusão do sepulcro, às quais assistiram o governador e todas as pessoas notáveis da capital e ainda de algumas partes longínquas da capitania, atraídas pela pompa e raridade do ato. Notou-se contudo a ausência do desembargador Gonzaga, que se desculpara não ter feito traje próprio para a lutuosa cerimônia. Pregou o cônego Luís Vieira da Silva, e às suas palavras prestou a mais estudada atenção o visconde de Barbacena, pelas suspeitas menos benévolas, que nutria a seu respeito, e buscou deduzir alguma alusão dos planos do levante e independência, com os quais sonhava mais do que os próprios interessados na sua realidade.

Jantaram nesse dia os amigos de Gonzaga em seu domicílio. Notava-se geral frieza nos conjurados, e o cônego Luís Vieira aproximando-se do desembargador



pediu-lhe notícias do levante. Respondeu-lhe Gonzaga com aquela frase fria e lacônica que a história conservara: “— A ocasião para isso perdeu-se.” E essa frase pôs fim a encetada prática, e bem provou o ânimo em que todos estavam depois da suspensão da derrama, a qual tirando o pretexto, desarmou a conjuração, e fez abortar o levante. Mas urdia-se outra conjuração; concertavam-se planos mais tenebrosos, ensaiavam-se cenas desoladoras como ninguém previra, e em vez dos rios de sangue preditos por Alvarenga, iam correr rios de lágrimas! Invertiam-se os papéis para que as vítimas se tornassem algozes e os algozes vítimas. Mais uma vez na sua curta existência seria Vila Rica teatro de uma nova tragédia e bem podia escrever em face dos algarismos cronológicos que tinha patentes as palavras — ano terrível!

Poucos dias esteve o cônego Luís Vieira ausente de sua casa, e voltou à cidade de Mariana, onde o chamavam as obrigações que tinha na sua Sé.

Retirando-se também para a sua Vila de S. João d’el-Rei, espalhou o coronel Inácio José de Alvarenga o boato de que iria viver com sua família para a Campanha do Rio Verde se lograsse obter do visconde general um destacamento para aquela povoação, fundada pelos paulistas há quase setenta anos. Era o quarto conjurado que lançava mão deste subterfúgio para, segundo notou o conselheiro Sebastião Xavier de Vasconcelos Coutinho, servir depois de desculpa para a defesa, como notícias públicas, o que veio a acontecer. Deixando Vila Rica buscou a estrada da Cachoeira do Campo no intuito de despedir-se do governador.

Na Cachoeira do Campo, três ou quatro léguas distante de Vila Rica, possuíam os governadores da capitania um palácio de recreio, com vasta fazenda de criar, situação por demais agradável pois reunia as condições do preceito de Horácio *Utile dulci*. Como e quando adquiriram eles semelhante propriedade, que usufruíam a seu bel-prazer com todos os lucros, é o que inteiramente se ignora; sabe-se apenas que a aquisição fora anterior ao ano de 1783, pelo pagamento das despesas que se fizeram com a sua reedificação. Iam aí os governadores passar dias de festa, esquecidos do expediente diário e das audiências, e longe do pequeno bulício de Vila Rica, a capital da capitania; mas era o visconde de Barbacena pouco social, gostava de isolar-se e reconcentrar-se na sua misantropia; fez pois do palácio da Cachoeira a sua residência habitual e, arremedo de Numa Pomfílio, entregou-se à criação de vacas e galinhas e deu melhor destino a seus ajudantes de ordens. Deixou ficar em sua companhia o tenente-coronel Francisco Antônio Rebelo, que morria de amores por ele; incumbiu o tenente-coronel João Carlos Xavier da Silva Ferrão da revista dos corpos auxiliares, com a intenção de reduzi-los ao mesmo estado anterior a Luís da Cunha e Meneses, e mandou o tenente-coronel Antônio Xavier de Resende para o palácio de Vila Rica, encarregado de entender-se com as partes, as quais se recusavam procurá-lo em tão distante retiro.

Apresentando as suas despedidas, procurou o governador reter por algum tempo o coronel Alvarenga e interessá-lo na conversação acerca da preferência dos governos, e divagando sobre o paralelo das repúblicas com as monarquias procurou

sondar o ânimo do coronel, operação que não lhe seria muito difícil, pois era o coronel Alvarenga de uma facilidade em externar os seus pensamentos que degenerava em leviandade.

Saindo do palácio do governador, procurou passar o coronel pela fazenda dos Caldeirões, onde se achava o tenente-coronel Francisco de Paula Freire de Andrade, que havia obtido três ou quatro meses de licença enquanto não lhe chegava a permissão que solicitara para ir ao Reino, como assoalhava por toda a parte. Pertencia-lhe a fazenda dos Caldeirões, a qual consistia em lavras de ouro. Para aí havia-se retirado o tenente-coronel, ou cansado do bulício da capital e de suas ocupações militares, ou para evitar as relações com os conjurados, de que se começava arrepender e recluir, pois animou-se a observar ao padre José da Silva que a conjuração ou o levante era o maior crime que se podia cometer. Vivia no meio de sua família que se compunha de sua esposa, de três filhinhas, das quais a maior tinha sete para oito anos, e de um filho de pouco mais de ano.

Veio surpreendê-lo a visita do coronel Alvarenga e reviver a lembrança do levante. Contou-lhe o coronel a conversação que encetou com ele o governador à respeito da preferência entre a república e a monarquia, o que muito lhe havia impressionado. Sabia o tenente-coronel pelo seu cunhado o dr. Maciel o que se passava no palácio, e pois mostrou-se bastante contrariado, e lhe disse que o visconde de Barbacena estava inteirado de tudo quanto se havia tratado relativamente à conjuração, e tudo isto proveniente da facilidade de muitos conjurados, e principalmente do vigário de S. José, o qual fizera grande bulha nesse negócio, pois lhe escrevera que tinha cento e cinquenta cavalos prontos para o seu regimento, isto é, que falara a outras tantas pessoas para entrarem na sedição mas que ele tenente-coronel fazendo-se de desentendido lhe respondera vagamente.

Saiu o coronel Alvarenga ainda mais impressionado do que tinha entrado em casa de seu amigo. Dirigindo-se para a sua casa, foi a pensar pelo caminho nas palavras do tenente-coronel sobre as informações que já possuía o governador acerca do levante; lembrou-se então do que ocorrera entre ele e o capitão Vicente Vieira da Mota. Jantando um dia o coronel em casa de João Rodrigues de Macedo lhe perguntara o capitão se tinha tido algumas conversas com o alferes Tiradentes sobre a liberdade e negócios da América. Foi a resposta do coronel como convinha, negativa, e aproveitou-se do ensejo para dizer ao capitão que estando o mesmo quase sempre com ele bem sabia quais as conversas que poderia ter com o alferes. Concordou o capitão, mas lhe fez ver que também nenhuma amizade o unia ao alferes, e não obstante o mesmo lhe havia convidado para o projeto da conspiração; que ele buscara levar tudo à presença do visconde de Barbacena e que se o coronel sabia alguma coisa a este respeito tratasse de fazer o mesmo.

Chegou o coronel Alvarenga à sua casa no dia 5 de abril; era um domingo de Ramos e toda a semana santa passou ele no seio de sua família, nos braços de sua esposa, revendo-se nos seus filhos inocentes. Era o coronel Alvarenga o mais empreendedor de todos os conjurados; não tinha então mais do que quarenta e

cinco anos; idade da ambição. Nascido no Rio de Janeiro, teve por pais a Simão de Alvarenga Braga e Ângela Micaela da Cunha, que muito se esmeraram em sua educação. Não estudaram-lhe a vocação; viram-no ainda criança e já improvisando versos, tomando parte em certamens poéticos, tendo por companheiro e rival a Basílio da Gama, e pensaram que ele devia ser bacharel em leis. Do colégio dos jesuítas do Rio de Janeiro passou o jovem Alvarenga para a universidade de Coimbra, e a facilidade, a graça e a gentileza com que se exprimia concorreram para que fizesse brilhante leitura no Desembargo do Paço, pelo que mereceu ser despachado juiz de fora de Sintra, onde serviu os três anos da praxe. Voltou à pátria com o despacho de ouvidor da comarca do Rio das Mortes, e seguiu para a cidade de S. João del-Rei. Fixou aí a sua residência predileta e, abandonando a carreira da magistratura, procurou aumentar os seus recursos para manutenção de sua família. Galardoou o governador da capitania, d. Rodrigo José de Meneses os seus serviços com a patente de coronel do primeiro regimento de cavalaria de S. Antônio do Vale da Piedade da Campanha do Rio Verde. Trocou assim o título que lhe dava o diploma acadêmico pelo título que lhe conferia a patente militar, e desde então tornou-se conhecido pelo coronel Inácio José de Alvarenga.

No ano de 1778 ligou-se o coronel Alvarenga a uma senhora distinta pelos seus dotes naturais e esmerada educação. Era descendente de uma das principais famílias da capitania de São Paulo, que se passara para a de Minas Gerais. Foi d. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, filha de José da Silveira e Sousa, para Alvarenga o que foi d. Maria Joaquina Dorotéia de Seixas para Gonzaga. Ambos eternizaram em seus versos as duas belezas mineiras, que faziam o encanto de S. João del-Rei e de Vila Rica. Mas a amante, a noiva e a esposa do coronel Alvarenga era superior à amante de Gonzaga, pela imaginação brilhante de que a dotara a natureza, pelo estro ardente que possuía. E o comércio das musas entreteve por algum tempo o amor em que se abrasavam, até que os ligaram os laços conjugais.

Com os recursos do dote de sua esposa empreendeu o coronel desenvolver a prosperidade de sua casa, que pela atividade de seu braço prometia ser uma das primeiras da capitania de Minas Gerais, se adversa não lhe tivesse sido a fortuna. Já era senhor de ricas e numerosas fazendas de cultura, e de terras e águas de mineração onde trabalhavam mais de duzentos escravos. Apesar da leviandade do seu espírito, não recuava ante as dificuldades; havia primeiro vencê-las para dar-lhe de rosto e entregar-se à inconstância do seu gênio. E é assim que se explica a empresa gigantesca e superior às suas forças que tentou e levou ao cabo. Consumiu porém toda a sua fortuna e empenhou toda a sua casa nessa obra, que consistiu na abertura de um rego com grande esgoto, o qual se prolongava pelo espaço de nove léguas! Com esses trabalhos hidráulicos prestou relevante serviço desencravando as melhores minas e lavras de vários possuidores, que compreendiam para mais de quatro mil datas minerais, até então abandonadas por falta da expedição das águas.

Nessas lidas grandiosas da mineração aurífera, em que a alma se lhe

comprazia mais pelo atrevimento da empresa do que pela sede de ouro, passavam-lhe os dias no remanso da paz. Vivia o marido para a esposa, revia-se nos seus três filhinhos e sobretudo numa filha que os precedera, essa Maria Efigênia que era para os seus pais o anjo da felicidade doméstica, e tão formosa que lhe davam o nome de *Princesa do Brasil*, antonomásia pueril, que tornando-se popular, passou à posteridade quase como um delito!

Esquecida do talento que lhe dera o céu, votou-se a mãe aos cuidados domésticos, entregou-se dia e noite à educação de seus filhos, e nem a falta de recursos proveniente da situação fê-la desacoroçoar. Empenhou todos os meios a seu alcance, sem que poupasse despesas e fadigas para proporcionar a sua filha os estudos necessários a ilustrar-lhe o espírito. Mandou vir mestres, deu-lhe os melhores professores existentes na capitania, e aperfeiçoou-se a interessante menina na língua vernácula, instruiu-se nas estrangeiras, e adquiriu conhecimentos nas belas artes, que quando não lhe fossem úteis podiam contudo servir-lhe de inocente entretenimento.

Não se mostrou o coronel Alvarenga menos empenhado no cultivo das faculdades intelectuais de sua filha. Ao completar ela os seus sete anos de idade, gravou-lhe na alma os mais belos e sublimes preceitos da caridade tão santa como a que emana da pureza do cristianismo.

Passara o coronel Alvarenga tranqüilamente toda a semana santa, esquecido da conjuração e seus consócios, entregue aos prazeres domésticos, no meio de pequenas felicidades que reunidas valem mais do que uma grande fortuna, quando vieram visitá-lo o ardente padre Carlos Correia de Toledo, e o coronel Antônio de Oliveira Lopes. A conversação não podia ser outra senão a do levante. Na falta de notícias mais importantes contaram-lhe que o coronel Joaquim Silvério dos Reis, depois de uma revista dos corpos auxiliares pelo ajudante de ordens o tenente-coronel José Carlos Xavier da Silva Ferrão, dissera sem reboço em casa do capitão José de Resende Costa e em presença do mesmo ajudante de ordens que nestes países tão ricos e vastos bem se poderia a fundar um império. Admiraram-se os dois de semelhante preposição à vista do ajudante de ordens, e tendo o vigário Carlos Correia de Toledo notado essa circunstância ao sobredito coronel Joaquim Silvério, comprometera-se este a assistir com dinheiro para o levante. Entrou o vigário para o interior da casa, a fim de cumprimentar a mãe de d. Bárbara Heliadora; e o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes, que ficara a sós com o coronel Alvarenga, assegurou-lhe que os irmãos Toledo e o coronel Silvério tinham disposto a muita gente da Vila de São José, Borda do Campo e Tamanduá.

No dia seguinte saiu o coronel Alvarenga para a Vila de S. José. Levava pelo menos o pretexto de falar ao sargento-mor Domingos Barbosa Pereira sobre a execução que movia contra Sancha Maria da Mota, e ia na companhia dos dois amigos que o haviam visitado no dia antecedente. Jantaram todos eles na casa do vigário Carlos Correia de Toledo e rolou a conversação durante o jantar sobre o tema favorito, o que sem dúvida não poderiam fazer em casa do coronel Alvarenga

por causa da família. Assegurou este que tendo estado em Vila Rica lá deixara o negócio em grande frieza, porque já se não lançava a derrama, e que sem este tributo, que tanto desgosto causaria ao povo, não via pretexto para revolta; mas que já agora se devia fazer alguma coisa visto ter-se tratado de semelhante matéria e poder vir a saber-se e serem punidos, como se ele surtisse o seu efeito. Nisso concordaram todos os três e ficaram de ajustar os meios. Pediu então o vigário ao coronel Alvarenga que lhe escrevesse a divisa republicana que havia sido proposta por ele. Recusou-se o coronel dizendo que em tal maneira não punha pena sobre papel, e que se quisesse que a escrevesse ele. Ditou e o vigário escreveu-a. Parece, porém que o coronel não foi muito sincero neste ato, pois a divisa que escreveu o vigário foi a lembrada por Cláudio Manuel da Costa: *Aut libertas aut nihil*, a qual verteu depois o fundador do Império naquelas palavras imortais do Ipiranga — *Independência ou morte!*

Recolheu-se o coronel a sua casa ao seio da sua família e poucos dias depois veio ainda procurá-lo o padre Carlos Correia de Toledo, que era agora o espectro do seu infortúnio. Levava-o desta vez as apreensões que lhe deixara na alma as comunicações que lhe fizera José Lourenço Ferreira, comandante do arraial da Igreja Nova. Asseverava o comandante que o coronel Joaquim Silvério tinha passado por ali em viagem para o Rio de Janeiro, certificando-lhe que recebera uma carta do vice-rei pedindo que se fosse despedir dele. Não parecia isto muito natural ao vigário, e supunha que tinha ido denunciá-los.

Ponderando o coronel Alvarenga que o remédio era ir também o vigário delatá-lo, afirmou o padre que não iria porém sim alguém por ele; e retirou-se. Entrou daí há dias o coronel Francisco Antônio de Oliveira Lopes. Era a hora da Trindade; e vinha-lhe comunicar que Joaquim Silvério o tinha ido denunciar. Consolava-o porém a idéia de que também ele lhe havia oferecido dinheiro para o levante e que por sua parte o acusaria igualmente. Concordando o coronel Alvarenga, lhe disse com toda a calma que fosse quanto antes, mas em sua consciência que sobressaltos não lhe deram rebate nalma! Ao ver-se só durante a noite, pensou em sua esposa e nos seus filhos, essas inocentes criaturas, e estremeceu de susto com a idéia de uma separação eterna!... Impaciente, agitado, com os olhos arrasados de lágrimas, procurava por toda a parte o sossego que lhe fugira. Neste estado o veio encontrar a sua esposa, que bem suspeitava que grande tempestade se passava em sua alma, e lhe perturbava a razão. Vasou o amor conjugal no seio do anjo doméstico todos os seus arcanos. Patenteou com vivas cores a catástrofe tremenda que se aproximava, e a sorte cruel que aguardava os seus cândidos filhos. Para ele só havia um passo a dar que evitasse o medonho abismo que se abria para tragá-lo, e era este a — denúncia!

Tingiu a palidez da morte as faces da bela paulistana. Prostrou-se a esposa a seus pés e implorou-lhe com lágrimas e suspiros que não cometesse semelhante indiscrição, pois ia comprometer os seus amigos, atraindo sobre si a nódoa da delação. Conteve-se Alvarenga; abraçou a sua consorte como a sua maior amiga e

beijou-a como o anjo da sua guarda. Procurou uma ilusão para si e para ela, e não enxergou mais em tudo quanto se passara nos conventículos do que uma prática hipotética sobre o que se poderia e não sobre o que se devia fazer. Tranquilo com este engano de sua alma e este raciocínio de seu espírito, adormeceu nos braços de sua esposa.

Antes nunca mais acordassem!

## CAPÍTULO X

### OS DELATORES E ESPIÕES

O visconde de Barbacena. — Seu gênio taciturno e queda para a tirania. — A denúncia. — O coronel Joaquim Silvério dos Reis. — Converte o governador o delator em espião. — Manda-o a Vila Rica. — Sua missão. — Ordena-o que recolha-se a sua casa até segunda ordem. — Mais delatores. — O tenente-coronel Basílio de Brito e o mestre-de-campo J. C. Pamplona. — Completa-se o triunvirato da delação. — Instruções de Martinho de Melo. — Os habitantes da capitania de Minas Gerais. — Relutância no pagamento dos quintos. — Encontra o governador o remédio para a conjuração. — Um levante para precedente no tempo do conde de Assumar e um golpe de surpresa para exemplo praticado pelo mesmo. — Chama à sala o coronel espião. — Ouve-o e manda que escreva a delação.

A par e passo que circulavam os boatos do levante da capitania dirigido por pessoas influentes e poderosas, que se apresentariam em devido tempo à frente do povo, dizia-se também que o governador sabia de tudo. Olhava-se para todos os lados e ninguém via o traidor, porque disfarçado em espia sondava todos os ânimos, queixava-se do governo e arrancava confissões que ia depois e infamemente segredar aos ouvidos do visconde general, na intenção de um prêmio que lhe compensasse a lealdade.

Taciturno e misantropo, era o visconde de Barbacena um tirano que sentia prazer em prestar atenção à delação das aleivosias, das intrigas e dos enredos de uma sociedade em embrião como a de Minas Gerais. Ali no seu palácio estavam sempre abertas as portas à denúncia. Novo Dionísio, desejava ter uma orelha em Vila Rica, que lhe comunicasse o murmurar do povo, não para atender os vexames

mas para castigar-lhe o atrevimento da queixa e, sem que procurasse, achou não um mas três homens que prestaram os seus ouvidos para escutarem e as suas bocas para delatarem.

O primeiro dentre eles levou-lhe a delação do levante e veio honrado com a torpeza de missão. Como havia sido convidado para a conjuração, pensou logo em denunciá-la apesar terem-no ameaçado com a morte. Obrigaram-no a tanto a forçosa lealdade de vassalo. Com a sagacidade da maldade e da vileza da tirania, ordenou-lhe o governador que se fingisse parcial dos amotinadores, e diligenciasse descobrir mais alguma circunstância, quais os que entravam na conjuração e que parte tomavam, de modo que um só não escapasse à justa punição de que se tornavam todos dignos por um crime de lesa-majestade como era a inconfidência.

Esse homem era o coronel Joaquim Silvério dos Reis, que contava apenas trinta e três anos de idade. Havia nascido em Lília, no reino de Portugal, onde tivera por pais o capitão José Antônio dos Reis Montenegro e Teresa Jerônima de Almeida. Viera para o Brasil ainda imberbe e rapidamente assenhoreou-se de grande fortuna. Assistia na Igreja Nova da Borda do Campo, onde vivia do rendimento de suas fazendas. Pelos protetores que tinha, e pelas posses que desfrutava, obteve a patente de coronel de um dos regimentos de cavalaria auxiliar, que pôs em pé luzidio, pois fardou-o a sua custa, como procediam todos os comandantes, por isso que quase todos os arregimentados eram homens necessitados que viviam do trabalho de suas férias, como ainda hoje acontece com a guarda nacional.

Descuidosa tinha sido a sua educação quer civil, quer moral, quer literária. Brusco em suas maneiras, arrogante em suas expressões, era o coronel dotado de uma altivez sem limites, e cria-se um potentado pelos galões militares que trazia na farda e pela fortuna que lhe consentia usufruir a bondade do fisco para com ele, pois devia mais do que possuía. Não poderiam todos os seus bens elevar-se a soma de oitenta contos de réis, no entanto que como arrematante do contrato das entradas no triênio de 1782-1784 alcançara-se na enorme quantia de mais de duzentos contos de réis.

Não o conheciam os vizinhos da Borda do Campo senão por *Joaquim Saltério* e a seu irmão João Damasceno por *João das Maçadas*. Eram ambos na opinião do coronel Francisco Antônio os maiores *maganões* que tinham passado de Portugal para a América. Não gozava nenhum deles da simpatia popular, e mereciam antes o desprezo público.

E cumpriu esse homem fielmente, como um escravo, as ordens de seu senhor. Demorou-se em Vila Rica, sondou os ânimos e tocou nas chagas coloridas, como uma vítima também do governo colonial, como um devedor oprimido pelo fisco, que o empolgava com as unhas devoradoras. Penetrou em muitas casas com a máscara da amizade. Ouviu os queixumes dos descontentes de mistura com as ameaças do levante, e com as esperanças da regeneração. Com o gesto da hipocrisia inquiriu dos irmãos contra os irmãos, dos filhos contra os pais, e dos escravos

contra os senhores. Repleto de notícias foi ao palácio dar conta da sua missão, ancho de si mesmo, como se tivesse cumprido a melhor das tarefas. Era a cabeça do visconde de Barbacena uma cabeça de fidalgo, que não se curvava facilmente. Sem perder pois a sua gravidade e sisudez, sem rir-se como se riria d. Rodrigo de Meneses, ou acionar com os ombros e voltar as costas como faria Luís da Cunha, disse-lhe que ficava ciente, e ordenou-lhe secamente que se recolhesse à casa, que quando fosse necessário o chamaria por carta da sala, a fim de não causar suspeita.

Abertas de par em par tinham sido as portas do palácio da Cachoeira à delação, e os denunciante não perderam a ocasião. Depois do coronel Silvério veio o tenente-coronel Basílio de Brito. Tinha este pelo menos a seu favor o implacável desejo de vingança. Votara a Tomás Antônio Gonzaga o mais entranhável ódio. Sofrera dele e jurara vingar-se. Prometeu-lhe arrastá-lo pela rua das amarguras, e procurou uma cruz para seu martírio. Assim quando soou a hora e ofereceu-se a ocasião à sua vingança, essa alma mesquinha não soube enobrecer-se. Insensível ao impulso da compaixão, ouviu, somente o eco de seu juramento, e deixou-se levar pelo ódio que lhe ressecara as fibras do coração, e lhe impedia as generosas expansões.

Para coonestar a sua denúncia não viu no premeditado levante senão um ato de pura traição; e à sua natureza repugnara essa qualidade fosse ela contra quem fosse em matéria tão melindrosa. Era pelo menos homem lógico e não podia, adotadas as primícias, fugir às ilações. Tinha adquirido também por meio da reflexão um profundo estudo dos nacionais desde que veio para a América, e por isso chegou a conhecer que todo o desejo dos mesmos era sacudir a obediência, que prestavam aos seus legítimos soberanos, patenteando a íntima vontade de constituírem o Brasil em república a exemplo dos anglo-americanos, matéria já tão comensinha entre eles que era o tema de todas as conversações das pessoas mal intencionadas, e que desejavam ardentemente a sedição.

Somente podia Joaquim Silvério alegar os maus instintos de sua alma feroz propensa aos prazeres canibais, que mal lhe forneceriam as cenas de construção. Nenhuma razão tinha para arvorar-se em delator. Ambos porém, passaram a ser os mais desprezíveis de todo os entes aceitando ignobilmente a missão espionária contra os amigos, porque na opinião do visconde de Barbacena a palavra — amizade — era uma amarga ironia, e, obtendo deles tão grande profanação pintou o favoneador da detenção o caráter de seus auxiliares. Ninguém pois os compreendia melhor do que aquele que converteu-os em meras máquinas de sua vingança, em instrumentos maleáveis de seu favor, tão facilmente disposto para seus fins sanguinários.

Nascera Basílio de Brito Malheiro do Lago na vila da Ponte do Lima, no reino de Portugal. Era casado e contava já quarenta e seis anos de idade. Possuía as lavras do Palmital, na comarca do Serro Frio, aonde morava, mas por uma sina dos delatores não vivia no gozo da felicidade, pois achava-se há mais de seis meses em Vila Rica detido em consequência da perturbação de seus negócios, como ele



mesmo confessara.

Levaram-no interesses particulares a Cachoeira. Ia falar ao governador mas encontrou-se primeiro com o ajudante Francisco Antônio Rebelo, que amedrontado com o projeto de sua de capitação, impacientava-se com a lenta premeditação com que o visconde general buscava acautelar o levante. Pediu-lhe pois o bom do ajudante de ordens que antes de ocupar-se de si, se ocupasse dele, cuja cabeça corria mais perigo. Assim o prometeu o tenente-coronel Basílio de Brito, e por isso foi imediatamente apresentado ao governador. Era pelo menos uma boa recomendação para o seu deferimento, começar sob tão bons auspícios.

Falou a delação; ouviu o magistrado. Perguntou-lhe o visconde de Barbacena se além das pessoas que nomeara sabia de mais alguma, e onde se juntavam para esse fim. Respondeu-lhe o tenente-coronel que todos os *nacionais desta terra* desejavam o levante, e que a eles se ligavam alguns filhos de Portugal, sem modo de vida. Parecia-lhe que as reuniões eram celebradas em casa do dr. Cláudio Manuel da Costa e do desembargador Tomás Antônio Gonzaga.

Inquiriu ainda o governador se pelas suas casas não havia pescado alguma coisa. Voltou-lhe o tenente-coronel que não obstante ser amigo do dr. Cláudio Manuel da Costa, não o visitara esta vez em que viera a Vila Rica.

Recomendou-lhe então o governador, com todo o empenho, que fosse disfarçadamente encontrar-se com o seu amigo o dr. Cláudio, e que passando pela cidade de Mariana, como a negócio seu, buscasse encontrar-se com o cônego Luís Vieira para lhe *extorquir* alguma coisa.

Sucedeu pois ao coronel Joaquim Silvério o tenente-coronel Basílio de Brito na delação e espionagem, e cumpriu também como Joaquim Silvério a recomendação de seu amo. E vinha agora como ele dar conta do desempenho da sua missão. Com a máscara da traição, e seguro de que se não desconfiava de sua fidelidade, penetrou em casa do velho dr. Cláudio, o qual com a amabilidade que se lia em seu rosto, estendeu-lhe a mão de amigo e perguntou-lhe como iam os seus negócios, pois sabia que mal lhe corria tudo. Queixou-se Basílio de Brito do governador. Fez-lhe ver Cláudio que as coisas tinham de caminhar assim por muito tempo, pois que as Minas não contavam gente para operar a necessária mudança. Havia sido bem sucedidos os americanos, mas tinham eles encontrado três homens capazes para a revolução, no entanto que nas Minas não se depararia com um. O único que andava feito um catavento era o Tiradentes, mas que ainda lhe cortariam a cabeça. Assegurou Basílio de Brito ao governador que o velho poeta não lhe falara que tivesse entrado em reuniões.

Fiel ao itinerário da delação, que lhe dera o visconde, dirigiu-se à cidade de Mariana. Aí à sombra da catedral vivia uma das ilustrações mineiras; era o cônego Luís Vieira da Silva.

Homem de cinqüenta e quatro anos de idade, havia o cônego nascido na freguesia de Ouro Branco, termo de Vila Rica. Seus pais Luís Vieira Passos e Josefa Maria do Espírito Santo o dedicaram ao altar, e o presbítero do hábito de S.

Pedro foi depois pelos seus merecimentos apresentado na Sé de Mariana. Vigoroso ainda, subia ao púlpito e prendia a atenção do auditório que lhe respeitava as luzes e admirava-lhe a eloqüência. Era dado à leitura da história, e particularmente a da América inglesa, que lhe inspirava ardente entusiasmo.

Procurou Basílio de Brito encontrar-se com ele na forma das recomendações que recebera. Não lhe encobriu o cônego o desejo de ver o Brasil constituído em república. Teceu elogios ao Tiradentes como homem animoso, e disse que a haver muitos de seu quilate far-se-ia do Brasil uma república florescente. Divagando depois pela história, que era a sua paixão dominante, lhe observou que nada tinha um príncipe europeu que ver com a América, por que era um país livre, cuja conquista pouco ou nada custara a el-rei de Portugal, e que os próprios nacionais o haviam tirado do poder dos holandeses, fazendo a guerra à sua custa sem que Portugal contribuisse com dinheiro algum para a mesma. Mostrou depois o Rio de Janeiro assaltado pelos franceses, e resgatado por seus habitantes, e confessou por fim que a terra não podia estar sujeita a Portugal, porque os nacionais desejavam também ser livres.

Ficou o governador satisfeito do que havia colhido com tanta recomendação a respeito de dois varões sobre os quais mais recaíam as suas suspeitas, e sobretudo mais relativamente ao cônego de quem desejava desforrar-se do epigrama que lhe fizera; porém Basílio de Brito não tinha concluído, e força foi que o governador ouvisse o interessante epílogo, que ele mesmo nos conservou:

“Tenho exposto, disse ele, a v. ex. tudo quanto alcancei pela obrigação que tenho de vassalo, por natureza sou apaixonado pelo meu príncipe, pelos meus generais e por todo o homem de bem. Eu não quero outro prêmio por qualquer trabalho que possa ter em utilidade do estado mais senão do que a minha soberana e v. ex. conheçam que sou o vassalo mais leal que podem desejar nestas conquistas, das quais me desejo ver fora pela inconstância de seus naturais.”

Teve o tenente-coronel Basílio de Brito de sujeitar-se à ordem do visconde de Barbacena e escrever a sua delação. Queria o governador provas escritas que servissem de base à sua pretensão perante a corte de Lisboa. Era todo o desejo seu a carreira diplomática, e morria por ser embaixador, como se a sua natureza a isso se prestasse!

Chegou o mestre-de-campo Inácio Correia Pamplona um pouco tarde para receber as alvíssaras da denúncia, mais ainda a tempo para completar o triunvirato da delação e espionagem. Com sumo prazer recebeu o governador a nova carta delatória, de que foi pessoal portador. E’ de crer que ao visconde de Barbacena, que só apurava fatos e não palavras vagas, passasse despercebida a sua introdução, e que somente lhe interessasse a parte que se referia à denúncia, na qual unicamente ocupou-se o mestre de campo com o vigário da vila de S. José e a sua personalidade.

Contra a conspiração do povo levantava-se a conspiração dos delatores presidida pelo governador, os quais otimamente se compreendiam. Recolhendo-se

ao seio de suas famílias, abraçando as suas consortes, beijando seus inocentes filhos, nascidos nesta terra, não estremeceram esses homens junto ao peito de suas esposas. não coraram ante a sua prole, não sentiram entre os seus penates a ignomínia do papel que representavam; não ouviram na solidão de suas almas, no retiro de seus lares o grito de suas consciências que lhes bradassem — Pára! Não ouviram, e esperaram, como a fera espera a sua presa no silêncio de sua traição!

Tirando o pretexto ao povo, e suspendendo a derrama, o governador prestaria grande serviço à capitania e ao estado, e desarmaria com a palavra da paz a conspiração. Procurou porém engrandecer o seu serviço. Para isso exagerou o perigo que corriam a sua cabeça e a conservação da colônia, a fim de poder também exagerar as medidas que teria de tomar para acautelá-lo, e a não ser assim o emprego da força, o arbítrio das prisões e a tirania, e não tornariam a capitania estupefata. Consultou somente o seu orgulho, ofendido na ameaça da sua deposição, e os instintos da fera lhes abrasaram as fauces, e pediram-lhe — sangue!

Se em vez de achar-se no poder empunhando o bastão do governo da capitania vivesse o visconde de Barbacena no meio do povo, ele seria o chefe do levante e pediria como o Tiradentes não só a ação maior e a de maior perigo, como a mais sanguinária de todas elas. Desgraçadamente têm sempre as revoluções os seus algozes. Quando se realiza a explosão, eles surgem de baixo, quando aborta a tentativa eles aparecem em cima. As vítimas são também na razão inversa.

Tomou o visconde de Barbacena posse do governo da capitania de Minas Gerais cheio de prevenção. Armado de poder discricionário, trazia em uma das mãos o bastão de ferro e na outra as instruções de Martinho de Melo.

Sabia que a capitania, cujo governo se lhe confiava, era uma das mais importantes das possessões brasileiras. A sua situação no centro dos domínios portugueses, confinando com as capitanias de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e S. Paulo, dava-lhe toda a importância como baluarte de defesa da colônia americana. Era a atalaia donde se vigiavam os perigos a que se achavam expostas estas capitanias pelo lado do mar. Rica de população, podia acudir as suas irmãs marítimas em tempo de guerra, enquanto que em tempo de paz fertilizava com o ouro de suas minas, e com os diamantes de seus serros todos os campos, todas as terras do vasto e ubérrimo continente, cujos frutos iam enriquecer os vassallos do reino e pejar o real erário.

Por outro lado não ignorava as dificuldades com que vinha lutar. “O nosso descuido confessava o sagaz Martinho de Melo, e negligência, e a relaxação e abusos que ali deixamos não só introduzir mas radicar, nos têm privado, e privará de quase todas as vantagens com que a natureza dotou a capitania de Minas Gerais em nosso benefício, enquanto por meio de um sólido ativo e prudente governo, qual é o que Sua Majestade espera e confia de vossa senhoria, se não corrigirem os ditos abusos e relaxações, restabelecendo em lugar delas a ordem e regularidade nas partes mais importantes do mesmo governo.”

Recostado em sua cadeira ditatorial, tomou ao sério o governador a notícia de

que o leão da sublevação sacudira a juba e despertava do seu longo sono. Pensava já ouvir-lhe o rugido, e cuidou ser necessário lançá-lo em abismo insondável donde não pudesse ser ouvido. Havia Martinho de Melo, como providente ministro desses tempos de trevas, dado informações históricas do que se costumava fazer em casos tais e de como os golpes de surpresa e de severidade atuavam sobre os habitantes de Vila Rica de modo a conservá-los em sossego e tranqüilidade.

Folheando as suas instruções, encontrou o visconde governador os seguintes trechos:

“Entre todos os povos de que se compõe as diferentes capitanias do Brasil, nenhuns talvez custaram mais a sujeitar-se e reduzir à devida obediência e submissão de vassallos ao seu soberano, como foram os de Minas Gerais. Os primeiros habitantes daquela capitania foram uns aventureiros da capitania de S. Paulo, que penetrando as matas e sertões com o fim de descobrirem minas de ouro, as vieram achar nos sítios aonde se estabeleceram, e em que presentemente existem, conhecidos por Minas Gerais, nome que depois se estendeu a toda a capitania.

“Com a notícia destes descobrimentos saíram do Rio de Janeiro, e de diversas partes, outros semelhantes aventureiros, e vieram também estabelecer-se nos mesmos sítios. Houve contendias e ataques entre uns e outros, e o mais poderoso era regularmente o que mais dominava. Os governadores de S. Paulo, a cuja capitania pertenciam os primeiros descobridores, expediam ordens, que, ou não eram obedecidas, ou, pela grande distância e difícil passagem, não chegavam àqueles a quem se dirigiam. Nomearam-se governadores para Minas Gerais, e o primeiro foi obrigado a retirar-se, deixando o governo ao levantado Manuel Nunes Viana, que, depois de ter com os seus sequazes destroçado os paulistas de viva força, se arrojou despoticamente a comandante de Minas, criou lugares, deu postos, e procedeu a outros atos, não só de quem aspirava ao governo, mas ao domínio.<sup>(\*)</sup>

“Nomearam-se outros governadores, que ainda foram recebidos depois de um perdão geral, acordado aos habitantes de Minas pelas desordens passadas, se viram ainda assim obrigados a condescender com os mais poderosos e régulos, disfarçando em umas ocasiões as suas iniquidades, porque não tendo força não as podia reprimir, nem castigar e em outras ocasiões servindo-se deles para os atrair, e os ter contentes e propícios.<sup>(\*)</sup>

“Quis-se dar método ao estabelecimento e cobrança dos direitos reais do quinto na forma determinada no regimento de 8 de agosto de 1618. E os habitantes de Minas iludiram as disposições daquela lei ao ponto que os paulistas refugiados e estabelecidos em Pitangui, depois de expulsos de outras partes por Manuel Nunes Viana, até chegaram por sua própria autoridade e comum acordo a pôr pena de morte a quem pagasse o quinto; e efetivamente um Jerônimo Pedroso, que o pretendeu cobrar, se salvou fugindo gravemente ferido; e a seu irmão Valentim Pedroso, que veio em seu socorro, tiraram cruelmente a vida.<sup>(\*)</sup>

“D. Brás da Silveira, ou antes dele Antônio de Albuquerque, com grande

trabalho estabeleceu o pagamento do quinto pelo método chamado das bateias, que consistia em se avançarem os povos na quantia de um número de arrobas de ouro, que em tempo de d. Brás chegou a vinte e cinco arrobas, pagando-se por cada escravo mineiro umas tantas oitavas, e o que faltasse para as vinte e cinco arrobas haver-se por derrama. Clamaram os povos contra este método, chegando a levantar-se por conta dele nas minas do Ouro Preto; e seguindo-se depois o mesmo método com grandes desordens e perturbações, e com pouco proveito da Real Fazenda, assim foi achar aquela capitania o conde de Assumar, sucessor de d. Brás da Silveira.<sup>(\*)</sup>

“Todos, ou a maior parte dos régulos e levantados motores das precedentes desordens, se achavam em Minas Gerais, à sombra do perdão geral que haviam obtido, e entre eles o maior de todos Manuel Nunes Viana, associado com outro semelhante, chamado Manuel Rodrigues Soares: e além destes outros que com o seu exemplo não eram menos absolutos, e todos, cada um a seu modo, com maior ou menor influência nos povos, e proporcionalmente com um grande número de escravatura, que conduziam a seu arbítrio: sendo o grande objeto dos referidos magnatas e potentados a independência das leis e do governo; e o mais favorecido sistema, assim deles como dos povos, a isenção de pagarem quinto, e fraudarem a Real Fazenda por todos os modos possíveis; pretendendo persuadir entre outros absurdos, que com os direitos das alfândegas e entradas de Minas, satisfaziam a contribuição do quinto, e não deviam pagar outro do ouro extraído das minas; querendo por este modo limitar o poder e autoridade régia em pôr direitos que bem lhe parecer naquelas colônias de que os senhores reis destes reinos são absolutos senhores, muito particularmente das terras minerais que sempre reservaram para o seu próprio particular domínio, não sendo os que trabalham nelas mais que uns simples foreiros ou arrendatários.<sup>(\*)</sup>

“Cuidou o conde governador, por meios suaves e brandos, em submeter os referidos magnatas, e fazê-los reconhecer a autoridade das leis e do governo, e à proporção que os obrigava, encontrava neles maior repugnância e resistência, principalmente em se avançarem os habitantes ao pagamento do quinto, que ainda assim pôde fazer subir a trinta arrobas de ouro, em lugar de vinte e cinco, em que precedentemente se tinham avançado.<sup>(\*)</sup>

“Tendo chegado a Lisboa a notícia das inquietações dos povos de Minas, e representações dos mesmos povos contra o método das bateias e derrama, saiu a lei de 11 de fevereiro de 1719 na qual se ordenava que da publicação dela se não procedesse mais pelo referido método, e que em lugar dele se erigissem casas de fundição, aonde se levasse e fundisse o ouro, e ali se pagasse o quinto, com o mais que consta da referida lei.<sup>(\*)</sup>

“Logo que a mesma lei, e ordens para a executar, chegaram a Minas Gerais, em lugar de se contentarem os povos, pois que se abolia o método de que se queixavam, ao contrário se viu um levantamento repentino de todo o povo de Vila Rica, o qual conduzido por alguns dos cabeças que disfarçadamente o inflamavam,

depois de cometer várias desordens, particularmente na casa do ouvidor, que com a fuga salvou a vida, veio em tumulto à Vila do Carmo, aonde o conde governador se achava, e junto das suas casas, e pelos seus procuradores, que fez subir à presença do mesmo conde, requereu e insistiu que se não erigisse casas de fundição, além de outras diferentes pretensões. E achando-se o conde sem tropas, nem forças suficientes com que pudesse rebater a fúria do tumulto, foi obrigado a condescender, não só com a promessa de que não haveria casas de fundição, mas em tudo o mais que os levantados pretendiam, sendo este o único meio que então houve para se livrar do iminente perigo que o ameaçava.<sup>(\*)</sup>

“Sossegou o povo com a inteira condescendência e promessas do governador, e por então se retirou satisfeito à Vila Rica; mas não cessaram logo depois as inquietações e tumulto sugeridos e fomentados pelos cabeças que dirigiam o mesmo povo a um dos dois fins, quais eram, ou a morte do conde ou obrigá-lo a retirar-se de Minas Gerais, e largar o governo, para estabelecerem outro semelhante ao do levantado Manuel Nunes Viana.”

Estas palavras não deixaram de fazer empalidecer o visconde de Barbacena, a quem já se afigurava achar-se nas mesmas circunstâncias e que pelo meios via-se ameaçado como um de seus antecessores de perder a vida ou ser expulso da capitania. A continuação, porém, da leitura de suas instruções fê-lo cobrar ânimo. Tem os homens de instintos ferozes o faro dos animais carnívoros. E pois deparou o visconde de Barbacena com o remédio aos males que ameaçavam o seu governo.

“Nesta extremidade, diz Martinho de Melo, se resolveu o conde governador a mandar prender a todo o risco os ditos cabeças, o que habilmente conseguiu, fazendo-os conduzir à prisão da Vila do Carmo, e imediatamente os emissários dos ditos cabeças entraram com diferentes sugestões, e já sem algum disfarce, a inflamar novamente o povo de Vila Rica para os vir tirar da prisão. Enquanto, porém, se achavam nesta diligência, o conde sendo advertido dela, e aproveitando aquele momento favorável, ajuntou uma companhia de dragões que ali havia, e com algumas pessoas que o quiseram acompanhar com a sua escravatura, e habitantes da Vila do Carmo, repentinamente entrou armado em Vila Rica. Com a presença se retiraram os emissários, e um deles sendo colhido à mão, e confessando que andava induzindo o povo para novamente se amotinar, foi logo enforcado, e feito em quartos, e as casas dos cabeças que se achavam presos, umas foram arrasadas, e outras reduzidas a cinzas.<sup>(\*)</sup>

“Este golpe de surpresa e severidade seguido imediatamente depois da prisão dos referidos cabeças, atemorizou de tal sorte os seus emissários e habitantes de Vila Rica, que os primeiros nunca mais apareceram, e os segundos se conservaram no maior sossego e tranqüilidade, cessando inteiramente os motins, que haviam durado dezoito dias”.

O que cumpria pois para a sua salvação era não perder tempo; prender os cabeças, levantar os patíbulos, oferecer à espectação pública uma cena bárbara e horrorosa de carnificina e de sangue, de arrasamento e de incêndio para como novo

conde de Assumar cantar vitórias sobre as ruínas ensanguentadas de Vila Rica; mas o visconde de Barbacena era metódico e, na frase de seu ajudante de ordens Francisco Antônio Rebelo, não se descuidava.

Cumpriu a sua promessa; era tempo! Uma ordenança com parada levou à Borda do Campo ao coronel-delator a carta da sala chamando-o a sua presença. Para prevenir qualquer observação da parte do jovem José Álvares Maciel, segundo lhe prevenira o próprio denunciante, procurou o visconde um motivo frívolo para arredá-lo daí.

Compareceu logo o coronel Joaquim Silvério dos Reis. Trazia a hipocrisia nos lábios; mostrava-se estudadamente comovido e ao aproximar-se do general lhe disse que vinha pôr na sua presença importantes particulares pela obrigação que tinha de fidelidade, não porque o seu intento ou vontade fosse ver a ruína de pessoa alguma, o que esperava em Deus e no discernimento do governador, que havia de acautelar tudo e dar providência para poupar a perdição dos vassalos. O prêmio que então lhe pedia era unicamente rogar-lhe que pelo amor de Deus se não perdesse a ninguém.

Como depois mostrou-se radiante de alegria, alvoraçado de contentamento! Desde a primeira delação que lhe crescera a colheita das informações. Fizera-se conjurado e com a máscara da traição colheu todos os pormenores. Nada escapou-lhe! Estendeu-se a sua espionagem ao próprio recinto do palácio do governador. Varou o gabinete de seu hóspede o dr. Maciel; observou-lhe a mesa de estudo, onde viu por duas vezes aberto ante seus olhos a história da independência da América e espiou cautelosamente os passos do desembargador Gonzaga até na sala do visconde general e ouviu as suas palavras sediciosas.

Foi longa a sua narração e longa atenção prestou-lhe o visconde de Barbacena, tão plácido como se estivesse ouvindo a leitura de uma novela de cavalaria.

Exagerou o coronel com as cores da perfídia toda a trama da conjuração. Segundo ele seria apresentada ao povo pelos cabelos a cabeça do visconde a fim de que servisse de transunto à fala que estava escrita pelo desembargador Tomás Antônio Gonzaga e bem assim outras mais, como a do ajudante de ordens Antônio Xavier de Resende, e a do ouvidor de Vila Rica Pedro José Araújo de Saldanha, que seguiam o partido do governo, veriam por seu turno rolar nas ruas da amotinada capital. Poupariam os conjurados por deferência a Gonzaga a cabeça do desembargador intendente Francisco Gregório Pires Monteiro Bandeira, por ser amigo, sob a condição de acompanhá-los.

Era, Gonzaga, segundo a denúncia, o chefe da sedição, e seus cúmplices o coronel Alvarenga, o padre José da Silva e outros muitos filhos da capitania de Minas Gerais, cabendo ao Tiradentes o papel de recrutador para engrossar as fileiras do exército republicano.

Estavam seguros os conjurados do êxito da ação porque o comandante e alguns dos oficiais da tropa paga eram pelo levante, mas Gonzaga e seus pares achavam-se frios com o tenente-coronel Francisco de Paula, o qual pela sua

frouxidão deixava de lhes transmitir a tão almejada senha de batizado, e a essa frouxidão dizia a denúncia que talvez fosse devido o não ter ainda aparecido o levante.

Tudo quanto se tratou nas reuniões celebradas nas casas de Francisco de Paula, Gonzaga e Cláudio, tudo quanto ouviu dos conjurados, que a seu modo iam inventando e aditando novas combinações para o levante, depôs o espia de Vila Rica aos pés do governador com os beijos do servilismo.

Não contentou-se o governador com a delação auricular, e teve o delator de escrever à sua vista a carta de denúncia, que entretanto datou da Borda do Campo. Para isso foi-lhe inflingido o castigo de passar pela tortura em que o puseram a ortografia, a sintaxe, e o estilo, a qual sem dúvida o deixaria escorrendo em suores frios. Não esqueceu o governador a circunstância de nascer a denúncia da conjuração na bela povoação da Borda do Campo e elevou-a à vila com o seu nome, que ainda hoje conserva na categoria de cidade.

(\*) Observou-se no confronto entre a primeira edição, ano 1873 e o livro consulta ano 1948, a ausência do fechamento das aspas. (nota do pesquisador)

FIM